

Org. Jader Silveira |

Geografia em Foco

Estudos e Descobertas

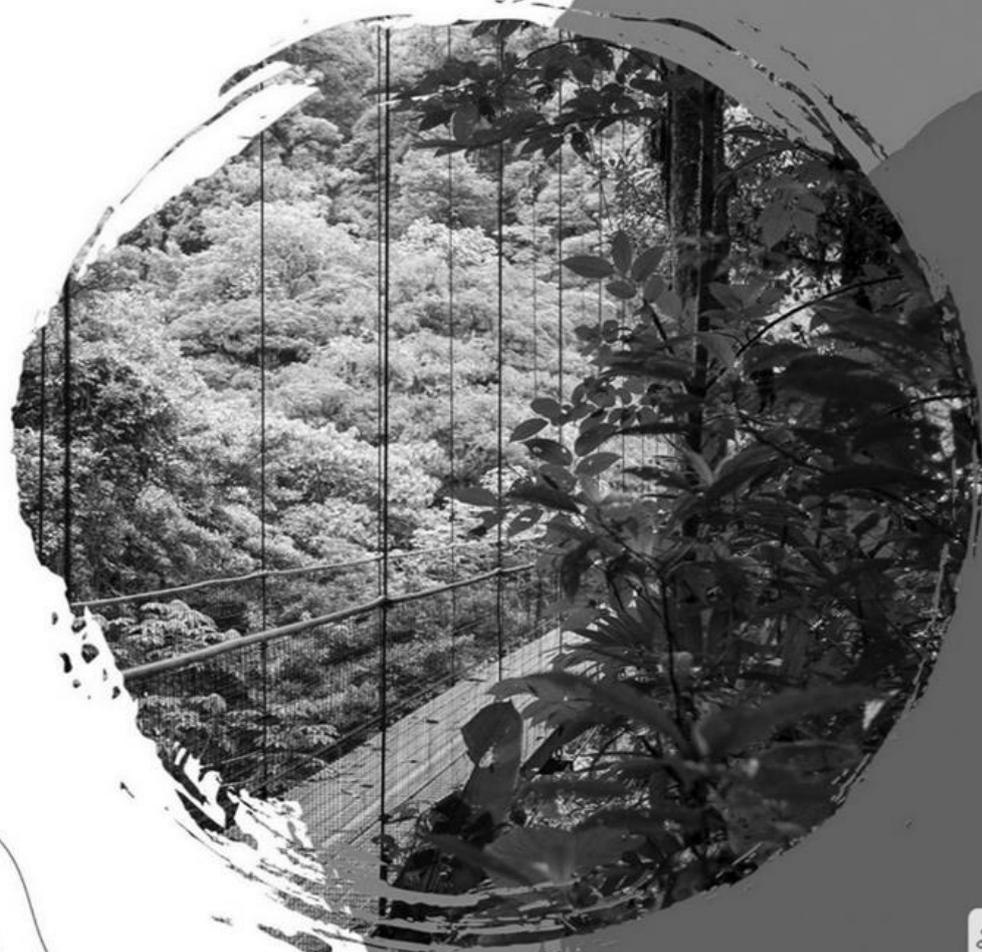


Editora
REALCONHECER

Org. Jader Silveira |

Geografia em Foco

| Estudos e | Descobertas



Editora
REALCONHECER

© 2023 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587g	Silveira, Jader Luís da Geografia em Foco: Estudos e Descobertas - Volume 1 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2023. 133 p. : il.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-84525-84-9 DOI: 10.5281/zenodo.10443753
	1. Geografia. 2. Globalização. 3. Estudo e ensino. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.
	CDD: 910.7 CDU: 91

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://editora.realconhecer.com.br/2023/12/geografia-em-foco-estudos-e-descobertas.html>



AUTORES

**ALAN DA SILVA VINHAES
EDER MILENO SILVA DE PAULA
KAYQUE DA SILVA DIAS
LARISSA CRISTINA CARDOSO DOS ANJOS
LEONARDO RIBEIRO FARIAS
LIGIAN CRISTIANO GOMES
MARCOS RONIELLY DA SILVA SANTOS
MATEUS PESSETTI
PABLO MURYLLO DE OLIVEIRA
PAULO CEZAR MENDES
RAFAEL ALEXANDRE ALVES MENEZES
RENATA CRISTINA RIZZON
RICARDO STEDILE NETO
TAÍS SOUZA DA CRUZ
TAMIRES REGINA ROCHA
VIVIANE CAPOANE**

APRESENTAÇÃO

A Geografia, enquanto ciência da Terra, tem desempenhado um papel crucial na compreensão da interação entre os seres humanos e o ambiente que os circunda. O livro "Geografia em Foco: Estudos e Descobertas" surge como uma contribuição significativa para o corpo crescente de literatura geográfica, oferecendo uma compilação abrangente de estudos que exploram a diversidade e a complexidade dos fenômenos geográficos em escalas local, regional e global.

A abordagem interdisciplinar é uma característica distintiva desta coletânea. Os estudos aqui apresentados integram perspectivas da climatologia, economia, sociologia, ecologia e outras disciplinas afins, proporcionando uma visão holística dos desafios e oportunidades que emergem no cenário geográfico contemporâneo.

"Geografia em Foco: Estudos e Descobertas" não é apenas uma reunião de artigos; é uma celebração do pensamento geográfico e da pesquisa empírica que sustenta nossa compreensão do mundo em constante transformação. A obra serve como um recurso valioso para acadêmicos, estudantes e profissionais interessados em aprofundar seu conhecimento sobre as complexidades e dinâmicas da Geografia moderna.

Em um momento em que a Geografia assume um papel cada vez mais relevante na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável, esta coletânea se destaca como um instrumento indispensável para aqueles que buscam navegar pelas intrincadas paisagens do conhecimento geográfico.

Espera-se que esta obra inspire novas investigações, fomente o diálogo acadêmico e contribua para uma compreensão mais profunda e informada do mundo em que vivemos.

SUMÁRIO

Capítulo 1 MUDANÇAS DO USO DA TERRA E A PLUVIOMETRIA ENTRE OS ANOS DE 1985 E 2022 NO RESERVATÓRIO DA USINA HIDROELÉTRICA DE BELO MONTE NO RIO XINGU/PA <i>Kayque da Silva Dias; Marcos Ronielly da Silva Santos; Rafael Alexandre Alves Menezes; Eder Mileno Silva de Paula</i>	8
Capítulo 2 A INFLUÊNCIA DA CHEIA E SECA DOS RIOS AMAZÔNICOS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE <i>Larissa Cristina Cardoso dos Anjos; Paulo Cezar Mendes</i>	20
Capítulo 3 MAPEAMENTO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA <i>Leonardo Ribeiro Farias</i>	29
Capítulo 4 VOÇOROCAS CONECTADAS E DESCONECTADAS À REDE DE DRENAGEM NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO CERVO, MATO GROSSO DO SUL <i>Viviane Capoane</i>	45
Capítulo 5 O TURISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS SITUADAS NAS ROTAS TURÍSTICAS DA TERRA NOVA E DOS RESTAURANTES, CAFETERIAS E EMPÓRIOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE JUNDIAÍ E ATIBAIA – ESTADO DE SÃO PAULO <i>Tamires Regina Rocha; Alan da Silva Vinhaes</i>	67
Capítulo 6 FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESTIGMA TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ATUALIDADE <i>Renata Cristina Rizzon; Taís Souza da Cruz; Pablo Muryllo de Oliveira</i>	90
Capítulo 7 PATRIMÔNIO CULTURAL: A VIA GÊNOVA E A VIA SACRA AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE SERAFINA CORRÊA/RS <i>Ricardo Stedile Neto; Ligian Cristiano Gomes; Mateus Pessetti</i>	107
AUTORES	129

Capítulo 1
MUDANÇAS DO USO DA TERRA E A
PLUVIOMETRIA ENTRE OS ANOS DE 1985
E 2022 NO RESERVATÓRIO DA USINA
HIDROELÉTRICA DE BELO MONTE NO RIO
XINGU/PA

Kayque da Silva Dias
Marcos Ronielly da Silva Santos
Rafael Alexandre Alves Menezes
Eder Mileno Silva de Paula

MUDANÇAS DO USO DA TERRA E A PLUVIOMETRIA ENTRE OS ANOS DE 1985 E 2022 NO RESERVATÓRIO DA USINA HIDROELÉTRICA DE BELO MONTE NO RIO XINGU/PA

Kayque da Silva Dias

Atualmente é bolsista de Iniciação Científica na UFPA, realiza pesquisas nas áreas de Geocologia das paisagens e Geomorfologia Costeira, é graduando em Bacharelado em Geografia pela (FGC/UFPA), e-mail: kayquedias093@gmail.com.

Marcos Ronielly da Silva Santos

Atualmente integra o corpo docente do IFPA, como professor na área de Engenharia Ambiental, Possui Pós-Doutorado em Geografia Regional pelo PPGEU-UFPA, e-mail: mronielly.mr@gmail.com.

Rafael Alexandre Alves Menezes

Atualmente é docente externo da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC/UFPA) e desenvolve pesquisas nas áreas de Geomorfologia Costeira, Vulnerabilidade Costeira, Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento, Modelagem e Linguagens de Programação como: Python, Javascript e R, possui Mestrado em Oceanografia, pelo (PPGOC-UFPA), e-mail: rafa.menezes1996@gmail.com.

Eder Mileno Silva de Paula

Atualmente integra o corpo docente da (FGC/UFPA) e do (PPGEO/UFPA). É doutor pela UFC, atua nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geografia Física e Hidrogeografia, e-mail: edermileno@ufpa.br.

RESUMO

O Rio Xingu é afluente da margem direita da bacia hidrográfica do Rio Amazonas e drena importantes cidades, como Altamira/PA, que está localizada a montante da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A área de estudo é conhecida como Reservatório da Calha do Rio Xingu, resultante do barramento da água do rio Xingu pela usina hidrelétrica, a qual promove modificações no contexto geológico regional e

local. A problemática que tange a exploração hidroelétrica do rio Xingu aponta para mudanças no regime hidrológico do Rio Xingu e, perdas de áreas de planícies fluviais. Neste contexto, o objetivo desse estudo, é analisar o uso e cobertura vegetal nos anos de 2001, 2011 e 2021 na área do reservatório natural no baixo rio Xingu, que recebeu o empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE). Para tal, analisou-se o estudo da paisagem por meio de estudo sistêmico e holístico de dados produzidos em pesquisas bibliográficas e utilizando-se técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, como: Processamento Digital das Imagens Orbitais; Mapeamento do Uso da Terra e Cobertura Vegetal; Execução e Obtenção de Dados de Precipitação; Banco de Dados de Informações Hidrológicas e Climáticas. Os principais resultados foram o mapeamento do uso de cobertura da terra em para o ano de 2001 até 2021 e a relação desses com os dados climáticos. O conhecimento da dinâmica de uso e cobertura da terra ao longo do reservatório é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas locais e para o subsidio de estudos de precipitação local.

Palavras-chave: Mudanças da Paisagem; Uso da Terra; Precipitação; Rios Amazônicos.

ABSTRACT

The Xingu River is a tributary on the right bank of the Amazon River basin and drains important cities, such as Altamira/PA, which is located upstream of the Belo Monte Hydroelectric Plant. The study area is known as the Xingu River Channel Reservoir, resulting from the damming of the Xingu River by the hydroelectric plant, which brings about changes in the regional and local geocological context. The issue concerning the hydroelectric exploitation of the Xingu River points to changes in the hydrological regime of the Xingu River and the loss of floodplain areas. In this context, the objective of this study is to analyze land use and vegetation cover in the years 2001, 2011, and 2021 in the area of the natural reservoir in the lower Xingu River, which was affected by the Belo Monte Hydroelectric Plant (UHE) project. To achieve this, the landscape was studied through a systemic and holistic analysis of data obtained from bibliographic research, using remote sensing and geoprocessing techniques, such as Digital Processing of Orbital Images, Land Use and Vegetation Cover Mapping, Execution and Acquisition of Precipitation Data, and a Database of Hydrological and Climatic Information. The main results included mapping of land use and cover from 2001 to 2021 and their relationship with climatic data. Understanding the dynamics of land use and cover along the reservoir is crucial for the development of local public policies and to support studies of local precipitation patterns.

Keywords: Landscape Changes; Use and Coverage; Precipitation; Amazonian Rivers.

INTRODUÇÃO

O Rio Xingu é afluente da margem direita da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, drena importantes cidades da região, como Altamira, que está localizada a montante da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A problemática que cerca a construção desse empreendimento aponta para possíveis mudanças no regime hidrológico do Rio Xingu e, perdas de áreas de planícies fluviais (OLIVEIRA, 2017).

Em uma região de grandes dimensões territoriais como a Amazônia, o estudo das mudanças hidrogeográficas, por meio do conhecimento da variabilidade espacial e temporal das chuvas e dos usos da terra torna-se instrumento subsidiador para o planejamento ambiental e territorial.

A precipitação que ocorre na região Amazônica é consequência da interação de diferentes mecanismos e sistemas atmosféricos, que atuam em diferentes escalas espaciais e temporais (SANTOS *et al.*, 2017). As chuvas amazônicas têm dois períodos distintos, que evidenciam a sazonalidade regional: período chuvoso, que se estende de dezembro a maio e período menos chuvoso, que compreende os meses de junho a novembro (FISCH *et al.*, 1998).

A precipitação é a variável climática mais importante na região amazônica, pois induz outras variáveis e tem uma ampla variação espaço temporal (MORAES *et al.*, 2005). A chuva local influencia diretamente nas mudanças hidrogeográficas da região, principalmente em áreas de grandes reservatórios. Todavia grande parte dos dados locais de precipitação estão baseados em estações meteorológicas de superfície que não contabilizam as chuvas induzidas pela brisa fluvial (COHEN *et al.*, 2014).

A utilização de dados de precipitação provenientes de sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento estão sendo amplamente utilizados em escala planetária (ZAMBRANO-BIGIARINI *et al.*, 2017; WANG *et al.*, 2020). Na região amazônica estudos utilizando dados de precipitação por meio de sensoriamento remoto mostram-se eficientes para a compreensão da variabilidade espaço temporal, elucidando de forma satisfatória a sazonalidade da região, em uma área de grande extensão territorial e escassos dados de estação meteorológica de superfície (SANTOS *et al.*, 2017; SANTOS *et al.*, 2019).

Nesse contexto, a pesquisa investiga as mudanças hidrogeográficas no Reservatório Calha do rio Xingu, com vista a utilização de dados de precipitação por sensoriamento remoto, a fim de contribuir com pesquisas locais, partindo do

pressuposto que esta área sofreu com o passar do processo antrópico de construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, a qual promove modificações no contexto geoecológico regional e local (PAULA; SILVA, 2019).

Estratégia Metodológica

A pesquisa foi subdividida em três fases metodológicas: levantamento bibliográfico, coleta de dados e produção e análise de resultados. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de artigos e *papers* em plataformas digitais da Scopus, Scielo e Google Acadêmico sobre os títulos pertinentes ao tema como: Mudanças Hidrogeográficas, Precipitação, Sensoriamento Remoto, Rio Xingu, etc. A coleta de dados ocorreu em duas etapas: i) para a análise de uso e cobertura da terra utilizou – se a aquisição de imagens de satélite por meio do Serviço Geológico dos Estados Unidos (*USGS*), das imagens de 2001, 2011 e 2021; ii) para a climatologia e acumulado de precipitação, utilizamos os dados *CHIRPS* disponíveis no site UCSB-CHG (2022).

A produção dos resultados, foi realizada utilizando programas de geoprocessamento para construção de análises espaciais e elaboração de mapas de uso e cobertura da terra. Os dados de precipitação foram exportados pelo sistema de programação do *Google Engine* por meio de código de modelagem em *Java Script* para o período selecionado e trabalhados no Excel para geração de gráficos.

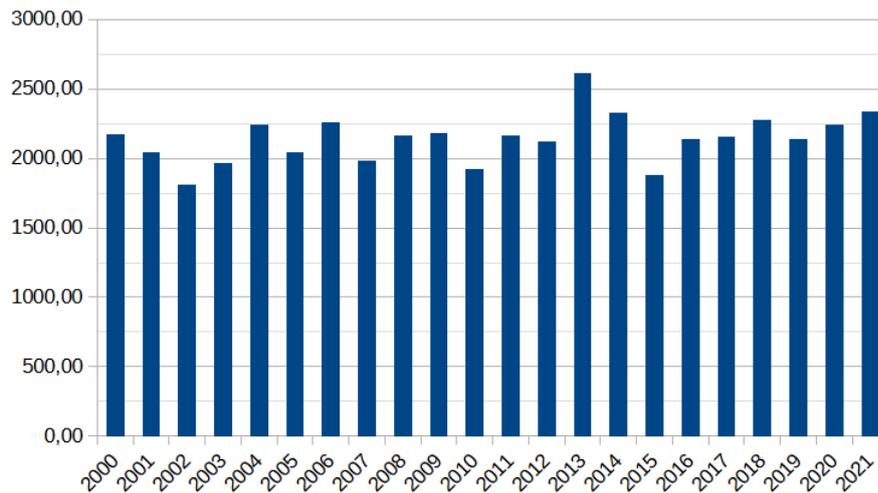
Discussão de resultados

O fluxo de vazão das águas do rio Xingu passou a ser controlado pela Norte Energia, empresa concessionária da UHE Belo Monte, com o objetivo de reproduzir artificialmente o pulso sazonal de cheias e secas que caracteriza as vazões naturais do rio. Trata-se de um esquema hidrológico que tem como princípio a definição de quantidades mínimas de água que devem correr pela Volta Grande para garantir a manutenção dos processos ecológicos, a sustentabilidade socioambiental da região e a viabilidade dos modos de vida e navegação de seus povos enquanto assegura também a geração de energia da usina.

Para Franco *et al.* (2015) concluem que o regime de cheia se encontra entre os meses de março a maio; e regime de vazante nos meses de agosto a outubro para o

Rio Xingu. Entretanto, há diferenças quando se analisa as médias para os meses do ano, onde se observa que o término dos regimes de cheias e vazantes na foz do Rio Xingu ocorrem um mês depois da ocorrência na sede municipal de Altamira, com máximo pluviométrico no mês abril e mínimo em novembro.

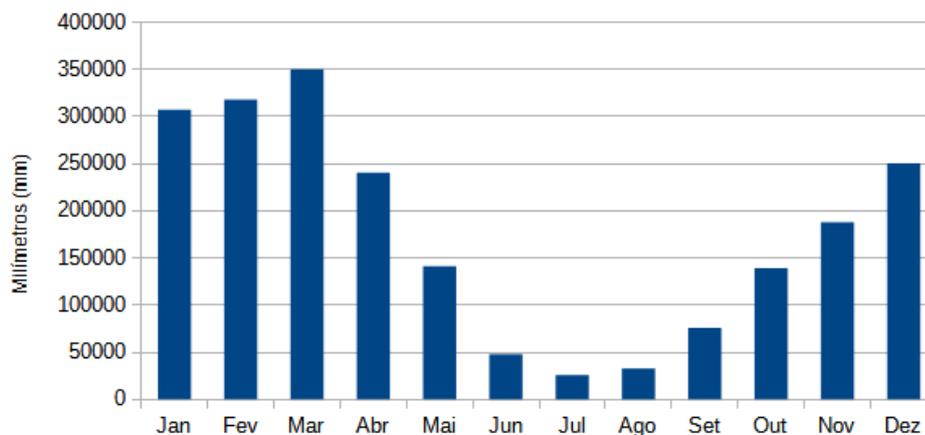
Gráfico 1 - Gráfico de Total Acumulado



Fonte: CHIRPS (2022)

O (gráfico 1) apresenta o acumulado anual de precipitação com dados de estimativa de sensoriamento remoto (produto CHIRPS) no intervalo de tempo de 1981 a 2021. Esses dados apresentam a variação do acumulado de chuva para a região de estudo e fortalecem os dados locais.

Gráfico 2 - Gráfico de Climatologia mensal

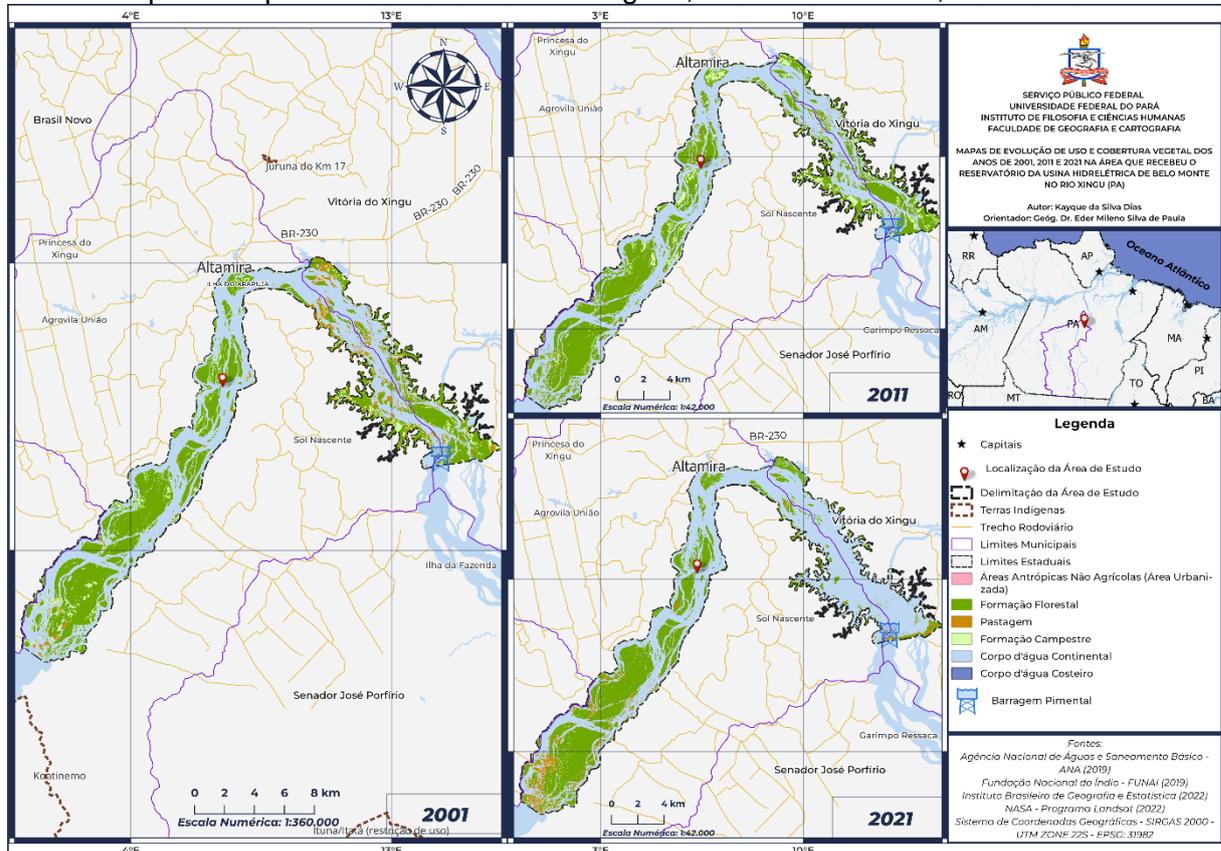


Fonte: CHIRPS (2022)

Analisando o (gráfico 2), verifica-se os acumulados mensais e anuais de precipitação por meio de sensoriamento remoto, elucidando a sazonalidade regional

com máximos durante o primeiro semestre do ano e mínimos durante o segundo semestre.

Mapa 1- Mapas de Uso e Cobertura Vegetal, dos anos de 2001, 2011 e 2021.

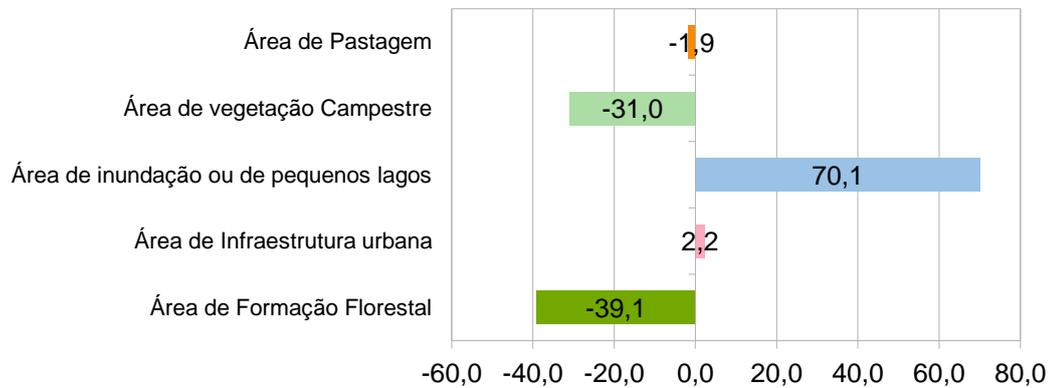


Fonte: autor (2022)

O (mapa 1) mostra que o uso e cobertura da terra em 2001 e 2011 e majoritariamente de cobertura vegetal a montante da UHE. Em 2021, percebe-se que a água recobre boa partes da área de vegetação a partir da volta grande do Xingu.

As pequenas ilhas alocadas na presente área de estudo (mapa 1), são conhecidas como “ilhas fluviais”, que são constituídas por partículas em áreas arenocascalhentas, intercaladas com material mais fino (argila esilte). Perceber-se, a área da qual teve a maior influência de agentes exógenos, foram essas ilhas, tendo como destaque a ilha do Arapujá, ou “Ilha do Capacete” como é popularmente conhecida no município de Altamira, à qual esteve relacionada a retirada de Floresta Ombrófila Aluvial das árvores de maior porte, queima e enterramento de material da cobertura vegetal (OLIVEIRA; SENNA; SANTOS, 2021).

Tabela 1- Percentual modificado entre os anos de 2001 a 2021.



Fonte: autor (2022)

A (tabela 1), evidência o percentual de uso e cobertura da terra, sendo a área de Formação Florestal a área que mais se teve perda durante esses 20 anos, com um decréscimo de 39,1% em seguida, a área de vegetação campestre, com menos 39,1% e por último a área de pastagem, com 1,9% de perda. Em síntese, é perceptível que a área em que mais se houve ganho na região, foi a de inundação ou pequenos lagos (rios), tendo um aumento significativo de mais de 70%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento sistêmico e holístico das paisagens fluviais, proporcionado pelos estudos geoecológicos, contribui para solucionar problemas complexos impostos pela implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu e pelos usos da terra e das águas no Reservatório Calha do Rio Xingu.

Em suma, o entendimento das paisagens fluviais e de como se funciona uma hidrelétrica, auxilia na recuperação e possibilita o entendimento acerca de problemas complexos de degradação, exploração e ocupação de agentes exógenos, sem que haja uma mortificação de irreversível ambiental.

Os dados de precipitação por sensoriamento remoto (*CHIRPS*) apresentaram de forma satisfatória a variabilidade temporal na região, elucidando a sazonalidade da região com períodos chuvosos e menos chuvosos, contribuindo em escala local para estudos de hidrometeorológicos e de modelagem.

Por fim, outra situação que se agrava é que ecossistemas como as tornam-se mais vulneráveis à destruição, à inundação e a outros usos, onde se expõe todas as classes que foram selecionadas e mapeadas por esses usos que sofreram com modificações – sendo a área de rios e lagos – a área que mais sofreu com modificações, mediante a construção da UHE Belo Monte e, conseqüentemente, a área de Formação Florestal, junto com a de vegetação campestre, foram as áreas mais afetadas.

Este estudo geocológico oferece uma visão abrangente e sistêmica das paisagens fluviais, o que se revela crucial para abordar os desafios complexos decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu e do uso da terra e recursos hídricos no Reservatório Calha do Rio Xingu.

Compreender as dinâmicas das paisagens fluviais e o funcionamento de uma hidrelétrica é fundamental para mitigar problemas de degradação ambiental, exploração inadequada e ocupação por agentes externos.

Além disso, a análise da precipitação por meio de sensoriamento remoto, utilizando os dados do *CHIRPS*, demonstrou de maneira eficaz a variabilidade temporal na região. Isso esclareceu a sazonalidade local, identificando períodos chuvosos e menos chuvosos, o que contribui substancialmente para estudos hidrometeorológicos e modelagem em escala local.

Em concordância com DE PAULA (2017), há uma necessidade de continuidade de estudos sobre funcionamento e evolução geocológica na região, que conseqüentemente, podem confirmar se os espaços ocupados pelas águas do Rio Xingu atuam como corredores, através da distribuição e coleta de energia, matéria e informação entre as unidades de paisagem, entre os ambientes adjacentes; e se exercem controle sobre o seu funcionamento e evolução; e verificar se são consideradas matrizes da paisagem, por ser lócus de origem das unidades de paisagem.

Por fim, é crucial enfatizar que ecossistemas, como os encontrados na região do estudo, tornam-se mais vulneráveis à destruição, inundações e outros usos inadequados, especialmente quando expostos a modificações significativas, como as causadas pela construção da UHE Belo Monte. Isso é evidenciado pelo impacto significativo nas áreas de rios e lagos, que sofreram as maiores alterações. Portanto, é crucial considerar a preservação desses ecossistemas e a necessidade de políticas

públicas e ações práticas para minimizar os impactos negativos e promover a sustentabilidade na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Manual Técnico de Uso da Terra: Manuais Técnicos em Geociências**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Autor, 2013b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 24/04/2022.

COHEN, Julia Clarinda Paiva *et al.* **Radar-observed spatial and temporal rainfall variability near the Tapajós-Amazon confluence**. Revista Brasileira de Meteorologia, v. 29, p. 23-30, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/Qy96DFcBzh7Yjp4pPFTTCtF/?format=html&lang=en>. Acesso em: 19/08/2022.

CONGEDO, L. **Semi-Automatic Classification Plugin Documentation**, Release 6.0.1.1 Luca Congedo. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307593091_Semi-Automatic_Classification_Plugin_Documentation_Release_6011. Acesso em: 15/05/2022.

DE OLIVEIRA, Rita Denize; SENNA, Cristina do Socorro Fernandes; DOS SANTOS, Jorge Sales. PATRIMÔNIO NATURAL E TURISMO DE NATUREZA: Impactos Na Atividade Após A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) no médio Xingu, Altamira, Pará: NATURAL PATRIMONY AND NATURE TOURISM: impacts on activity after the construction of the Belo Monte hydroelectric plant (UHBM) in the middle Xingu, Altamira, Pará. **Espaço em Revista**, v. 23, n. 2, p. 52-71, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/espaco/article/view/63699>. Acesso em: 29/07/2022.

DE PAULA, E. M. S.; SILVA, E. V. DA. ESTRUTURA E FRAGMENTAÇÃO GEOECOLÓGICA DE PAISAGEM FLUVIAL NO BAIXO RIO XINGU – AMAZÔNIA CENTRO-ORIENTAL (STRUCTURE AND GEOECOLOGICAL FRAGMENTATION OF THE RIVER LANDSCAPE IN THE LOWER XINGU RIVER - CENTRAL-EASTERN AMAZON). **Revista GeoNordeste**, v. 0, n. 2, p. 95–116, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/10510>. Acesso em: 08/07/2022.

DE SOUSA, W. L. **IMPACTO AMBIENTAL DE HIDRELÉTRICAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DUAS ABORDAGENS**. n. December, p. 160, 2000. Disponível em: <http://antigo.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/wlemgruber.pdf>. Acesso em: 10/07/2022.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: INPA, 2015. 296 p. Disponível em:

https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4683/1/hidreletricas_vol.1.pdf. Acesso em: 18/07/2022.

FRANCO, V. dos S. *et al.* **Evolução Mensal da Cota Fluviométrica do Rio Xingu em Altamira-PA Associada aos Eventos El Niño e La Niña.** *Ciência e Natura*, [s.l.], v. 37, n. 1, p. 104-109, 07 mar. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4675/467547641017.pdf>. Acesso em: 18/07/2022.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte.** Relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). São Paulo: SBPC, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3PUK146>. Acesso em: 29/07/2022.

MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento.** São Paulo, Makron Books, 1995. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a12v59n3.pdf>. Acesso em: 15/07/2022.

NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L. **Mudanças Climáticas e Amazônia.** *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 3, p.22-27, jul. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a12v59n3.pdf>. Acesso em: 12/07/2022.

OLIVEIRA, R. D. **DINÂMICA DE INUNDAÇÃO DAS PLANÍCIES FLUVIAIS DO RIO XINGU, NA REGIÃO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE - ALTAMIRA -PA.**, UNESP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182293>. Acesso em: 22/04/2022.

RODRIGUEZ, J. M. M. **La ciencia del paisaje a la luz del paradigma ambiental.** *Cadernos de Geografia*. Belo Horizonte, v. 8, n. 10, 1998. p. 63-68.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geocologia das Paisagens: Uma visão geossistêmica da análise ambiental.** Fortaleza: Edições UFC, 2013, 222p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/66152>. Acesso em: 17/08/2022.

SANTOS, M. R. S. *et al.* **Análise da distribuição espaço-temporal da chuva, na mesorregião metropolitana de Belém-Pará: contribuições da técnica de sensoriamento remoto.** *Caminhos de Geografia*, v. 18, n. 62, p. 49-58, 2017.

UCSB-CHG. CHIRPS Daily: **Climate Hazards Group InfraRed Precipitation with Station Data.** Disponível em: https://developers.google.com/earth-engine/datasets/catalog/UCSB-CHG_CHIRPS_DAILY. Acesso em: 15/08/2022.

ZAMBRANO-BIGIARINI, Mauricio *et al.* Temporal and spatial evaluation of satellite-based rainfall estimates across the complex topographical and climatic gradients of Chile. **Hydrology and Earth System Sciences**, v. 21, n. 2, p. 1295-1320, 2017. Disponível em: <https://hess.copernicus.org/articles/21/1295/2017>. Acesso em: 20/08/2022.

ZUANON, Jansen *et al.* Condições para a manutenção da dinâmica sazonal de inundação, a conservação do ecossistema aquático e manutenção dos modos de vida dos povos da volta grande do Xingu. **Papers do Naea**, Belém, v. 28, n. 2, p.20-62, dez. 2019. Semestral. Universidade Federal do Para. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8106>. Acesso em: 10/07/2022.

WANG, Ning *et al.* Evaluating satellite-based and reanalysis precipitation datasets with gauge-observed data and hydrological modeling in the Xihe River Basin, China. **Atmospheric Research**, v. 234, p. 104746, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169809519308026>. Acesso em: 19/08/2022.



Capítulo 2
A INFLUÊNCIA DA CHEIA E SECA DOS
RIOS AMAZÔNICOS NO ACESSO AOS
SERVIÇOS DE SAÚDE

Larissa Cristina Cardoso dos Anjos
Paulo Cezar Mendes

A INFLUÊNCIA DA CHEIA E SECA DOS RIOS AMAZÔNICOS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Larissa Cristina Cardoso dos Anjos

Doutoranda em Geografia (UFU)

profaangeo@gmail.com

Paulo Cezar Mendes

Professor adjunto o curso de Geografia (UFU)

paulocezarufu@gmail.com

RESUMO

As especificidades da Geografia Física da Amazônia estabelecem verdadeiros ambientes mutáveis de acordo com a época do ano, variabilidade climática e hidrológica, em destaque, os ambientes anfíbios da Amazônia Brasileira. Os ambientes anfíbios estão sujeitos a constantes transformações devido aos eventos de cheias e secas dos rios de água barrenta em destaque, o Rio Solimões. Desse modo, esse estudo objetiva analisar os impactos da variação fluvial nos serviços de saúde oferecidos no município de Iranduba (AM), evidenciando as ilhas de várzea do município. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se de técnicas do geoprocessamento e trabalho de campo para ampliar as discussões da temática. Os resultados apontaram que existem verdadeiros “vazios” assistenciais de saúde, nas ilhas de várzea do município. Essas ilhas sofrem a influência dos eventos de cheia e seca do rio Solimões, interferindo na subsistência das comunidades e, principalmente, no acesso geográfico à saúde. Para tanto, é importante discutir o delineamento de políticas públicas voltadas para a saúde na Amazônia aliado a cooperações de ademais ciências, em relevo, a Geografia.

Palavras-chave: Geografia da Saúde; Várzea; Amazônia.

ABSTRACT

The specifics of the Physical Geography of the Amazon establish true changing environments according to the time of year, climatic and hydrological variability, highlighted, the amphibious environments of the Brazilian Amazon. Amphibian environments are subject to constant transformations due to the events of floods and droughts of muddy water rivers highlighted, the Solimões River. Thus, this study aims to analyze the impacts of fluvial variation on health services offered in the city of Iranduba (AM), evidencing the floodplain islands

of the municipality. In order to achieve the proposed objective, Geoprocessing techniques and field work were used to broaden the discussions on the subject. The results pointed out that there are real health care “voids”, on the floodplain islands of the municipality. These islands are influenced by the flood and drought events of the Solimões River, interfering in the livelihood of communities and, mainly, on geographic access to health. Therefore, it is important to discuss the design of public policies aimed at health in the Amazon combined with cooperation from other sciences, highlighted, the Geography.

Keywords: Health Geography; Floodplain; Amazon.

INTRODUÇÃO

O acesso geográfico à saúde faz parte do encadeamento de discussões realizadas pela Geografia da Saúde e tem como principal foco discutir a localização dos serviços de saúde na Amazônia Brasileira, trazendo as particularidades físicas da região, no tocante à cooperação para o planejamento regional da saúde.

Nesse segmento, o presente estudo tem o objetivo analisar os impactos da variação fluvial nos serviços de saúde oferecidos no município de Iranduba (AM) no município de Iranduba (AM), dando ênfase nas ilhas de várzea do município: ilhas da Paciência, da Paz, Nova, Muratu, Jacuratu e Maria Antônia.

Esses ambientes anfíbios estão sujeitos a transformações espaciais periódicas pertinentes às condições físicas da Amazônia, influenciando de maneira direta nas atividades de subsistência, construção de moradias, acesso à saúde, entre outros, estabelecendo-se como uma esfinge para a formatação de políticas públicas que acompanhem a metamorfose desses ambientes.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

No presente estudo, para alcance do objetivo proposto, foram utilizadas técnicas do geoprocessamento e trabalho de campo. No que se refere ao geoprocessamento, foi realizado o *shapefile* dos domínios geomorfológicos do Amazonas, do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2010), utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS 3.2. Em seguida, foi gerado um mapa coroplético com 02 feições: Baixos platôs da depressão Amazônica e Planície Amazônica.

No mesmo produto cartográfico, foram inseridas as localizações nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Iranduba. As UBS foram demarcadas com um *shapefile* em forma de ponto sobre os domínios geomorfológicos. As localizações das coordenadas geográficas das UBS foram repassadas pela Secretaria de Saúde da prefeitura de Iranduba, em seguida, criou-se o *shapefile* no referido SIG.

Sobre os trabalhos de campo, eles foram realizados em períodos de cheia (junho) e vazante (novembro) do Rio Solimões. Durante o campo, foram realizadas entrevistas indiretas com moradores das comunidades, a partir de perguntas abertas sobre o acesso à saúde nas ilhas. Com a utilização de uma câmera fotográfica, foram registrados momentos emblemáticos do cotidiano da população durante a visita. O emprego do geoprocessamento na pesquisa e o trabalho de campo reforçaram a complexificação do acesso à saúde em determinadas áreas do município de Iranduba.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As UBS do município de Iranduba estão localizadas principalmente no domínio geomorfológico dos Baixos Platôs da Amazônia, totalizando 12 unidades, enquanto a Planície Amazônica integra 04 unidades de saúde (Figura 1).

Na figura 2 é evidenciado que existem áreas com grande ausência de UBS, principalmente nas áreas com menor densidade demográfica, em destaque, para as ilhas de várzea. As várzeas são áreas inundáveis inseridas no plano aluvial da Amazônia, decorrente da erosão lateral dos rios, delimitado com um terreno baixo e plano, circundado do canal fluvial, entre as paredes do vale (SUGUIO e BIGARELLA, 1990).

De acordo com IBGE (2010), as ilhas da Paciência, Muratu, Jacuratu e Maria Antônia estão inseridas em dois setores censitários: 130185205000015 e 130185205000016. De acordo com o IBGE (2010), as ilhas da Paciência, Muratu, Jacuratu e Maria Antônia estão inseridas em dois setores censitários: 130185205000015 e 130185205000016. Ambos os setores estão localizados na área rural do município e abrangem uma população de 871 pessoas, distribuídas nas respectivas ilhas.

Dessa população, cerca de 54% (322) são do sexo masculino e 46% (283) do sexo feminino. Na faixa etária, prevalecem as idades de 0 a 11 anos, 35 a 59 anos, 12 a 21 anos, com 231, 204 e 194 pessoas respectivamente. Em seguida, verificou-

se que a faixa etária de 22 a 34 anos com 162 pessoas, 60 a 74 anos, com 64 pessoas e 75 a 89 anos, com 16 pessoas.

A população que ocupa as ilhas é contemplada apenas com o programa Estratégia Saúde da Família (ESF), e na sua ausência, necessitam deslocar-se para a UBS mais próxima, localizada na cidade de Iranduba. No entanto, esse deslocamento é comandado pelo regime das águas do Rio Solimões, tendo em vista que a cheia e a seca do rio influenciam nos valores dos transportes para a população ir para a cidade do município.

De acordo com Carvalho (2006), nos períodos de cheias dos rios, os moradores da várzea enfrentam problemas de falta de terra para o trabalho, risco de afogamento, risco de destruição das casas pelo movimento intenso do rio e banzeiros dos ventos dos barcos, surgimento de cobras e jacarés, entre outros. Durante a seca, a mudança dos canais pode dificultar a mobilidade da população, principalmente para quem precisa utilizar os serviços das cidades, como o acesso à saúde.

Para a população se deslocar para a unidade de saúde mais próxima, é inevitável organizar os meios de subsistência da população, principalmente a agricultura e a pesca. E essa organização depende do calendário das cheias e secas do Rio Solimões (Figura 2).

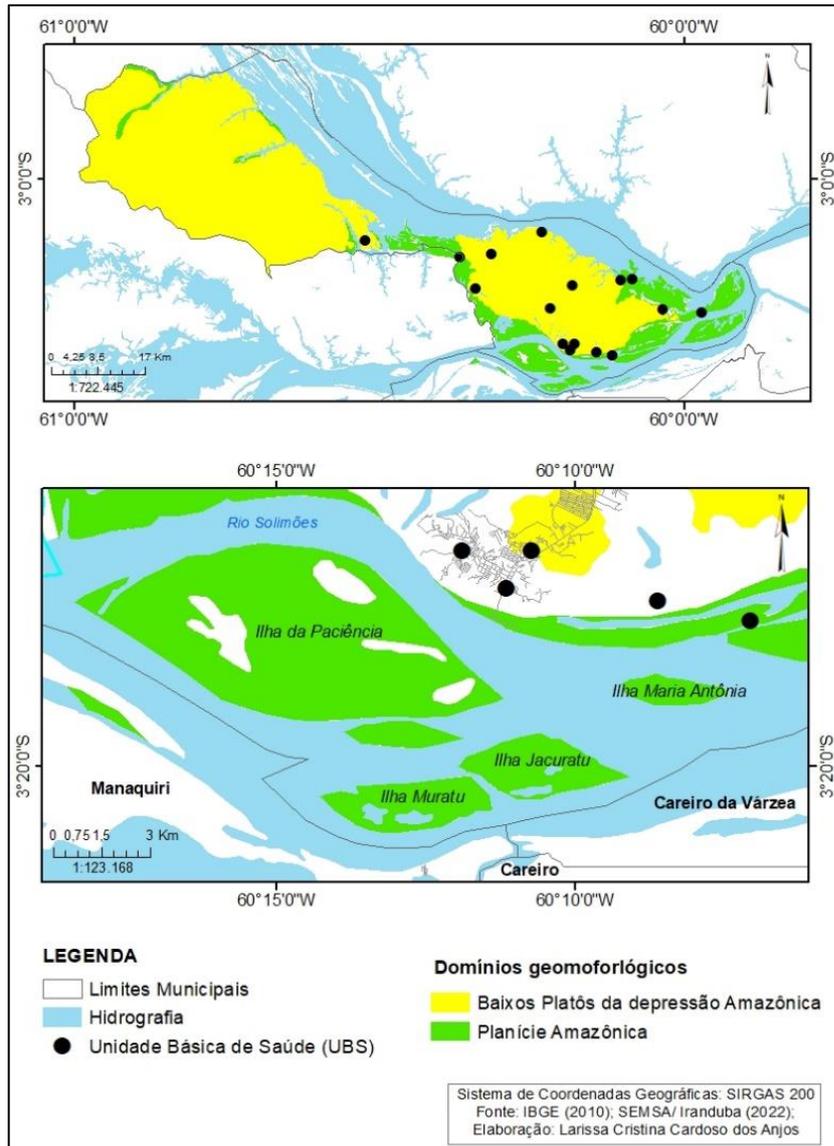


Figura 1. Localização das Unidades Básicas de Saúde de Iranduba (AM).

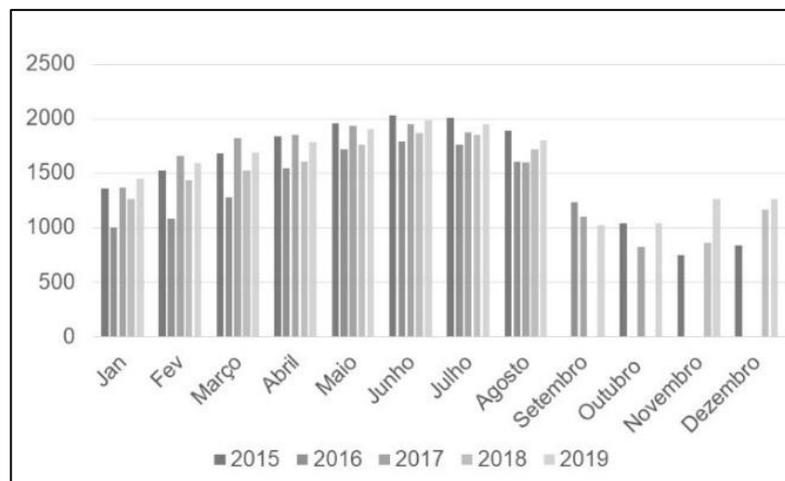


Figura 2. Média das cotas do Rio Solimões nos anos de 2015 a 2019¹.

¹ Não foram fornecidos todos os dados de cotas dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro dos anos de 2015 a 2019, pelo Portal HidroWeb da Agência Nacional de Águas (ANA).

De acordo com a Figura 3, os meses de maio, junho e julho demonstram as maiores cotas do rio Solimões, enquanto os meses de setembro, outubro e novembro, expõem as menores cotas. Cabe destacar que novembro é o mês da colheita dos insumos plantados a partir da vazante do rio e, principalmente, o manejo do pirarucu. A partir da agricultura e da pesca, a comunidade arrecada a renda para subsistência nos períodos de cheia.

Na cheia do rio, são armazenados os alimentos oriundos da seca (Figura 3), e os animais são criados em lugares adaptados (Figura 4). Esse cenário faz parte do padrão “anfíbio” da várzea das ilhas, e, de acordo com Fraxe (2000), esse padrão favoreceu o desenvolvimento de sistemas adaptativos da população.



Figura 3. Mamão armazenado para a cheia do rio.



Figura 4. Aves em criadouros adaptados para a cheia do rio.

O padrão anfíbio das ilhas altera os modos de vida das comunidades e, conseqüentemente, a alimentação, o padrão de morbidades e o acesso geográfico à saúde.

As crianças e os idosos representam cerca de 35% da população residente das ilhas, e ambos têm maiores dificuldades de mobilidade face aos diferentes contextos de acesso geográfico à saúde na localidade.

Em vista disso, a unidade de saúde mais próxima da população, ou pelo menos deveria ser, se torna longe e perto devido à sazonalidade do rio, transformando o tempo de mobilidade e, por consequência, os custos.

Considerações Finais

O exposto trabalho apontou que existem verdadeiros “vazios” assistências de saúde, em destaque, nas ilhas de várzea do município. Outro elemento importante que foi ressaltado, está relacionado com os eventos de cheia e seca do rio Solimões, a sua influência nos meios de subsistência e, principalmente, no acesso geográfico à saúde.

Cabe ressaltar, que existem ações da ESF de maneiras pontuais quando o acesso é possível nas comunidades. Para tanto, é importante discutir o delineamento de políticas públicas voltadas para a saúde na Amazônia, em relevo, nas áreas de várzeas, aliado a cooperações de ademais ciências, como a Geografia.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

Referências

CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera-Paraná da Trindade, município de Itacoatiara-AM, Brasil. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse dos setores censitários do Amazonas**, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 10 Agos. 2022.

FRAXE, T. J. P. 2000. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

SUGUIO, K.; BIGARELLA, J. J. Ambientes fluviais. 2 ed. Florianópolis, editora da UFSC: Editora da UFPR, 1990.



Capítulo 3
MAPEAMENTO DA LEGISLAÇÃO
URBANÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA
CHAPADA DIAMANTINA
Leonardo Ribeiro Farias

MAPEAMENTO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA

Leonardo Ribeiro Farias

Mestre em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB)

RESUMO

O trabalho tem o objetivo de mapear e fazer o levantamento dos instrumentos de política urbana nos municípios do Território de Identidade da Chapada Diamantina – Bahia. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001, que estabelece normas e parâmetros para o desenvolvimento urbano para os municípios brasileiros. As Leis Orgânicas municipais ganham novos capítulos, direcionado para a política urbana e seus instrumentos de planejamento. Após analisar as informações do Perfil dos Municípios Brasileiro de 2015 e 2018, das legislações municipais disponíveis, foi possível fazer o levantamento de dados e o mapeamento da legislação urbanística dos municípios do Território de Identidade da Chapada Diamantina – Bahia, é possível constatar a evolução nos instrumentos de política urbana, com a elaboração de planos diretores em cidades turísticas e com população superior a 20 mil habitantes, além de identificar nas constituições municipais capítulos referentes à política urbana, o que demonstra avanço inicial na política de desenvolvimento urbano da região.

Palavras-chave: Estatuto da cidade, plano diretor, política urbana

ABSTRACT

This work aims to map and survey the instruments of urban policy in the municipalities of the Identity Territory of Chapada Diamantina – Bahia. After the promulgation of the Federal Constitution of 1988 and the City Statute of 2001, which established norms and parameters for urban development for Brazilian municipalities. Municipal Organic Laws gain new chapters, directed to urban policy and its planning instruments. From the analysis of information from the Profile of Brazilian Municipalities of 2015 and 2018, from the available municipal legislation, it was possible to collect data and map the urban legislation of the municipalities in the Identity Territory of Chapada Diamantina - Bahia, it is possible to verify the evolution in urban policy instruments, with the elaboration of master plans in tourist cities and with population over 20 thousand inhabitants, in addition to identifying chapters related to urban policy in municipal constitutions, which demonstrates an initial advance in the urban development policy of the region.

Keywords: City Statute, Director Plan, Urban Policy.

Introdução

O avanço da urbanização no Brasil nos últimos 50 anos, aumentou a discussão sobre o planejamento das cidades, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), a população urbana corresponde 84,36%. O crescimento das cidades, trouxe para as prefeituras, câmara de vereadores e a sociedade organizada o debate sobre o tema de organização do crescimento e desenvolvimento da área urbana, no intuito de buscar soluções através do planejamento para esses municípios. É nesse momento que a política urbana entra na pauta legislativa municipal, começa a acrescentar na Lei Orgânica, capítulos referentes a gestão urbana, como o plano diretor e outros instrumentos.

O artigo tem o objetivo de mapear e fazer o levantamento dos instrumentos de política urbana nos municípios do Território de Identidade da Chapada Diamantina – Bahia. Assim, para compreender tal tema, a metodologia do trabalho, tem início com o levantamento teórico, em seguida, a pesquisa da evolução da legislação urbanística no Brasil, mapear e identificar com dados do Perfil dos Municípios Brasileiros no ano de 2015 e 2018, além de analisar as legislações municipais disponíveis nos sites oficiais das prefeituras. O texto divide-se em cinco seções, a primeira; é uma abordagem teórica sobre o planejamento urbano; em seguida, a política urbana no Brasil; na terceira sessão a caracterização da área; a quinta sessão, apresenta as informações sobre os instrumentos de planejamento, a existência de leis e de planos diretores no Território de Identidade e por último as considerações finais.

Ideia de planejamento urbano

A palavra “Planejamento” vem do ato ou efeito de planejar, é o processo que leva ao conjunto coordenado de ações visando a concretização de determinados objetivos, e o ato de planejar está relacionado ao ato de projetar, elaborar um plano. O planejamento urbano está relacionado em planejar o crescimento e a funcionalidade da cidade no presente e no futuro, pensando no bem-estar da sociedade, por meio de ações políticas, ambientais, econômicas e sociais.

Segundo Duarte (2012) cabe ao planejamento urbano antecipar as mudanças espaciais na cidade, “Considerando que mudanças concretas na cidade podem alterar as relações econômicas, sociais e culturais, cabe ao planejamento urbano antever

essas modificações na organização espacial da cidade” (DUARTE, 2012, p. 25). O planejamento urbano é um ato que tem como um dos objetivos o de gestão futura da cidade, para Souza (2020, p.46) ” O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra”.

Para pensar e gerir a cidade, é importante que o poder público abra o debate para membros da sociedade civil e organizações interessadas e preparadas, no intuito de colaborar sobre o planejamento urbano, pois,

[...] o planejamento e a gestão urbanos não precisam (nem devem) ser praticados apenas pelo aparelho de Estado. ONGs e outras organizações da sociedade civil precisam se instrumentar e intervir mais e mais propositivamente, eventualmente implementando suas idéias sem o Estado[...] (SOUZA, 2020, p.86)

Por isso, é importante o planejamento participativo e democrático, com o objetivo de pensar, organizar e ordenar o crescimento e a funcionalidade da cidade.

O planejamento urbano deve ser pensado para a cidade, atendendo às necessidades específicas de cada espaço urbano, como diz Villaça (1999, p.172), “O conceito dominante de planejamento urbano entre nós tem como especificidade a organização do espaço urbano (embora possa não se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente”. Por essa razão, o planejamento não deve ser um plano que vai criar um documento formal, para suprir necessidades burocráticas governamentais e legais, deve ser um plano elaborado para suprir as necessidades reais da cidade. Todavia, para o professor Milton Santos,

O planejamento urbano, sobretudo se obediente aos parâmetros das chamadas cidades internacionais, termina por estabelecer as condições de uma modernização sempre mais atual, negligenciando a maior parte da cidade e da população, o meio físico e humano onde criam os empregos endógenos. (SANTOS, 2013, p. 74)

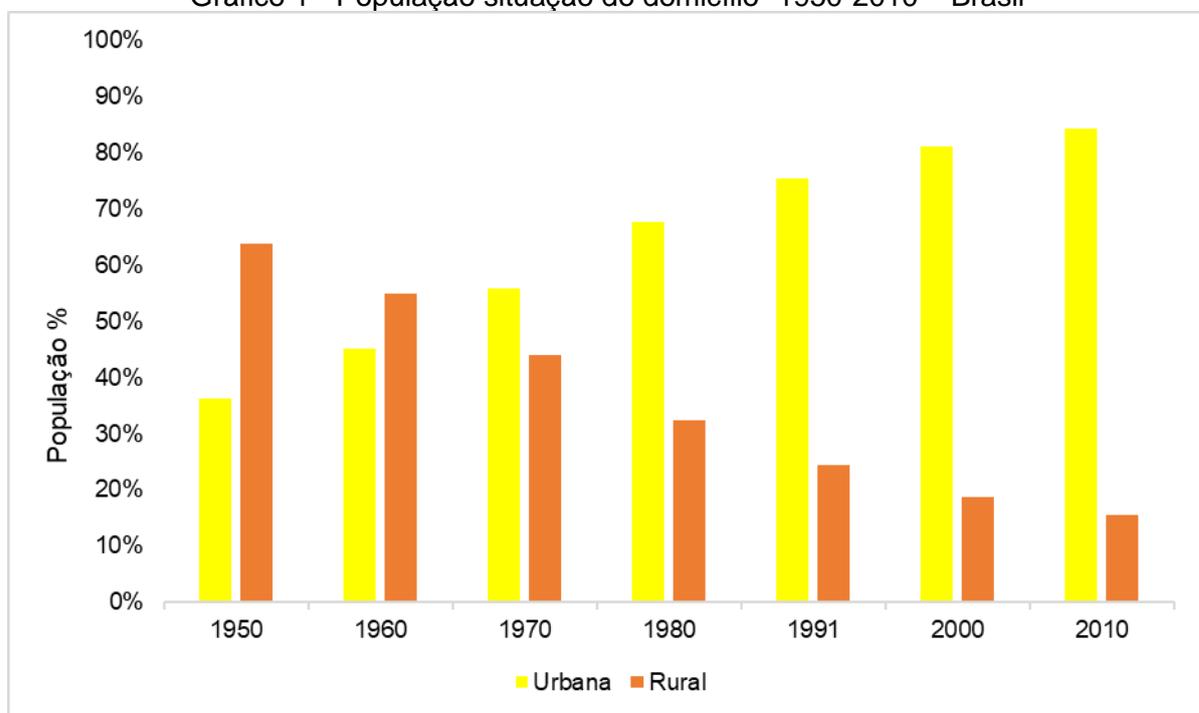
É importante salientar, que a política urbana e seus instrumentos de planejamento, devem ser realizados para atender as necessidades reais e particulares de cada espaço urbano.

Política urbana no Brasil

No Brasil, até meados do século XX, a população era predominantemente rural, com o avanço da industrialização brasileira e o crescimento econômico, as cidades,

principalmente nas capitais e nos grandes centros urbanos, começaram a atrair moradores de outras regiões e de áreas rurais. Nos censos de 1960 e 1970 tem-se a percepção da transformação do Brasil rural para um país urbano. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 1960, a população rural correspondia a 54,92% do total, e a população urbana 45,08% do total. Desde o censo de 1970, os valores demonstram o crescimento da população nas cidades brasileiras. Em 1970 a população rural totaliza 44,02%, enquanto a população urbana chega a 55,98%. O ritmo de crescimento das cidades brasileiras continua ao longo dos últimos 60 anos, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - População situação do domicílio -1950-2010 – Brasil



Fonte dos dados: IBGE - Censo Demográfico / Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias

Mesmo com o crescimento da população urbana brasileira nos anos de 1970, não havia legislação urbanística com normas constitucionais de nível federal para orientar o desenvolvimento urbano das cidades do Brasil. Ainda na década de 1970, alguns estados começam a acrescentar nas leis orgânicas estaduais e municipais, planos diretores e políticas de desenvolvimento urbano, atingindo diretamente as cidades, principalmente os grandes centros urbanos.

Conforme Saule Júnior (1997, p.34), “A partir da década de 1970, a institucionalização do planejamento se disseminou nas administrações municipais através das Leis Orgânicas dos Municípios neste período elaborada pelos Estados”.

Neste período, os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso, Alagoas e Ceará, regularizam e acrescentam as políticas e os instrumentos de planejamento urbano nas Leis Orgânicas, estaduais e municipais, a exemplo, a obrigatoriedades dos municípios de elaborar planos diretores.

Não havia até a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) uma legislação federal para orientar e estabelecer uma política de desenvolvimento para todos os Estados e Municípios. Contudo, para Duarte (2012) desde o início do século XX algumas cidades brasileiras adotaram alguma política urbana para organizar o território, para o conhecimento físico e econômico com vistas ao equilíbrio social e ambiental da cidade.

Antes da CF/1988, a legislação brasileira tinha pontos específicos, como o parcelamento do solo urbano, a exemplo da Lei nº 6.766 de 1979, que atribuía a Estados, Distrito Federal e Municípios normas complementares para o parcelamento do solo para fins urbanos feitos através de loteamentos e desmembramentos de glebas em lotes. O parcelamento do solo urbano deverá ocorrer no que está previsto na referida lei e nas legislações estaduais e municipais.

Os artigos 182 e 183, da CF/1988, apresenta parâmetros legais para Estados e Municípios, para política de desenvolvimento e planejamento urbano, para Duarte (2012, p. 84) “Foi com a Constituição de 1988 que aconteceu o grande impulso para o planejamento urbano no Brasil”. A partir de então, os municípios, são integrados como entes federativos, junto com os Estados e União, e estes ganham autonomia constitucional e responsabilidades jurídicas e econômicas. Conforme Saule Júnior (1997, p.34) “O Município entre os entes federados torna-se o principal responsável pela implementação da política urbana”. Um desses compromissos, é a política de desenvolvimento e planejamento urbano, assim, escrito no Art. 182 da Constituição: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Assim, os municípios são responsáveis legais em planejar uma cidade com funcionalidade econômica, ambiental e sobretudo social. O plano diretor será o instrumento básico de planejamento para esse desenvolvimento urbano, e na Constituição a obrigatoriedade é para os municípios com mais de 20 mil habitantes. Conforme Saule Júnior,

A Constituinte [Constituição] com o objetivo de dar continuidade ao processo institucional sobre a questão urbana, atribuiu em especial ao Município a responsabilidade de conferir eficácia as normas constitucionais sobre a política urbana, definindo de forma estratégica o plano diretor como o principal instrumento dessa política voltada a regular as atividades inerentes as funções e atividades da cidade. (SAULE JUNIOR, 1997, p.34)

Alguns instrumentos de planejamento dentro do plano diretor, possibilitam o aproveitamento adequado do solo urbano não edificado e da função social da propriedade. “É atribuído ao Município através do plano diretor estabelecer quando a propriedade urbana cumpre a função social através das exigências fundamentais de ordenação da cidade”. (SAULE JUNIOR, 1997, p.33). Para cumprir tal função, são criados alguns instrumentos como: o parcelamento ou edificação compulsórios, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação com a devida indenização.

Como regulamentação específica, o Estatuto da Cidade foi sancionada pela Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, para atender aos artigos 182 e 183 da Constituição. Estabelece normas de ordem pública e interesse social, regulamenta a propriedade urbana e a política urbana nos Estados, Distrito Federal e Municípios, além de tratar de outras diretrizes da política urbana, segundo Raquel Rolnik,

O Estatuto da Cidade é uma lei inovadora que abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos e sociais e políticos de nossas cidades. (ROLNIK, 2001, p.11)

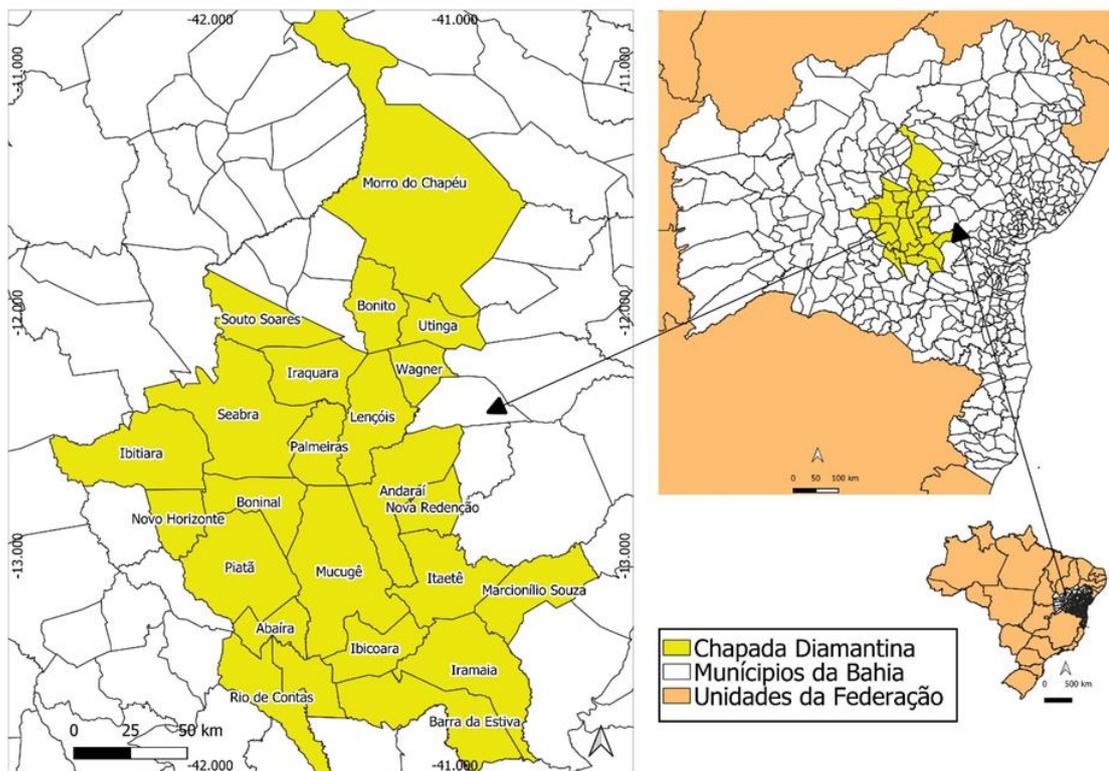
É um marco da política urbana brasileira, pois amplia o debate sobre o uso dos espaços da cidade, com novos instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano. Segundo Duarte (2012, p. 87), “é certamente a maior inovação no campo urbanístico que o Brasil já conheceu, pois trouxe diretrizes e novos instrumentos legais, econômicos e processuais para o planejamento urbano”.

De acordo com Estatuto da Cidade, é exigido em lei, que toda cidade acima de 20 mil habitantes elabore o plano diretor municipal. Segundo o Estatuto da cidade, no Art. 40. “O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

Caracterização da área

A área mapeada corresponde ao Território de Identidade da Chapada Diamantina (TICD) que está localizada, predominantemente, no Centro Sul do Estado da Bahia, como pode ser observado no Mapa 1. É composta por 24 municípios: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiapé, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Mapa 1 - Localização do Território da Chapada Diamantina

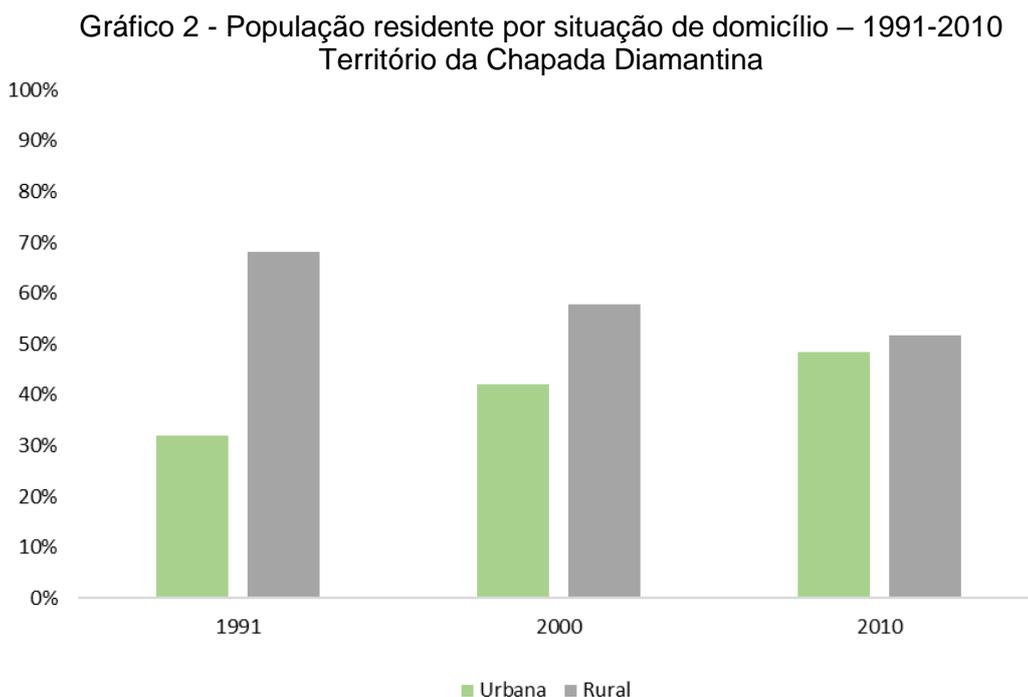


Base de Dados: IBGE/2019. Datum: SIRGAS 2000. Elaboração cartográfica: Leonardo Ribeiro Farias

De acordo com dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, a população do TICD era de 371.864 habitantes, e a estimativa populacional para 2021 é de 382.442 habitantes. No censo indica que a população urbana do TICD corresponde a 48,4% da população. Segundo dados divulgados no livro Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia, publicado pela SEI em 2015, no território em estudo, dos 24 municípios, 15 apresentam graus de urbanização inferiores a 50,0%.

Os menores indicadores de urbanização são dos municípios de Ibirataia (22,2%) e Iraquara (29,9%). Os maiores níveis de urbanização foram encontrados em Utinga (70,5%), Wagner (72,2%) e Lençóis (77,5%).

A série histórica do censo de 1991, 2000 e 2010, retrata a evolução da população urbana no TICD, como pode ser observado no Gráfico 2.



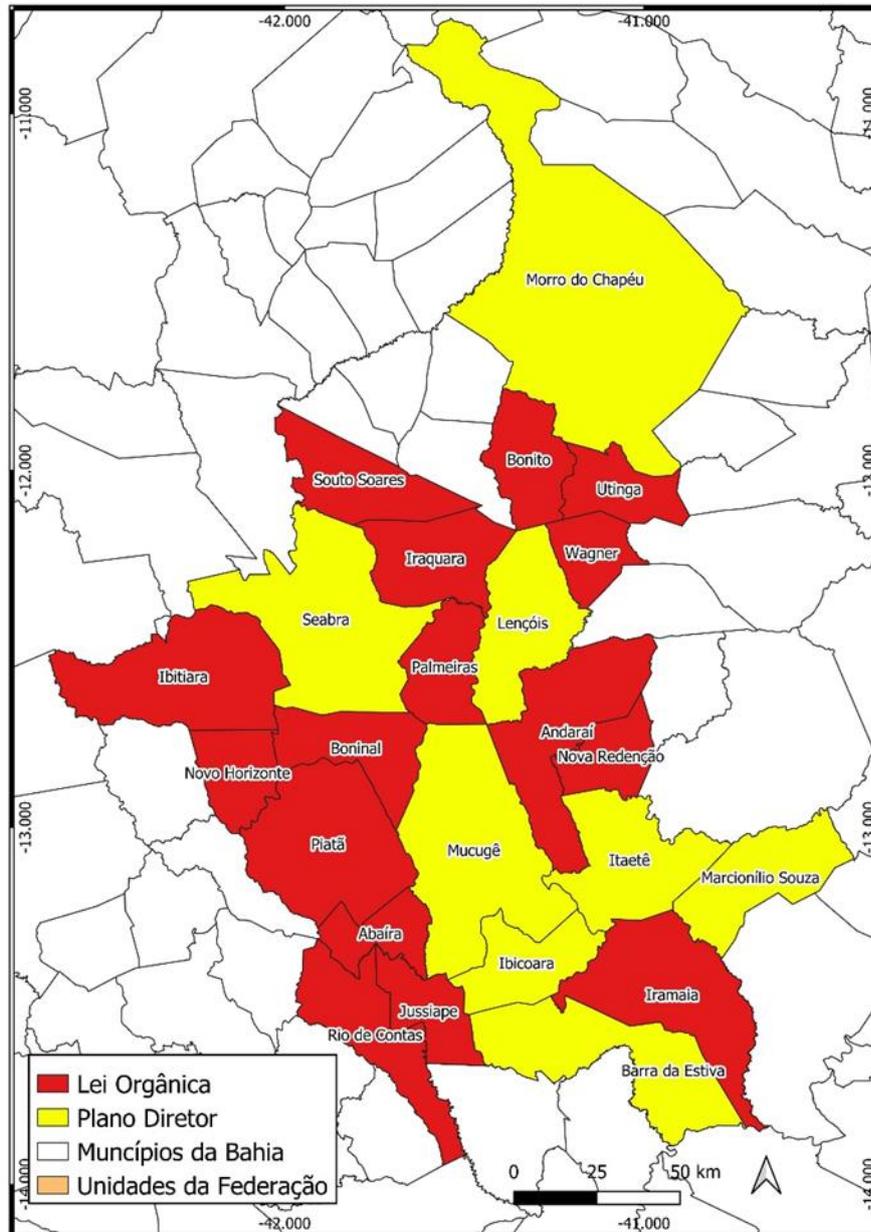
Fonte dos dados: IBGE - Censo Demográfico / Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias

Em 1991 a população rural correspondia a 68% dos habitantes, enquanto a urbana 32%. No censo de 2000 a população rural é de 58% e a urbana 42%, e no censo de 2010 a rural é 52% e a urbana 48%. Mesmo a população do território sendo predominantemente rural, os dados indicam um processo de urbanização do território que tem aumentado gradativamente.

O planejamento no território

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, do IBGE, publicada em 2018, apresenta um levantamento das políticas e instrumentos de planejamento urbano de 5.570 prefeituras brasileiras. Conforme o mapa 2, oito municípios têm o plano diretor como documento básico de planejamento urbano e outros dezesseis, é na Lei Orgânica municipal que apresenta alguns instrumentos de política urbana.

Mapa 2 – Documento de política urbana no Território da Chapada Diamantina – 2018



Base de Dados: IBGE/2019. Datum: SIRGAS 2000. Elaboração cartográfica: Leonardo Ribeiro Farias

De acordo com Duarte (2012, p.65), “Todos os municípios brasileiros com população superior a 20 mil habitantes foram obrigados a realizar seus planos diretores até 2006”, esse é o mínimo populacional exigido constitucionalmente, para a elaboração do plano. Os dados do censo demográfico de 2010, indicam quatro municípios do TICD com população superior a 20 mil habitantes, que são; Seabra, com 41.798 habitantes; Morro do Chapéu, com 35.194; e Barra da Estiva, com 21.187. Três municípios têm plano diretor e cumprem com a legislação vigente e Iraquara, com 22.601 habitantes não tem plano diretor.

Cinco municípios com plano diretor têm menos de 20 mil habitantes, alguns, como: Lençóis e Mucugê, polos turísticos da Região da Chapada Diamantina, por esse motivo, aparece no critério do inciso IV do artigo 41 do estatuto da cidade, que diz, “é obrigatório o plano diretor para áreas de especial interesse turístico”. No referido artigo, além do critério quantitativo de habitantes e ou de interesse turístico, existem outros critérios vigentes que podem obrigar o município a fazer o plano diretor, como: integrar regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no 4o do art. 182 da Constituição Federal e cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Os outros vinte e um municípios do território, pelo critério quantitativo estabelecido, não estão obrigados a elaborar o plano diretor, está na lei, porém pode atrapalhar os municípios menores a adotar políticas públicas de planejamento urbano, em razão de não ter obrigação legal para construir o plano diretor.

Após analisar os dados de legislação e instrumentos de planejamento do MUNIC, oito municípios, o equivalente a 33% dos municípios do TICD tem plano diretor: Barra da Estiva, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê e Seabra. De acordo com o quadro 1, as leis de criação dos planos diretores dos Municípios, foram promulgadas após o Estatuto da Cidade em 2001, os planos mais antigos do território foram criados em 2005, que são, Lençóis, Morro do Chapéu e Mucugê.

Quadro 1: Ano da lei de criação do Plano Diretor nos Municípios do TICD - 2018

Município	Ano
Barra da Estiva	2007
Ibicoara	2008
Itaetê	2009
Lençóis	2005
Marcionílio Souza	2010
Morro do Chapéu	2005
Mucugê	2005
Seabra	2006

Fonte dos dados: Perfil dos municípios brasileiros – IBGE/2018
Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias

No Território de Identidade da Chapada Diamantina (TICD), cinco municípios estão em processo de desenvolvimento do plano diretor: Andaraí, Iraquara, Nova Redenção, Palmeiras e Rio de Contas. Iraquara, segundo censo demográfico de 2010, tem 22.601 habitantes, contém mais de 20 mil habitantes e é obrigatório pelo Estatuto da Cidade dispor de plano diretor. Três cidades entram no perfil de integrantes de áreas de especial interesse turístico: Andaraí, Palmeiras e Rio de Contas. Lugares que atraem turistas de diversos lugares para explorar a história e as belezas naturais da Chapada Diamantina. Após a elaboração, 54% do TICD terá o plano diretor, como documento básico de planejamento urbano.

Os dados indicam que 67% dos municípios pertencentes ao Território de Identidade não tem plano diretor, são eles: Abaíra, Andaraí, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Jussiape, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Souto Soares, Utinga e Wagner. Nas Leis Orgânicas desses municípios, apresentam os princípios gerais referente à política urbana ou organização espacial do território, dentre elas, os princípios de criação do plano diretor. E apresenta parâmetros legais nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001, instrumentos jurídicos da política urbana brasileira.

As prefeituras, estabeleceram nas constituições municipais, alguns instrumentos de planejamento urbano, a exemplo, as regras para estabelecer o plano diretor, normas de zoneamentos, parcelamento, uso e ocupação do solo, delimitação do perímetro urbano, função social da propriedade e critérios de tributação urbana. As Leis Orgânicas, vão estabelecer os princípios gerais e os parâmetros legais para a política urbana nos municípios, bem como as regras de instrumentalização do plano diretor.

Após analisar as informações no Perfil dos municípios brasileiros 2018, do IBGE, concomitante com a Seção I, Art. 4º do Estatuto da Cidade, percebe-se a baixa adesão a alguns instrumentos de planejamento. Em concordância com o exposto no Quadro 2, 88% dos municípios, não têm Legislação sobre usucapião especial de imóvel urbano. Barra da Estiva, tem o instrumento como parte do plano diretor, Marcionílio Souza e Utinga, tem uma legislação específica para tratar o tema.

Quadro 2 – Existência de Instrumentos de planejamento nos municípios do TICD - 2018

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	SIM	NÃO
Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social	38%	63%
Legislação sobre zona e/ou área de interesse especial	29%	71%
Lei de perímetro urbano	71%	29%
Legislação sobre parcelamento do solo	63%	38%
Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	63%	38%
Legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	38%	63%
Legislação sobre contribuição de melhoria	46%	54%
Legislação sobre operação urbana consorciada	25%	75%
Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança	17%	83%
Código de obras	63%	38%
Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico	46%	54%
Legislação sobre servidão administrativa	17%	83%
Legislação sobre tombamento	29%	71%
Legislação sobre unidade de conservação	50%	50%
Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia	38%	63%
Legislação sobre usucapião especial de imóvel urbano	13%	88%
Legislação sobre direito de superfície	25%	75%
Legislação sobre regularização fundiária	33%	67%
Legislação sobre a legitimação de posse	25%	75%
Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental	58%	42%

Fonte dos dados: Perfil dos municípios brasileiros – IBGE/2018

Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias

Alguns dispositivos de planejamento urbano existem em maior número nos municípios do território de identidade, a exemplo, 71% tem a lei de perímetro urbano, 63% tem os seguintes instrumentos: legislação sobre parcelamento do solo, legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo, Código de obras e 58% Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental.

No quadro 3 é possível fazer a comparação com os instrumentos pesquisados em 2015 e em 2018 e identificar o aumento de municípios que elaboraram leis que contemple algum instrumento de planejamento.

Quadro 3 – Instrumentos de planejamento nos municípios do TICD em 2015 e 2018

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	2015	2018
Município com algum instrumento de planejamento	79%	92%
Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social	29%	38%
Legislação sobre zona e/ou área de interesse especial	33%	29%
Lei de perímetro urbano	67%	71%
Legislação sobre parcelamento do solo	42%	63%
Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	46%	63%

Legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	21%	38%
Legislação sobre contribuição de melhoria	21%	46%
Legislação sobre operação urbana consorciada	13%	25%
Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança	13%	17%
Código de obras	54%	63%
Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico	25%	46%
Legislação sobre servidão administrativa	4%	17%
Legislação sobre tombamento	13%	29%
Legislação sobre unidade de conservação	25%	50%
Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia	17%	38%
Legislação sobre usucapião especial de imóvel urbano	4%	13%
Legislação sobre direito de superfície	13%	25%
Legislação sobre regularização fundiária	13%	33%
Legislação sobre a legitimação de posse	13%	25%
Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental	38%	58%

Fonte dos dados: Perfil dos municípios brasileiros – IBGE – 2015/2018

Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias

Em 2015, 21% dos municípios pertencentes ao TICD não identificaram ao menos um instrumento de planejamento urbano, no ano de 2018 houve uma queda nesse percentual, para 8 %. Esses dados são indicativos de evolução na política urbana do território, uma vez que 92% tem ao menos um instrumento de planejamento. Com relação a criação do plano diretor, segundo levantamento de dados no MUNIC - 2015/2018, no ano de 2015, sete municípios apresentaram plano diretor, em 2018, esse número mudou para oito, e com outros cinco verificou a preparação do plano pelas prefeituras. Os dados analisados indicam que a política de planejamento urbano no Território de Identidade da Chapada Diamantina está em desenvolvimento.

Considerações finais

Após a Constituição de 1988, os municípios passam a ser entes federativos, com responsabilidades jurídicas, políticas e econômicas independentes dos Estados e da Federação. E cabe a eles executar medidas de políticas urbanas e de planejamento para a cidade. O Estatuto da Cidade de 2001, estabelece, em especial para os municípios, as diretrizes gerais da política urbana, com normas e instrumentos previstos em Lei. Após as referidas Leis, o debate sobre a política urbana chega nas pequenas, médias e grandes cidades do Brasil, e capítulos referente a política, e

instrumentos de planejamento urbano é incluído nas Constituições municipais (Lei Orgânica), a exemplo o Plano Diretor.

Os dados indicam, que as Leis Orgânicas dos municípios do Território de Identidade da Chapada Diamantina (TICD), apresentam trechos referentes a instrumentos da política urbana. Outro ponto, nas constituições municipais do território, é instituído o plano diretor como ferramenta básica de planejamento urbano. E, devido à obrigatoriedade estabelecida no Estatuto da Cidade, alguns municípios com mais de 20 mil habitantes e de relevância turística, já possui ou elaboram os planos diretores. É o reflexo da influência da legislação nacional (CF/88 e Estatuto da Cidade/2001), nessas cidades.

Essas informações mostram, que a política urbana está evoluindo, e todos os municípios têm em suas Leis Orgânicas capítulos que tratam desse tema ou tem o plano diretor. É importante salientar, que nos últimos anos, houve o aumento nas legislações específicas, relacionadas a instrumentos de planejamento, como leis de perímetro urbano, zoneamento ou uso ocupação do solo e código de obras. É preciso pensar no desenvolvimento da cidade além dos problemas imediatos, planejar o crescimento ao longo de anos, normatizar as formas de uso do solo, planejar o desenvolvimento urbano e a função social da propriedade e da cidade.

Referências

BAHIA, SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Indicadores do Território da Chapada Diamantina**. [2019]. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/chapada_diamantina.pdf. Acesso em: 15.09.2021.

BAHIA, SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2015. 260 p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1).

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: 1988

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade**. Brasília, DF: 2001

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. Curitiba: InterSaberes, 2012. 199 p. (Série Gestão Pública).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 185:** Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/185>. Acesso em: 16/09/2021.

MUNIC - **Perfil dos municípios brasileiros:** 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MUNIC - **Perfil dos municípios brasileiros:** 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ROLINK, Raquel. Estatuto da Cidade - Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade:** novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo, Pólis, 2001. xxp. (Cadernos Pólis, 4)

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 176 p. (Coleção Milton Santos).

SAULE JUNIOR, Nelson. **Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro. Ordenamento constitucional da política urbana.** Aplicação e eficácia do plano diretor. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997. Edição virtual

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 13^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos (Organizadores). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.



Capítulo 4
VOÇOROCAS CONECTADAS E
DESCONECTADAS À REDE DE
DRENAGEM NA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIBEIRÃO DO CERVO, MATO GROSSO DO
SUL

Viviane Capoane

VOÇOROCAS CONECTADAS E DESCONECTADAS À REDE DE DRENAGEM NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO CERVO, MATO GROSSO DO SUL

Viviane Capoane

Docente nos cursos de Geografia – Bacharelado e Licenciatura – na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. capoane@gmail.com

RESUMO

Dentre as várias formas de paisagens degradadas causadas pela erosão por respingo, laminar, em sulcos, ravinas, voçorocas, movimento de massa e de margens de rios, a erosão em voçoroca é o tipo mais destrutivo. Considerando que processos erosivos lineares são uma importante fonte de sedimentos na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Cervo, onde foi aprovado um eixo para a instalação de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), este trabalho teve como objetivo mapear as voçorocas conectadas e desconectadas dos canais de drenagem, pois a carga de sedimentos que chega aos rios pode diminuir a vida útil do reservatório e comprometer a produção de energia hidrelétrica. O mapeamento das voçorocas foi feito em ambiente do Sistema de Informação Geográfica no *software* ArcGIS 10.8.2, utilizando imagens de alta resolução espacial do *World Imagery*. Para a validação foi utilizada a série histórica do Google Earth e o índice de vegetação por diferença normalizada derivado de imagens do satélite Sentinel-2 do ano de 2022, no *software* SeNtinel Application Platform, v. 8.0. Foram mapeadas 489 voçorocas, sendo 410 conectadas aos rios e 79 não conectadas. Os processos erosivos lineares são desencadeados, em sua maioria, pelo comportamento de trilhamento do gado. Embora áreas de pastagem que possuíam voçorocas conectadas aos rios tenham sido recentemente convertidas em lavouras de soja, dependendo do estágio de degradação, a ausência de tráfego animal não impede que o processo erosivo continue ativo, sendo necessário a intervenção/recuperação. Os resultados encontrados também permitem concluir que o estudo que aprovou sete eixos para a instalação de PCHs na bacia hidrográfica do Rio Pardo ignorou o grau de degradação das áreas agrícolas, os passivos ambientais e, superestimou o tempo de vida útil dos reservatórios. Para evitar o aumento das voçorocas e os impactos negativos na produção de energia hidrelétrica, é fundamental implementar práticas de manejo conservacionistas do solo e da água nas áreas agrícolas, bem como restringir o acesso do

gado aos cursos d'água para a dessedentação e realizar a restauração florestal nas áreas de preservação permanente.

Palavras-chave: Solos arenosos, Pastagens degradadas, Mudanças no uso e cobertura da terra, Manejo do solo, Assoreamento.

ABSTRACT

Among the various forms of degraded landscapes caused by splash, sheet, rill, gully, ravine, gully erosion, mass movement, and riverbank erosion, gully erosion is the most destructive type. Considering that linear erosion processes are a significant source of sediment in the Cervo Watershed, where the installation of a Small Hydroelectric Power Plant (SHPP) has been approved, this study aimed to map connected and disconnected gullies from the drainage channels because the sediment load reaching the rivers can reduce the reservoir's lifespan and compromise hydroelectric energy production. The gully mapping was carried out within a Geographic Information System environment, using ArcGIS 10.8.2 software and high-resolution World Imagery. For validation, a historical series from Google Earth and the Normalized Difference Vegetation Index derived from Sentinel-2 satellite images from the year 2022 were used in the Sentinel Application Platform, v. 8.0 software. A total of 489 gullies were mapped, with 410 being connected to rivers and 79 being unconnected. Linear erosion processes are mostly triggered by the trailing behavior of cattle. Even though pasture areas with gullies connected to rivers have recently been converted to soybean cultivation, depending on the degradation stage, the absence of animal traffic does not prevent the erosive process from remaining active, necessitating intervention and recovery efforts. The results also allow us to conclude that the study approving seven axes for SHPP installation in the Rio Pardo watershed ignored the degree of degradation of agricultural areas, environmental liabilities, and overestimated the reservoir lifespan. To prevent the increase of gullies and the negative impacts on hydroelectric energy production, it is essential to implement soil and water conservation management practices in agricultural areas, as well as restrict cattle access to watercourses for drinking and carry out forest restoration in permanent preservation areas.

Keywords: Sandy Soils, Degraded Pastures, Land Use and Land Cover Changes, Soil Management, Siltation.

INTRODUÇÃO

A erosão do solo resulta da ação dos agentes água, vento, gelo e gravidade, sobre o solo em condições naturais ou modificadas pelos humanos. Os fatores que influenciam no surgimento, desenvolvimento e no resultado do processo erosivo incluem as condições climáticas, hidrológicas, topográficas, geológicas, pedológicas

e da vegetação, bem como as condições econômicas, técnicas e socioeconômicas (Williams, 2003). Embora os fatores de erosão se combinem e interajam, um fator ou grupo de fatores pode prevalecer e se tornar um fator (ou fatores) de importância fundamental.

A erosão hídrica é o tipo mais comum entre os processos de degradação do solo (Bridges; Oldeman, 1999). A mecânica do processo inicia com o impacto da gota de chuva por meio de sua pressão e cisalhamento, que provoca um destacamento significativo de material, disponibilizando-o para transporte pela força de arrasto da água corrente (Erpul; Norton; Gabriels, 2002). As partículas destacadas são transportadas por fluxo superficial (erosão laminar) e fluxo concentrado (erosão em sulcos, ravinas e voçorocas), e depositadas quando a velocidade do fluxo diminui (Lal, 1987; 1998; 2001). A maior parte do material desagregado e transportado pelos agentes da erosão é redistribuído nas bacias hidrográficas, formando novas estruturas sedimentares incluindo depósitos coluviais no sopé de encostas e em depressões, bem como depósitos aluviais, leques e planícies de inundação, que mais tarde, podem se tornar terraços fluviais (Macklin *et al.*, 2006). Parte do material perdido também fica aprisionado em reservatórios formados a partir da construção de barragens.

Dentre as várias formas de paisagens degradadas causadas pela erosão por respingo, laminar, em sulcos, ravinas, voçorocas, movimento de massa e erosão em margens de rios, a erosão em voçoroca é o tipo mais destrutivo (Novák, 1994). Segundo Novák, as manifestações destrutivas incluem a redução da área de terra disponível para cultivo, a perda de solo, a deposição de sedimentos em áreas mais baixas da vertente (sopé e planície), diminuição da qualidade do solo na zona de acumulação, diminuição na disponibilidade de água devido a interrupção do lençol freático, assoreamento de rios e reservatórios e degradação da qualidade das águas superficiais.

A formação de uma voçoroca dá-se através de uma passagem gradual da erosão laminar para erosão em sulcos e ravinas, as quais têm suas dimensões aumentadas, tornando-se cada vez mais profundas, ou então, diretamente a partir de um ponto de elevada concentração de águas sem a devida dissipação de energia (Santos *et al.*, 2018). Embora as voçorocas desenvolvam-se como ravinas alargadas, sua gênese é geralmente mais complexa, envolvendo fluxos subterrâneos e processos de paredes laterais (Bocco; Palacio; Valenzuela, 1991).

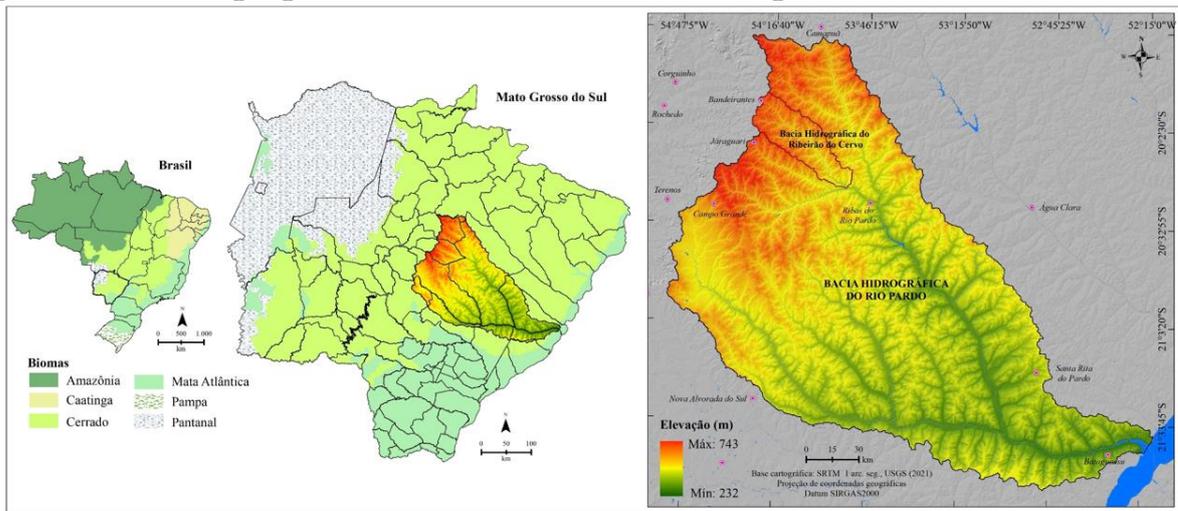
As voçorocas podem ser classificadas em duas categorias: as voçorocas aluviais, que estão conectadas à rede de drenagem, e as voçorocas em encostas, que não possuem essa conexão. O conceito de acoplamento refere-se à interligação dos processos hidrológicos e geomorfológicos entre a encosta e os canais de drenagem, como definido por Michaelides e Wainwright (2002). De acordo com Prosser (2018), é importante ressaltar que as voçorocas aluviais e as voçorocas em encostas apresentam diferenças, mesmo quando se trata de atributos simples, como o comprimento. Isso ocorre porque essas características diferem em termos de sua abrangência espacial e, além disso, têm origens e processos erosivos distintos. Portanto, Prosser argumenta que, no contexto do mapeamento e da modelagem da erosão, é imperativo separar adequadamente as voçorocas aluviais das voçorocas em encostas. Li e Fang (2016) complementam essa perspectiva, enfatizando a necessidade de incorporar e distinguir os processos erosivos mais destrutivos, como ravinas e voçorocas e erosão de margens, nos modelos de erosão, caso contrário, áreas que exigem intervenção prioritária permanecerão negligenciadas, resultando em uma subestimação das taxas de erosão.

Na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Cervo (BHRC), tributária do Ribeirão das Botas, em Mato Grosso do Sul, o trabalho desenvolvido por Sousa (2021) mostrou que processos erosivos lineares conectados aos rios são uma fonte substancial de sedimento nos cursos d'água. Considerando que foram aprovados sete eixos para a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na bacia hidrográfica do Rio Pardo (ANEEL, 2020; 2021; IMASUL, 2019), uma delas na BHRC, este trabalho tem como objetivo mapear as voçorocas, conectadas e não conectadas aos canais de drenagem. Isso se justifica pela potencial influência dos processos erosivos lineares sobre a vida útil do reservatório da PCH.

ÁREA DE ESTUDO

A bacia hidrográfica do Ribeirão do Cervo localiza-se na região central do estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1), no bioma Cerrado, mais especificamente na ecorregião do Planalto do Paraná Guimarães (Sano *et al.*, 2019). A BHRC está inserida nos municípios de Jaraguari (43,0%), Bandeirantes (34,7%), Ribas do Rio Pardo (22,3%) e Rochedo (0,004%).

Figura 1 – Contexto geográfico da área de estudo, bacia hidrográfica do Ribeirão do Cervo/MS.



Fontes: SOS Mata Atlântica (2020); USGS (2021); IBGE (2019; 2022). Elaboração: Capoane, V. (2023).

A área de drenagem da BHRC é de 1.250,9 km² e o perímetro é de 223,4 km (Capoane, 2022) e a forma é alongada, o que indica alta capacidade de infiltração, baixo escoamento, com pico de fluxo mais plano por mais tempo e não propensão a enchentes - fator forma 0,24 (Horton, 1932). A BHRC é tributária do Ribeirão das Botas, afluente do Rio Pardo, que, por sua vez, deságua no rio Paraná (Figura 1).

O clima da região é o tropical monçônico (Alvares *et al.*, 2014) e a principal característica climática é a existência de duas estações bem distintas: uma seca (inverno-primavera) e outra chuvosa (verão-outono) (Zavattini, 2009). Segundo Zavattini (2009), os meses mais chuvosos são dezembro-janeiro-fevereiro, e os mais secos são junho-julho-agosto (Zavattini, 2009). Para o município de Ribas de Rio Pardo a precipitação acumulada em 2021 e 2022 foi de 1.050,4 mm ano⁻¹ e 1.127,9 mm ano⁻¹, respectivamente. Para Camapuã, a precipitação acumulada em 2022 foi de 937,2 mm ano⁻¹ (CEMTEC, 2023).

As Unidade Geológicas presentes na área são Serra Geral (21,33%), ao longo das principais drenagens (Figura 2) em decorrência dos processos de denudação que removeram o pacote sedimentar do Grupo Caiuá indiviso (77,17%) e, Coberturas Detrito-Laterítica-Neogênica (1,50%), que podem ocorrer sobrepostas aos basaltos da Formação Serra Geral ou dos arenitos do Grupo Caiuá. As classes de solo identificadas na escala 1:1.000.000 (IBGE, 2021) foram Neossolo Quartzarênico (53,3%) e Latossolo Vermelho (45,1%) (Figura 2).

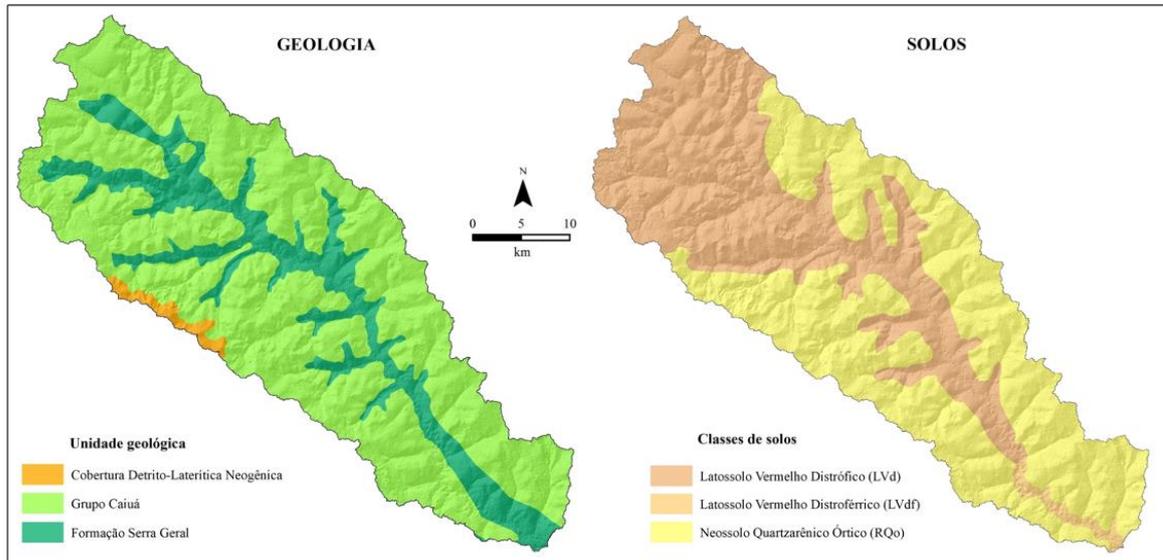
Geomorfologicamente a BHRC encontra-se no Planalto de Campo Grande (99,74%), com elevações variando de 375,0 m a de 700,9 m e amplitude de 325,9 m.

Os declives variam de 0,003 a 30,84%, com média 4,5% e desvio padrão de 2,16 (MDS SRTM 30 m, USGS, 2021).

A atividade econômica predominante é a agrícola, com destaque para a pecuária de corte, e, na última década, a inserção da sojicultura. A agricultura familiar predomina nos seis assentamentos de reforma agrária, via Banco da Terra, sendo eles: Associação Harmonia de Agricultura Familiar (ASHAGAFA), Associação Nascente do Prosa de Agricultura Familiar (ANPAF), Associação Universitária dos Trabalhadores Rurais (ASSUNI), Associação São Caetano de Trabalhadores Rurais (ASCA), Associação dos Trabalhadores Rurais da Região Norte de MS (ASNOR) e Associação dos Trabalhadores Rurais de Jaraguari (ASJAR).

A BHRC está inserida na mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul e microrregião de Campo Grande (77,2%), no médio e alto curso, e na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, na microrregião de Três Lagoas (22,3%), no baixo curso.

Figura 2 - Unidades geológicas e classes de solo na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Cervo/MS.



Fontes: MDS SRTM 30, USGS (2021) e IBGE (2021). Elaboração: Capoane, V. (2023).

METODOLOGIA

Base cartográfica e delimitação da área de estudo

A base cartográfica utilizada foi o Modelo Digital de Superfície (MDS) SRTM 30. A cena que cobre a área de estudo foi obtida no *hub* do Serviço Geológicos dos

Estados Unidos, Earth Explorer (USGS, 2021). Uma vez obtida a cena, a mesma foi reprojeta para o Datum SIRGAS2000 e, posteriormente, o sistema de projeção de coordenadas geográficas foi reprojeta para UTM, zona 21S. O limite da bacia hidrográfica foi extraído no *software* ArcGIS 10.8.2 utilizando a função *watershed* (Fill, Flow direction, flow accumulation, conditional (limiar 800, D8), raster to polyline, feature to point, watershed).

Mapeamento das voçorocas

O mapeamento das voçorocas conectadas e não conectadas à rede de drenagem foi feito em ambiente do Sistema de Informação Geográfica no *software* ArcGIS 10.8.2, utilizando imagens de alta resolução espacial do *World Imagery*. Para a validação, foi utilizada a série histórica do Google Earth e o índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) obtido de imagens Sentinel-2 do ano de 2022, no *software* SeNtinel Application Platform (SNAP), v. 8.0.

Os principais fatores geoambientais que se relacionam com os processos erosivos lineares como litologia, relevo, solos e uso e cobertura da terra, subsidiaram a análise dos resultados. Os dados foram obtidos no repositório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) e na plataforma MapBiomias (2023, coleção 8).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os bovinos são animais gregários, com o hábito de manter-se em grupos sociais definidos (Phillips, 1993), o que, conforme Mota e Marçal (2019), pode ser uma provável herança instintiva dos períodos anteriores à domesticação. Quando um membro do rebanho segue um caminho específico, outros podem segui-lo instintivamente. Esse comportamento de seguir o líder ajuda a manter o grupo coeso e reduz o risco de separação de membros do rebanho.

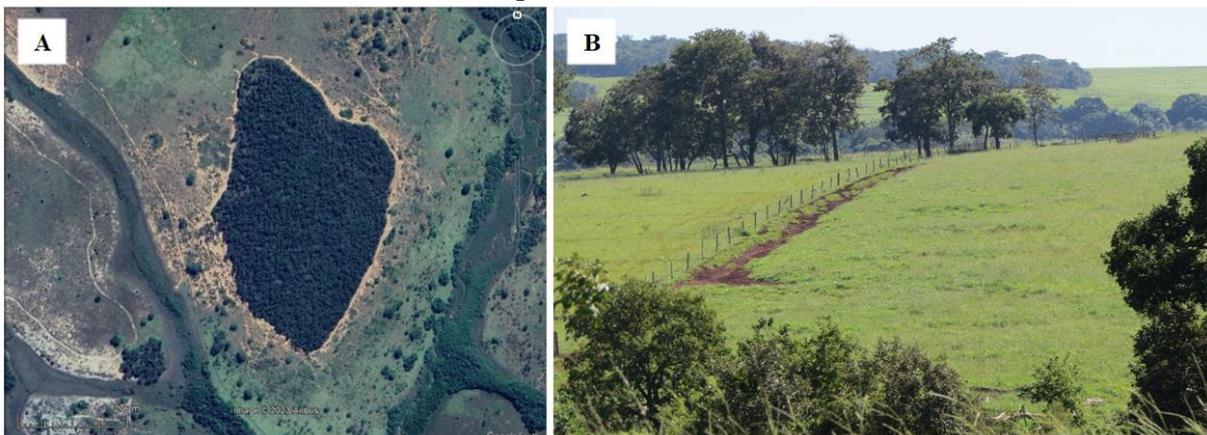
Assim, como muitos outros animais, na procura de alimento, água e locais de descanso, os bovinos tendem a escolher o caminho de menor resistência ao se mover, selecionando trilhas já existentes ou caminhos mais nivelados e firmes para economizar energia durante o deslocamento. Isso é especialmente importante em

áreas de pecuária extensiva, pois isso economiza tempo e energia, já que eles têm conhecimento prévio dessas áreas.

Os bovinos geralmente evitam terrenos acidentados, áreas lamacentas ou com vegetação densa, pois essas condições podem ser mais desafiadoras para o movimento. Isso pode resultar na formação de trilhas bem definidas ao redor desses obstáculos, como no entorno de um fragmento florestal (Figura 3A). Em áreas de pastagem também é comum a formação de trilhas ao longo das cercas (Figura 3B).

À medida que o gado se movimenta repetidamente em uma determinada trilha, eles podem aprender a preferir esse caminho específico, consolidando ainda mais a trilha ao longo do tempo. O comportamento de trilhamento do gado compacta o solo e desencadeia os processos erosivos lineares, como o da Figura 3B, pois quando os fluxos superficiais encontram as trilhas, tendem a seguir o caminho de menor resistência. Com o passar do tempo, os sulcos ou ravinas, que inicialmente são pequenos, têm o potencial de crescer à medida que o gado continua a transitar por essas áreas e as enxurradas continuam a transportar sedimentos, aprofundando-os e formando assim as voçorocas.

Figura 3 – Imagens ilustrando o trilhamento pelo gado no entorno de fragmento florestal e ao longo de uma cerca.



Fonte: Google Earth. Foto: Capoane, V. data 15/04/2022.

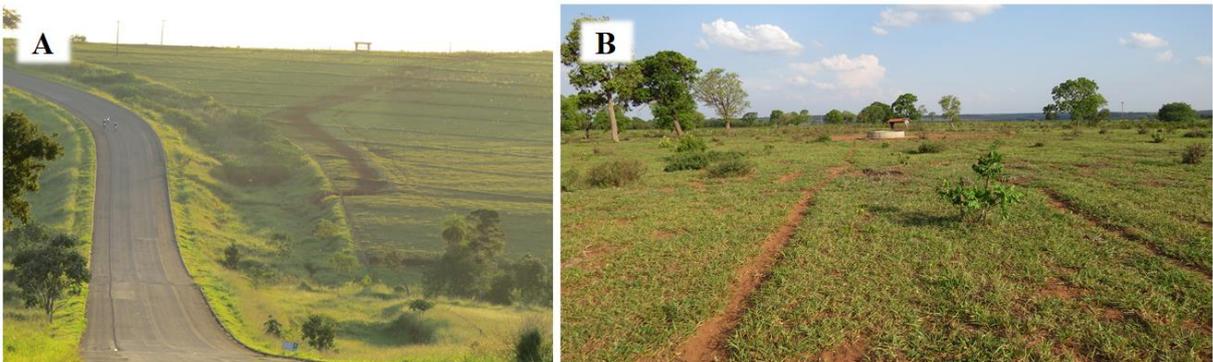
Os humanos também podem influenciar no deslocamento do rebanho quando criam caminhos ou trilhas para direcionar o movimento do gado no manejo e administração do rebanho. O recorte espacial da Figura 4A mostra a influência humana no comportamento do gado onde uma rodovia dividiu a fazenda e foi construída uma passagem sob a pista. A cerca que direciona o gado até o ponto de

passagem está no sentido do declive, o que potencializa o desencadeamento e evolução de processos erosivos lineares.

O mesmo ocorre quando os produtores instalam bebedouros e cochos para a alimentação e administração de medicamentos ao gado (Figura 4B). O deslocamento dos animais até este ponto forma trilhamentos e a concentração de animais ao redor dos bebedouros e cochos, aliada às práticas de manejo inadequadas, pode criar condições propícias à erosão do solo. Isso ocorre, pois a compactação reduz a porosidade do solo, tornando-o menos permeável à água. Como resultado, a água da chuva não consegue infiltrar gradualmente no solo, e em vez disso, ela escoar superficialmente. Conforme a água da chuva escoar pela superfície do terreno compactado, ela ganha energia o que pode resultar na remoção das camadas superficiais do solo, criando sulcos ou ravinas.

A concentração de nutrientes, como fezes e urina, ao redor dos bebedouros e cochos também pode criar áreas de sobrecarga de nutrientes no solo. Essa acumulação de nutrientes não apenas compromete a qualidade do solo, mas também aumenta o risco de contaminação dos ecossistemas aquáticos.

Figura 4 – Travessia sob a pista (A) e ponto de dessedentação (bebedouro) e alimentação do gado (B).

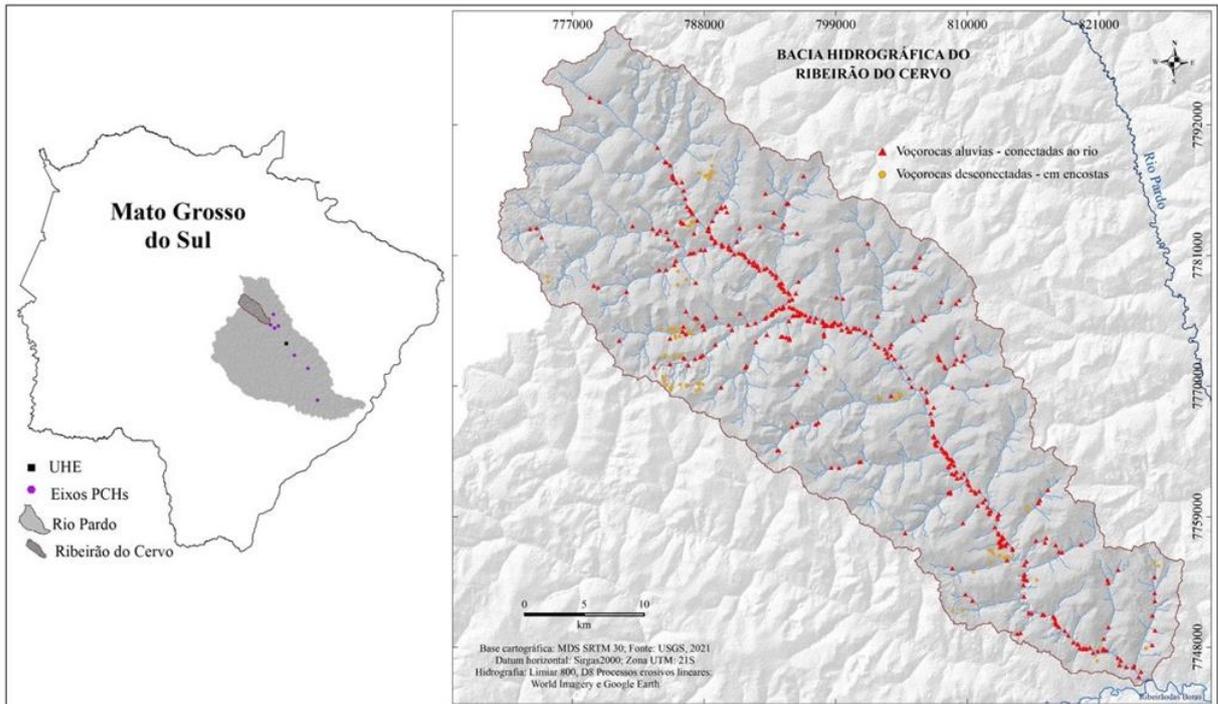


Fotos: Capoane, V., datas: 08/05/2022 (A) e 02/10/2023 (B).

Na bacia hidrográfica do Ribeirão do Cervo foram identificadas 489 voçorocas. Destas, 410 estão conectadas aos cursos d'água, enquanto 79 não apresentavam essa conexão com a rede de drenagem. A maior parte das voçorocas conectadas à rede de drenagem estão no canal principal/Ribeirão do Cervo, conforme ilustrado na Figura 5. A formação das voçorocas aluviais tem como principal causa o trilhamento intensivo pelo gado quando acessa os cursos d'água para a dessedentação e, em alguns casos, para travessia. Esse tráfego desempenha um papel fundamental no

aprofundamento e alargamento progressivo das voçorocas ao longo do tempo, tornando-as uma questão ambiental de grande relevância na BHRC.

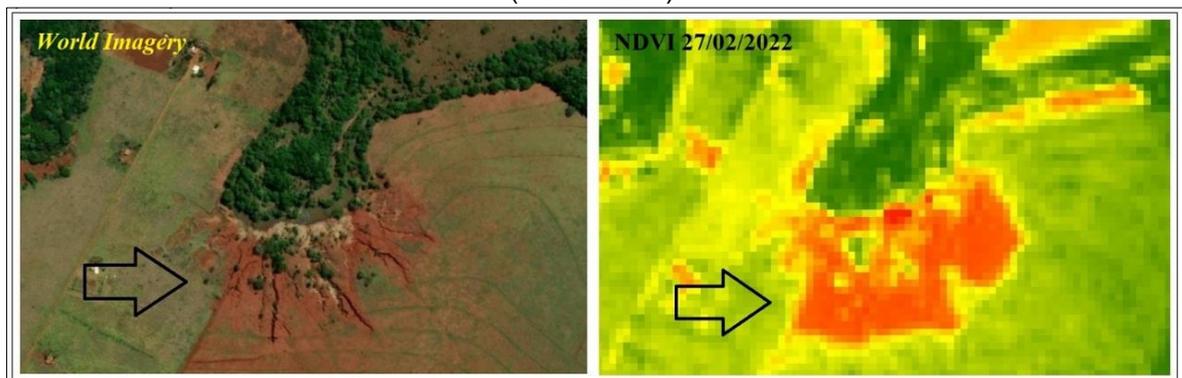
Figura 5 - Voçorocas mapeadas na bacia hidrográfica do Ribeirão do Cervo/MS.



Fontes: USGS (2021), IBGE (2021). Elaboração: Capoane, V. (2023).

Em função da escala de representação temática da Figura 5 (1:290.000), voçorocas próximas como as apresentadas nas Figuras 6, 7 e 8, foram quantificadas somente uma vez. Assim, o número de voçorocas existentes na BHRC é muito maior do que o apresentado em pontos. Na Figura 6, além da degradação do solo, também se observa passivo ambiental na Área de Preservação Permanente (APP) ribeirinha.

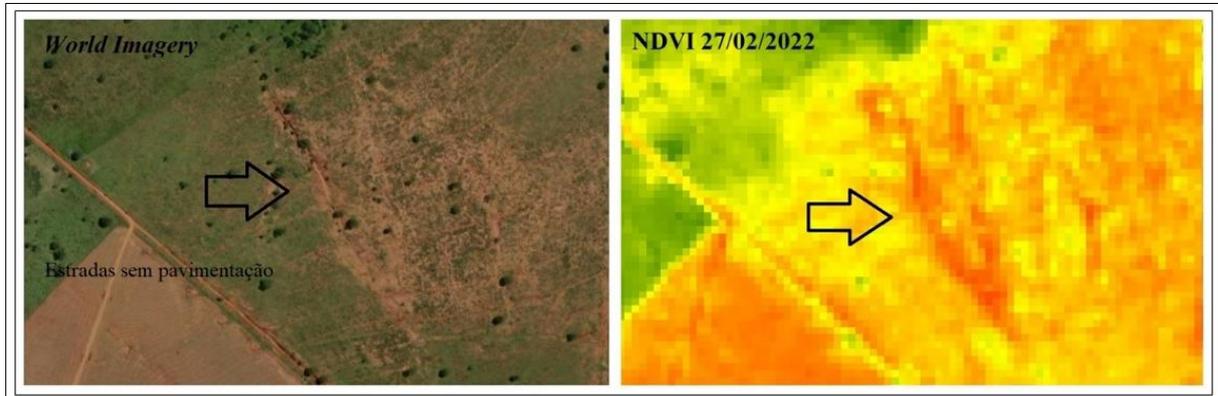
Figura 6 - Voçorocas conectadas ao curso d'água - *World Imagery* (sem data) e NDVI (27/02/2022).



Fontes: *World Imagery* e Sentinel-2.

As voçorocas desacopladas dos canais de drenagem (Figura 7) geralmente resultam de uma combinação de características da paisagem e mudanças resultantes do manejo do solo. Para Rose *et al.* (2014), as características da paisagem incluem aquelas que contribuem para a formação dos cursos d'água, ou seja, a capacidade de coletar e concentrar qualquer escoamento em um córrego concentrado. O manejo do solo, que reduz a cobertura vegetal, tende a aumentar a taxa e a quantidade total de escoamento, de modo que qualquer fluxo concentrado resultante possuirá uma capacidade erosiva aumentada pelas consequências de tais práticas de manejo. A formação e a taxa de expansão de qualquer ravina assim formada dependerão então do grau de resistência que o perfil do solo envolvido oferece ao fluxo erosivo concentrado. No caso da BHRC, as voçorocas predominam em áreas com Neossolos Quartzarênicos, e a combinação de solos arenosos, pastagens degradadas e pisoteio animal, são fatores que intensificam e aceleram a mecânica do processo erosivo e a formação de voçorocas.

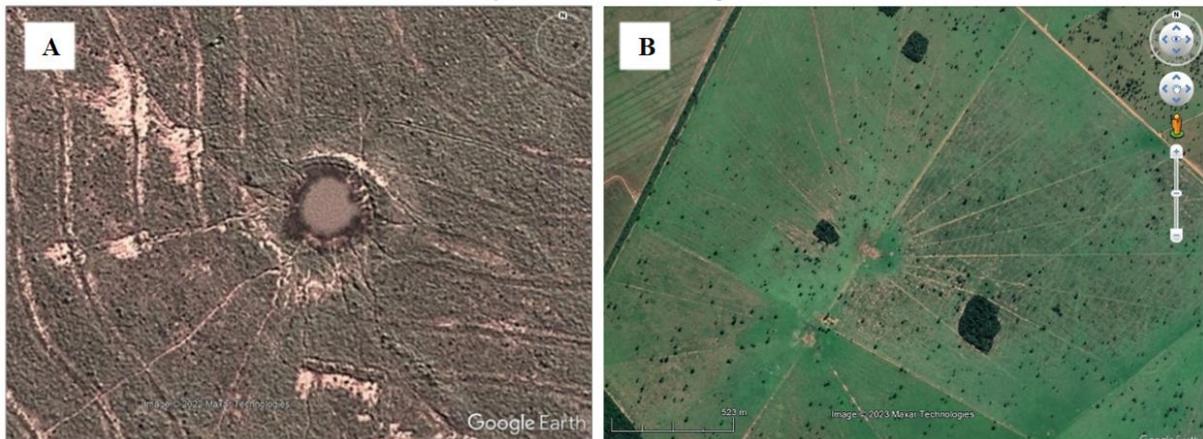
Figura 7. Voçorocas não conectadas aos cursos d'água - World Imagery (sem data) e NDVI (27/02/2022).



Fontes: Worl Imagery e Sentinel-2.

Também foram observados na BHRC processos erosivos lineares desconectados dos cursos d'água, mas ligados a reservatórios construídos em áreas úmidas de cabeceiras de drenagem para a dessedentação animal (Figura 8). Nota-se no recorte espacial da Figura 8A que na área foram construídos terraços, contudo essa prática mecânica de conservação do solo é complementar, e por si só não resolve o problema da erosão do solo.

Figura 8 - Processos erosivos lineares formados pelo tráfego de animais até reservatório construído para dessedentação animal.

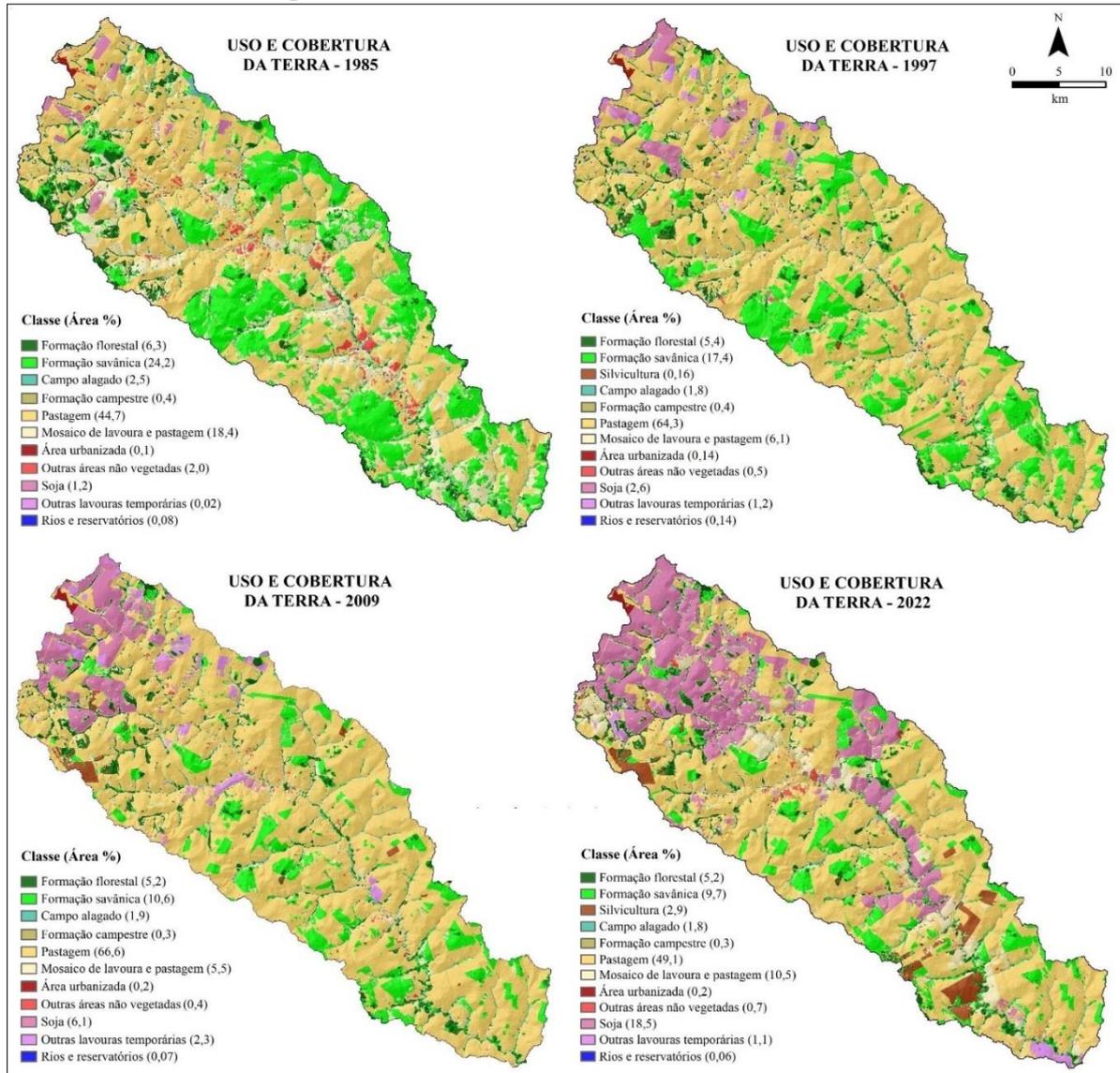


Fonte: Google Earth.

A análise histórica do uso e cobertura da terra na BHRC (quatro recortes temporais: 1985, 1997, 2009 e 2022) a partir dos dados disponibilizados pela Rede MapBiomas, mostra mudanças significativas (Figura 9). Em 1985, a vegetação nativa composta pelas formações savânicas (24,2%), florestais (6,3%), campestres (0,4%) e de campo alagado (2,5%), representava 33,5% da área total da BHRC, enquanto o uso agrícola predominante era pastagem em 44,7% da área. A classe mosaico de lavoura e pastagem - que corresponde a áreas que apresentam um uso misto, onde tanto a produção de alimentos vegetais como a criação de animais ocorrem de forma integrada ou em sistemas agropecuários mistos, sendo uma categoria relevante para compreender a dinâmica das paisagens agrícolas e a interação entre lavoura e pecuária em determinadas regiões - ocupava 18,4% da BHRC. Outras áreas não vegetadas (2,0%), soja (1,2%), área urbanizada (0,1%), rios e reservatórios (0,08) e outras lavouras temporárias (0,02), somavam 3,4% da área da BHRC.

Em 1997, a área coberta com vegetação nativa - formação savânica (17,4%), formação florestal (5,4%), formação campestre (0,4%) e de campo alagado (1,8%) - apresentou uma redução de 8,5% em comparação a 1985. A classe pastagem ocupava 64,3% da BHRC, tendo apresentado um aumento de 19,6% em comparação a 1985. Parte deste aumento deu-se em áreas desmatadas como pode ser observado na Figura 9. As classes mosaico de lavoura e pastagem (6,1%), soja (2,6%), outras lavouras temporárias (1,2%), outras áreas não vegetadas (0,45%), silvicultura (0,16%), rios e reservatórios (0,14) e área urbanizada (0,14%), somavam 10,7% da área da BHRC.

Figura 9 - Uso e cobertura da terra nos anos de 1985, 1997, 2009 e 2022 para a bacia hidrográfica do Ribeirão do Cervo, Mato Grosso do Sul.



Fonte: MapBiomas, coleção 8. Elaboração: Capoane, V. (2023).

Em 2009, a vegetação nativa composta pelas formações savânicas (10,6%), florestais (5,2%), campestres (0,3%) e de campo alagado (1,9%), representava 18,1% da área total da BHRC, enquanto o uso agrícola predominante (66,6%) era a pastagem. Os cultivos de soja expandem em áreas de solos argilosos (Figura 2), ocupando 7.690,5 ha (6,1%). As classes mosaico de lavoura e pastagem (5,5%), outras lavouras temporárias (2,3%), silvicultura (0,8%), outras áreas não vegetadas (0,4%), área urbanizada (0,15%) e rios e reservatórios (0,07), somavam 9,3% da área da BHRC.

Em 2022 a área com vegetação nativa havia reduzido 16,5% em comparação a 1985. As formações savânicas (9,7%), florestais (5,2%), campestres (0,3%) e de

campo alagado (1,8%), representavam 17,0% da área total da BHRC. Essa diminuição está relacionada ao desmatamento e incorporação das áreas para a agricultura, principalmente a pecuária. Embora a classe pastagem tenha apresentado uma redução de 17,5% em comparação ao ano de 2009, ainda é a classe de uso predominante, ocupando 49,1% da BHRC. A classe mosaico de lavoura e pastagem que correspondia a 18,4% da área em 1985, reduziu para 10,5% em 2022. A variação encontrada ao longo da série histórica para esta classe reflete as transformações no uso da terra em resposta a políticas agrícolas e desenvolvimento econômico. Outras lavouras temporárias (1,1%), outras áreas não vegetadas (0,7%), área urbanizada (0,16%) e rios e reservatórios (0,06) somavam 12,6% da área da BHRC.

As mudanças na cobertura e no uso da terra mais significativas observada na série histórica foram a supressão da vegetação nativa e o avanço da soja. A área plantada com esta oleaginosa correspondia a 18,5% da área da BHRC em 2022. O incremento das áreas de lavouras deu-se, predominantemente, em áreas anteriormente utilizadas para pecuária extensiva, que, como mencionado acima, apresentou uma redução na área de 17,5% entre 2009 e 2022.

As lavouras de soja estão localizadas predominantemente no alto curso da bacia hidrográfica em área de relevo plano a suave ondulado, e com solos de textura mais argilosa (Figura 2), e nos vales no médio e baixo curso do Ribeirão do Cervo em relevo plano a suave ondulado. A tendência apontada pelo trabalho de Capoane (2023) é de um aumento significativo tanto na área destinada ao cultivo de soja quanto na área de plantações de eucalipto no quadrante nordeste de Mato Grosso do Sul, particularmente em regiões com solos de textura arenosa (RQ). Isso poderá aumentar ainda mais a pressão sobre os recursos naturais solo e água. A pressão na vegetação nativa remanescente também aumentará, o que irá impactar todos os ciclos biogeoquímicos afetando ainda mais a biodiversidade que já vem sendo dizimada pela conversão dos ecossistemas naturais em agroecossistemas e pelos atropelamentos.

A partir das cartas temáticas de uso e cobertura da terra (Figura 9) também é possível observar que há inúmeras propriedades com passivos ambientais em APPs de córregos, nascentes, reservatórios e de Reserva Legal. Nas zonas ribeirinhas, onde foram identificadas inúmeras voçorocas aluviais, o uso da terra predominante é a pecuária. Nestes locais, a cobertura vegetal proporciona sombra e vegetação palatável para o gado (Trimble; Mendel, 1995). Quando um pecuarista possui terras em ambos os lados de um curso de água, o que é comum em canais de baixa ordem,

os pontos de acesso do gado para dessedentação também funcionam como pontos de passagem. Além de aumentar a erosão e a sedimentação, o acesso do gado aos cursos de água provoca alterações na morfologia dos canais, destrói *habitats* ribeirinhos e fluviais e causa danos diretos à ecologia (Capoane; Santos, 2012; 2013; Belsky, Matzke; Uselman, 1999; Agouridis *et al.*, 2005; Herbst *et al.*, 2012).

Embora em algumas áreas onde voçorocas aluviais foram identificadas o fator de degradação tenha sido retirado devido a mudanças no uso da terra - pastagem para lavouras (Figura 10) -, os processos erosivos continuam ativos. Isso demonstra que, dependendo do estágio de degradação, somente a retirada do fator de degradação não é suficiente; é necessária intervenção e recuperação. Além disso, é fundamental ressaltar que as zonas ribeirinhas correspondem a Áreas de Preservação Permanente. Portanto, juntamente com a recuperação das voçorocas e a melhoria da qualidade do solo, a restauração florestal se torna uma medida imperativa.

Além da obrigatoriedade legal (Brasil, 2012 Mato Grosso do Sul, 2014), é importante destacar que diversos estudos já comprovaram a eficácia da exclusão do gado de áreas ribeirinhas na redução da produção de sedimentos. Laubel *et al.* (2003), por exemplo, demonstraram que a implementação de cercas para contenção do gado e a preservação de zonas tampão (APP) com cobertura vegetal resultaram em significativas reduções nas taxas de erosão das margens. Além disso, Line (2002) registrou reduções notáveis na turbidez da água e na quantidade de sedimentos em suspensão em decorrência dessas medidas de manejo. Carline e Walsh (2007) também observaram reduções nos sedimentos finos, de fundo e suspensos, após a instalação de cercas. Owens, Edwards e Van Keuren (1996) demonstraram que a cerca reduziu a produção de sedimentos das pastagens em até 40%, diminuindo a perda de sedimentos de 2,5 para 1,4 t ha⁻¹. Byers *et al.* (2005) observaram que a disponibilidade de água em bebedouros resultou em uma diminuição de 64 a 95% nas cargas de fluxo de base de sólidos suspensos totais. Da mesma forma, Sheffield *et al.* (1997) relataram que a erosão das margens dos rios foi reduzida em 77%, enquanto as concentrações de sólidos totais suspensos foram reduzidas em 90%, após o fornecimento de abastecimento alternativo de água em bebedouros. O pastejo rotacionado também resulta em menos sedimentos finos nos cursos d'água em comparação a áreas com pastejo contínuo (Lyons *et al.*, 2000; Owens; Shipitalo, 2009). Esses estudos enfatizam que a gestão adequada, incluindo a proteção das áreas de preservação permanente e a implementação de práticas de manejo

conservacionistas, não apenas preservam os recursos naturais solo e água, mas também tem potencial para aumentar a produção agrícola.

Figura 10 - Processos erosivos lineares causados pelo trilhamento do gado em área de pastagem que foi convertida em lavoura de soja.



Fonte: Google Earth.

Diante do apresentado, constata-se que a erosão do solo causa problemas no local devido a degradação física, química e biológica do solo, redução da produtividade agrícola e perda de terras agrícolas; e fora do local, como deposição de sedimentos fluviais, sedimentação de reservatórios e assoreamento de canais. A degradação dos solos perturba as bases de todos os processos naturais (Dotterweich, 2008; 2013).

As alterações no ciclo hidrossedimentológico, pastagens degradadas e em processo de degradação e a iminência de construção de uma PCH sob condições climáticas em mudança, afetarão ainda mais o escoamento superficial e a erosão do solo na BHRC. As mudanças recentes no uso da terra com aumento na área plantada com monocultivos de soja e eucalipto também aumentarão a pressão sobre os recursos naturais solo e água, a vegetação nativa remanescente e a biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram mapeadas 410 voçorocas conectadas aos rios e 79 não conectadas. Os processos erosivos lineares são causados, em sua maioria, pelo trilhamento bovino. Embora áreas de pastagens que possuíam voçorocas conectadas aos rios tenham sido convertidas em lavouras de soja, dependendo do estágio de degradação, a ausência de tráfego animal até o curso d'água para dessedentação ou travessia não

impede que o processo erosivo continue ativo, sendo necessário a intervenção/recuperação.

Os resultados encontrados também permitem concluir que o estudo que aprovou sete eixos para a implantação de PCHs na bacia hidrográfica do Rio Pardo ignorou o grau de degradação das áreas agrícolas, principalmente às de pastagens, e os passivos ambientais em áreas de preservação permanente, o que leva a uma superestimação do tempo de vida útil dos reservatórios.

Sem que sejam realizadas ações de recuperação da qualidade do solo e adoção de práticas de manejo conservacionistas (edáficas, vegetativas e mecânicas) nas áreas agrícolas, restrição do acesso do gado aos cursos d'água para dessedentação, recuperação das voçorocas e restauração florestal nas áreas com passivo ambiental em APP, o número de voçorocas e os conflitos socioambientais tendem a aumentar com o passar dos anos e impactar a produção de energia hidrelétrica.

REFERÊNCIAS

AGOURIDIS, C. T. *et al.* Livestock grazing management impacts on stream water quality: A review. **Journal of the American Water Resources Association**, v. 41, p. 591-606, 2005. DOI:10.1111/j.1752-1688.2005.tb03757.x

ALVARES, C. A. *et al.* Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, 711-728, jan. 2014. DOI: 10.1127/0941-2948/2013/0507

ANEEL. Agência Nacional de Energia. **ANEEL e IMASUL aprovam estudos de PCHs que podem gerar R\$ 1 bi em investimentos no MS**. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao-2/-/asset_publisher/zXQREz8EVIZ6/content/aneel-e-imasul-aprovam-estudos-de-pchs-que-podem-gerar-r-1-bi-em-investimentos-no-ms/656877?inheritRedirect=false.

_____. **Download de dados**. Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/Down/>. Acesso: 21 set. 2021.

BELSKY, A. J.; MATZKE, A.; USELMAN, S. Survey of livestock influences on stream and riparian ecosystems in the western United States. **Journal of Soil and Water Conservation**. v. 54, p. 419-431, 1999.

BOCCO, G.; PALACIO, J. L.; VALENZUELA, C. R. Gully erosion modelling using GIS and geomorphological knowledge. **Information Technology and Control Journal**, v. 3, p. 253- 261, 1991.

Brasil. **Lei n. 12.651**, 25/05/2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n^{os} 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n^{os} 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n^o 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BYERS, H. L. *et al.* Phosphorus, sediment, and *Escherichia coli* loads in unfenced streams of the Georgia Piedmont, USA. **Journal of Environmental Quality**, v. 34, p. 2293-2300, 2005. DOI: 10.2134/jeq2004.0335

BRIDGES, E. M.; OLDEMAN, L. R. Global assessment of human-induced soil degradation. **Arid Soil Research and Rehabilitation**, v. 13, n. 4, p. 319-325, 1999. DOI: 10.1080/089030699263212

CAPOANE, V. Expansão da soja no estado de Mato Grosso do Sul no período entre 1988 e 2020. In: BARBOSA, E. F. F. M.; MARINHO, V. L. F.; GÜNTZEL, A. M. (Org.). **Mato Grosso do Sul no início do século XXI: Integração e desenvolvimento urbano-regional**. 1ed. Campo Grande: Life Editora, 2023. p. 25-38.

CAPOANE, V. Processos erosivos lineares na bacia hidrográfica do Ribeirão do Cervo, Mato Grosso do Sul. In: XIX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 2022, Rio de Janeiro. **Anais ...**, 2022. p. 156-160.

CAPOANE, V.; SANTOS, D. R. Usos antrópicos em áreas de preservação permanente: estudo de caso em um assentamento de reforma agrária. **Extensão Rural** (Santa Maria), v. 20, p. 7-23, 2013.

CAPOANE, V.; SANTOS, D. R. Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos - Rio Grande do Sul. **Revista NERA** (UNESP), v. 20, p. 193-205, 2012.

CARLINE, R. F.; WALSH, M.C. Responses to riparian restoration in the Spring Creek watershed, central Pennsylvania. **Restoration Ecology**, v. 15, n. 4, p. 731-742, 2007. DOI: 10.1111/j.1526-100X.2007.00285.x

DOTTERWEICH, M. The history of human-induced soil erosion: Geomorphic legacies, early descriptions and research, and the development of soil conservation—A global synopsis. **Geomorphology**, v. 201, p. 1-34, 2013. DOI: 10.1016/j.geomorph.2013.07.021

DOTTERWEICH, M. The history of soil erosion and fluvial deposits in small catchments of central Europe: deciphering the long-term interaction between humans and the environment — a review. **Geomorphology**, v. 101, n. 1-2, p. 192-208, 2008. DOI: 10.1016/j.geomorph.2008.05.023

ERPUL, G.; NORTON, L. D.; GABRIELS, D. Raindrop-induced and wind-driven soil particle transport. **Catena**, v. 47, p. 227-243, 2002. DOI: 10.1016/S0341-8162(01)00182-5

HERBST, D. B. *et al.* Effects of livestock exclusion on in-stream habitat and benthic invertebrate assemblages in montane streams. **Freshwater Biology**, v. 57, p. 204-217, 2012. DOI: 10.1111/j.1365-2427.2011.02706.x

HORTON, R. E. Drainage basin characteristics. **Transactions of the American Geophysical Union**, 13, 350-360, 1932. DOI: 10.1029/TR013i001p00350

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapeamento de recursos naturais do Brasil: Escala 1:250.000 – Documentação técnica**. Rio de Janeiro, IBGE – Diretoria de Geociências, 2021.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Ação integrada do Imasul e Aneel deve viabilizar investimentos de R\$ 1 bi em MS**. 2019. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/acao-integrada-do-imasul-e-aneel-deve-viabilizar-investimentos-de-r-1-bi-em-ms/>

MapBiomas. **Coleções MapBiomas, coleção 8**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso: 26 de setembro de 2023.

MOTA, R. G.; MARÇAL, W. S. Comportamento e bem-estar animal de bovinos confinados: Alternativas para uma produção eficiente, rentável e de qualidade: Revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 13, n. 1, p. 125- 141, 2019. DOI: 10.5935/1981-2965.20190010

LAL, R. Effects of soil erosion on crop productivity. **Critical Reviews in Plant Sciences**, v. 5, n. 4, p. 303-367, 1987. DOI: 10.1080/07352688709382244

LAL, R. Soil erosion impact on agronomic productivity and environment quality. **Critical Reviews in Plant Sciences**, v. 17, n. 4, p. 319-464, 1998. DOI: 10.1080/07352689891304249

LAL, R. Soil degradation by erosion. **Land Degradation & Development**, v. 12, n. 6, p. 519-539, 2001. DOI: 10.1002/ldr.472

LAUBEL, A. *et al.* Hydromorphological and biological factors influencing sediment and phosphorus loss via bank erosion in small lowland rural streams in Denmark. **Hydrological Processes**, v. 17, p. 3443-3463, 2003. DOI: 10.1002/hyp.1302

LI, Z.; FANG, H. Impacts of climate change on water erosion: A review. **Earth-Science Reviews**, v. 163, p. 94-117, 2016. DOI: 10.1016/j.earscirev.2016.10.004

LINE, D. E. Changes in a stream's physical and biological conditions following livestock exclusion. **Transactions of the ASAE. American Society of Agricultural Engineers**, v. 46, n. 2, p. 287-293, 2002. DOI: 10.13031/2013.12979

LYONS, J. *et al.* Influence of intensive rotational grazing on bank erosion, fish habitat quality, and fish communities in southwestern Wisconsin trout streams. **Journal of Soil and Water Conservation**, v. 55, n. 3, p. 271-276, 2000.

MACKLIN, M. G. *et al.* Past hydrological events reflected in the Holocene fluvial record of Europe. **Catena**, v. 66, n. 1-2, p. 145-154, 2006. DOI: 10.1016/j.catena.2005.07.015

Mato Grosso do Sul. **Decreto n. 13.977**, 05/06/2014. Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul; sobre o Programa MS Mais Sustentável, e dá outras providências.

MICHAELIDES, K.; WAINWRIGHT, J. Modelling the effects of hillslope–channel coupling on channel hydrological response. **Earth Surface Processes and Landforms**, v. 27, n. 13, p.1441-1457, 2002. DOI: 10.1002/esp.440

NOVÁK, L. Gully control. In: DVORAK, J.; NOVAK, L. Soil conservation and silviculture. **Developments in Soil Science**, v. 23, 1994. p. 290-300. DOI: 10.1016/S0166-2481(08)70069-2

OWENS, L. B.; EDWARDS, W. M.; VAN KEUREN, R. W. Sediment losses from a pastured watershed before and after stream fencing. **Journal of Soil and Water Conservation**, v. 51, n. 1, p. 90-94, 1996.

OWENS, L. B.; SHIPITALO, M. J. Runoff quality evaluations of continuous and rotational over-wintering systems for beef cows. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 129, n. 4, p. 482-490, 2009. DOI: 10.1016/j.agee.2008.11.003

PROSSER, I. P. **Improving how gully erosion and river sediment transport processes are represented in Queensland catchment models**. Report to Queensland Water Modelling Network, Department of Environment and Science, 2018.

ROSE, C. W. *et al.* The erosive growth of hillside gullies. **Earth Surface Processes and Landforms**, v. 39, n. 15, p. 1989-2001, 2014. Doi: 10.1002/esp.3593

SANO, E. E. *et al.* Cerrado ecoregions: A spatial framework to assess and prioritize Brazilian savanna environmental diversity for conservation. **Journal of Environmental Management**, v. 232, p. 818-828, 2019. DOI: 10.1016/j.jenvman.2018.11.108

SANTOS, H. G. *et al.* **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 5. Ed., rev. e ampl. Brasília: Embrapa, 2018.

SHEFFIELD, R. E. *et al.* Off-stream water sources for grazing cattle as a stream bank stabilization and water quality BMP. **Transactions of the ASAE. American Society of Agricultural Engineers**, v. 40, n. 3, p. 595-604, 1997. DOI: 10.13031/2013.21318

SOUSA, A. G. **Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Ribeirão das Botas – MS**. 2021. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2021.

TRIMBLE, S. W.; Mendel, A. C. The cow as a geomorphic agent: A critical review. **Geomorphology**, v. 13, p. 233-253, 1995. DOI:10.1016/0169-555X(95)00028-4

ZAVATTINI, J. A. **As chuvas e as massas de ar no estado de Mato Grosso do Sul: estudo geográfico com vista à regionalização climática**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Capítulo 5
O TURISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA
DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA
DAS FAMÍLIAS SITUADAS NAS ROTAS
TURÍSTICAS DA TERRA NOVA E DOS
RESTAURANTES, CAFETERIAS E
EMPÓRIOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE
JUNDIAÍ E ATIBAIA – ESTADO DE SÃO
PAULO

Tamires Regina Rocha
Alan da Silva Vinhaes

**O TURISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO
SOCIAL E ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS SITUADAS NAS ROTAS
TURÍSTICAS DA TERRA NOVA E DOS RESTAURANTES,
CAFETERIAS E EMPÓRIOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE JUNDIAÍ
E ATIBAIA – ESTADO DE SÃO PAULO**

Tamires Regina Rocha

*Graduada, Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente -*

tamiresrerocha@hotmail.com

Alan da Silva Vinhaes

*Graduando, Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente -*

asvinhaes2013@gmail.com

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o turismo rural como estratégia de reprodução social e econômica dos agricultores situados nas Rotas Turísticas da Terra Nova e dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais nos municípios de Jundiaí e Atibaia – Estado de São Paulo. Para a consecução do objetivo foi realizado apenas levantamento bibliográfico, tendo em vista que a pesquisa está em seu estágio inicial. Conclui-se que, o turismo rural tem se apresentado como uma boa estratégia de reprodução social e econômica para os agricultores situados ao longo dessas rotas, tendo em vista que, ao investir nesse segmento em suas propriedades rurais por meio da abertura de adegas tradicionais, restaurantes, haras, etc. resultou no aumento do número de consumidores que vão até essas propriedades em busca de adquirir produtos – principalmente de origem artesanal –, almoçar em um ambiente do campo com comidas típicas da fazenda, etc., o que proporciona uma nova fonte de renda para essas famílias, garantindo a sua permanência no campo.

Palavras-chave: estratégias de reprodução social; turismo rural, Rotas Turísticas, Jundiaí e Atibaia.

ABSTRACT

The objective of the work is to analyze rural tourism as a strategy for the social and economic reproduction of farmers located on the Terra Nova Tourist Routes and Restaurants, Cafeterias and Rural Emporiums in the municipalities of Jundiaí and Atibaia – State of São Paulo. To achieve the objective, only a bibliographical survey was carried out, considering that the research is in its initial stage. It is concluded that rural tourism has presented itself as a good social and economic reproduction strategy for farmers located along these routes, considering that, by investing in this segment in their rural properties through the opening of traditional wineries, restaurants, stud farms, etc. resulted in an increase in the number of consumers who go to these properties in search of purchasing products – mainly of artisanal origin –, having lunch in a rural environment with typical farm foods, etc., which provides a new source of income for these families, ensuring their permanence in the field.

Keywords: social reproduction strategies; rural tourism, Tourist Routes, Jundiaí and Atibaia.

INTRODUÇÃO

Os espaços rurais, especialmente aqueles que estão situados nas proximidades dos grandes centros urbanos, tem desempenhado um papel muito mais abrangente do que apenas a produção de alimentos. Além das mudanças que ocorrem no plano territorial, em que, o espaço rural se tornou mais diversificado, também se observa mudanças sociais significativas. As famílias de agricultores estão alterando as suas estruturas de trabalho e estilos de vida tradicionais, incorporando valores até então considerados urbanos e adotando diferentes estratégias de reprodução social e econômica para sobreviverem no campo. Uma dessas estratégias é a prática do turismo rural, que se tornou uma fonte de renda alternativa para os proprietários rurais, além de gerar empregos para a população local.

O objetivo do trabalho é analisar o turismo rural como estratégia de reprodução social e econômica dos agricultores situados nas Rotas Turísticas da Terra Nova e dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais nos municípios de Jundiaí e Atibaia – Estado de São Paulo.

Para a consecução do objetivo da investigação foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise da bibliografia que trata dos temas relacionados às estratégias de reprodução social, turismo rural, breve caracterização dos municípios de Jundiaí e Atibaia, bem como, das Rotas Turísticas

da Terra Nova e dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais. Este levantamento consiste no estudo de referências teóricas já publicadas em material impresso e eletrônico, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Cabe a destacar que o capítulo possui apenas caráter bibliográfico, pois a pesquisa está no estágio inicial para a construção de uma futura tese.

Portanto, o capítulo está organizado em três (3) sessões. Na primeira, é abordado a importância da adesão de estratégias de reprodução social e econômicas para a permanência das famílias rurais no campo. Na segunda, é apresentada a temática do turismo rural. Nas últimas décadas diversos proprietários rurais vêm diversificando suas atividades, com o turismo rural conciliando estas atividades econômicas com as demais de suas propriedades, e na terceira, são apresentadas as Rotas Turísticas da Terra Nova e dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais, e, de maneira breve, como os produtores rurais situados ao longo dessas rotas tem diversificado as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais gerando uma nova fonte de renda para as famílias, também são destacados aspectos gerais dos municípios de Jundiá e Atibaia.

A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICAS PARA A PERMANÊNCIA DE FAMÍLIAS RURAIS NO CAMPO

Quando se estuda o pequeno agricultor deve-se considerar as estratégias que são empregadas, os desafios enfrentados e os instrumentos que estão ao seu alcance para continuar se reproduzindo no campo. Essas estratégias podem ser compreendidas como respostas às transformações globalizantes originárias do mercado e da cultura urbana que se refletem espacialmente (MENEGATI, 2008).

As estratégias, muitas vezes concebidas como estratégias de reprodução social, estão relacionadas aos resultados de decisões, escolhas e opções dos agricultores em relação ao contexto socioeconômico que estão inseridos (MENEGATI, 2008).

No caso da agricultura brasileira, particularmente o pequeno agricultor “desenvolve uma estratégia de reprodução não subordinada, enquanto resistência e reação ao movimento do capital” (TAVARES DOS SANTOS, 1981, p. 110).

A procura por se manter na terra como espaço para reprodução social, sob o regime da propriedade, retrata a resistência em relação as novas maneiras de

produção capitalistas, além de que, a opção pelo trabalho representa uma ideologia oposta à individualização do trabalho (PEDRO; HESPANHOL, 2013).

Para Alves (2004), as estratégias estabelecidas pela família para se manter no campo e preservar o seu modo de vida, vão muito além de apenas aspectos econômicos e técnicos, pois as questões político e cultural também são consideradas. Além do mais, a relação entre a família, como unidade de produção, e o trabalho, compreendido como a soma de relações estratégicas e racionalidades adaptativas, permite perceber que a reprodução das famílias se fundamenta, principalmente, nas construções simbólicas e nos laços pessoais e de mercados.

Pedro e Hespanhol (2013, p. 63) expõem que, para Chayanov (1974) “o conceito de estratégia refere-se a um conjunto de decisões, planejamentos e metas decididas no âmbito da família. Estas visam estabelecer o equilíbrio entre os fatores e as técnicas de produção e as necessidades da família”.

Alves (2004), por sua vez, aponta que a estratégia elaborada pelo produtor é importante para não se submeter ao processo de renda da terra ao capital:

[...] a permanência da produção no meio rural não é objetivada pela maximização a renda da terra e do lucro, mas pela possibilidade da família embora de nem todos os seus membros, reproduzir-se socialmente no campo. Assim, é devido ao fato de a família buscar continuar na terra, preservando o seu patrimônio e os seus meios de produção, se reproduzindo com seu modo de vida calcado na solidariedade, na sociabilidade familiar, nos laços de vizinhança, de parentesco e comunitário, que a mesma consegue permanecer diante do intenso processo de exploração da renda da terra que se reflete nos baixos, às vezes, negativos rendimentos obtidos com a produção mercantil (ALVES, 2004, p. 253).

Ao desenvolver estratégias para permanecer no campo, a família considera não apenas a satisfação material, mas, outros aspectos também são considerados, principalmente, a ideia de permanecer na propriedade rural que era de seus antecedentes, como avôs e depois dos pais, além disso, considera-se os laços que se estabelece com os vizinhos, compadres e parentes, ou seja, é uma questão de tradição e de relações de vínculos estabelecidas.

“Assim, não basta analisar a relação com a terra apenas pelo viés econômico, jurídico e social, é preciso, pois, enfrentar essa relação através de vários ângulos: econômico, social, político, jurídico, simbólico, étnico, cultural e espacial, que é transmitido para gerações futuras” (PEDRO; HESPANHOL, 2013, p. 64).

Contudo, Lamarche (1998) assegura que as estratégias produtivas das famílias rurais

[...] não são iguais em todas as regiões, de modo que a diversidade das lógicas produtivas aliadas às adversidades climáticas e econômicas tem como desdobramento a busca de estratégias distintas para a reprodução econômica destas. Em cada país, e até em cada área, a unidade de produção é, com efeito, submetida a pressões extremamente diversas e, mesmo conseguindo adaptar-se enquanto forma social de produção, no plano individual os desvios e os fracassos são sempre numerosos. A própria adaptação não segue uma trajetória linear [...] (LAMARCHE, 1998, p. 170).

Dessa forma, as diferentes formas de obtenção de renda entendidas como estratégias de reprodução social, em diversas regiões impede que a família abandone o campo, além de assegurar recursos e dar continuidade as práticas agrícolas na propriedade rural (PEDRO; HESPANHOL, 2013).

De acordo com Moreira (2007), a terra é considerada pelo pequeno agricultor tanto um patrimônio simbólico-cultural como um instrumento de trabalho. A busca por estratégias está associada às decisões tomadas pela família com o objetivo de garantir a sua permanência no campo.

Segundo Schneider (2003, p. 18), as “decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral”.

É importante destacar o ambiente social de que fazem parte essas famílias de produtores rurais, afinal, a reprodução social se efetiva a partir do processo de interação entre os membros da família.

Sobre isso, Schneider (2003) expõe que:

[...] a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução (SCHNEIDER, 2003, p. 21).

Na perspectiva de Sant’Ana (2003), essas estratégias utilizadas pelos pequenos agricultores buscam, dentro da produção agropecuária, a sua reprodução social, englobando, não apenas a tecnificação e a integração com a agroindústria,

mas também a diversificação da produção, a inovação no processo de comercialização, além de promover opções de organizações coletivas que favoreçam para superação das adversidades do cooperativismo e do associativismo.

De acordo com Pedro e Hespanhol (2013), para se entender as estratégias desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais, é necessário destacar o próprio caráter familiar no modo de produzir, que por si próprio estabelece componentes que se equivalem em estratégias, destacando-se: o fato de acompanhar o ritmo da natureza; a procura por autonomia; a separação de tarefas entre os membros da família; e, a posse dos meios de produção, com destaque para o apego a terra.

Em relação à interferência que as lavouras sofrem por meio de fatores climáticos, é possível atestar que, independentemente de a mecanização do campo ser baseada em novas tecnologias, a natureza ainda é considerada como fator fundamental na agricultura (PEDRO; HESPANHOL, 2013).

A autonomia é outro aspecto típico do modo de produção familiar, afinal a decisão do que produzir e a divisão do trabalho são elementos que apontam certa autonomia. “No sistema capitalista em que subordina todos os segmentos da sociedade sob a sua ótica, a produção familiar apresenta ‘uma certa’ autonomia interna, mesmo que a integração ao mercado se dê de maneira subordinada ao sistema” (MENEGATI, 2008, p. 32).

Essas estratégias, vistas como uma “certa” autonomia, são obtidas através da diversificação produtiva, da produção para o autoconsumo e da pluriatividade, prática empregada por alguns membros da família que desenvolvem atividades não-agrícolas no interior ou no exterior das propriedades rurais.

Entre essas atividades não-agrícolas que passam a ser praticadas no interior das propriedades rurais, cabe destacar o turismo rural, que surge como uma alternativa de renda, propiciando aos proprietários rurais manterem suas propriedades produtivas, bem como, de gerar empregos à população local.

O TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE RENDA PARA A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS RURAIS NO CAMPO

Antes de adentrarmos sobre as principais características do turismo rural, é imprescindível estabelecermos uma base sólida para compreendermos esse segmento de forma clara e concisa.

Na Europa (berço de desenvolvimento desse segmento) apesar do conceito de turismo rural compreender qualquer prática turística realizada no espaço rural, autores europeus como Cals, Capellà e Vaqué (1995) realizam uma diferenciação entre os conceitos de turismo no espaço rural e o turismo rural. O primeiro, segundo os referidos autores, está relacionado a todas as atividades turísticas que ocorrem no meio rural (turismo rural, agroturismo, turismo religioso, entre outros). Enquanto que, o segundo corresponde as atividades que reconhecem as particularidades da vida rural, desde seu *hábitat*, economia ou cultura (CALSA; CAPELLÀ; VAQUÉ, 1995 *apud* SILVA, *et al.*, 2000).

De acordo com Tulik (2003), a experiência Europeia foi importantíssima para fomentar o turismo rural no Brasil. Muitos termos e expressões foram importados e passaram a ser utilizados no país.

A autora supracitada, reforça a concepção dos autores europeus, em que, o turismo no espaço rural está relacionado a qualquer atividade de turismo praticada nesse espaço, enquanto que o turismo rural está associado ao meio - espaço rural - e à produção agropecuária realizada.

Outros autores também conceituam o turismo rural. Para Beni (2002), a atividade está relacionada a locomoção de pessoas em direção as áreas rurais, sendo por meio de roteiros planejados ou espontâneos, com ou ausência de pernoite, utilizando das instalações locais.

Para Araújo (2000), o turismo rural refere-se a atividades recreativas, de estadia e serviços, que tem como referência o espaço rural, direcionadas principalmente aos habitantes das cidades que procuram desfrutar de momentos de lazer, ócio ou férias, em contato com o ambiente natural e próximo à população local.

Novaes (2004, p. 5) apresenta a definição de turismo rural da Organização Mundial do Turismo (OMT), que também destaca o turismo como atividade complementar e integrada à agropecuária. "O Turismo Rural refere-se a lugares em funcionamento (fazendas ou plantações) que complementam seus rendimentos com algumas atividades turísticas, oferecendo geralmente alojamento, refeições e oportunidades de adquirir conhecimentos sobre as atividades agrícolas".

Desta forma, a considerar os autores citados, o turismo rural está obrigatoriamente relacionado às características do espaço rural (produção agrícola e/ou pecuária, as paisagens naturais/rurais, a proximidade direta com o estilo de vida

das famílias do campo e com os animais, a cultura, além da própria culinária típica da “roça”, entre outros aspectos).

Um conceito apresentado pela Embratur em 1998 entendia o turismo rural como o “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Deste modo, o turismo rural seria, uma atividade complementar às atividades agropecuárias, e assim, favoreceria para a dinamização econômica do espaço rural, e para a preservação e valorização de aspectos culturais e naturais (CANDIOTTO, 2010).

Tulik (2003) afirma que, em 2002, houve uma mudança no conceito de turismo rural da Embratur, que passou a ser considerado:

[...] um segmento do turismo que proporciona conhecer, vivenciar e usufruir as práticas sociais, econômicas e culturais próprias do meio rural de cada região de forma sustentável. Mesmo com a mudança conceitual, o turismo rural se manteve vinculado às práticas rurais, e não somente ao espaço rural, mostrando que a existência ou manutenção das atividades agropecuárias são elementos fundamentais para caracterizar o turismo rural. Ademais, este conceito de 2002 passa a fazer referência à sustentabilidade no turismo, demonstrando a força da ideologia do turismo sustentável e, conseqüentemente, do desenvolvimento sustentável, cada vez mais utilizada na retórica de governos, empresas, políticos, e outros atores (TULIK, 2003, p. 74).

Foi no intuito de desfazer o que Tulik (2003) chama de “confusão terminológica” que o Ministério do Turismo lançou, em 2004, o Marco Conceitual de Turismo Rural, no qual apresentou conceitos que devem ser tomados como parâmetro para o crescimento da atividade no país. Além de conceituar o Turismo Rural, também são apresentados os conceitos de Turismo no Espaço Rural, Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1. Definições do segmento do turismo rural segundo o Ministério do Turismo

Segmentos Turísticos	Conceitos
Turismo no Espaço Rural (TER)	São todas as atividades praticadas no meio não urbano; que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não

Turismo Rural (TR)	É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.
Agroturismo	São atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade.
Turismo Rural da Agricultura Familiar (TRAF)	É a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos.

Fonte: Conceitos extraídos do site oficial do Ministério do Turismo (2010). Org. Tamires Regina Rocha, 2023.

Para confirmar as definições até aqui expostas, na Figura 1 é possível compreender que os termos Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) podem ser empregados como componentes de uma mesma categoria: o Turismo Rural. Já este último, está associado a categoria: Turismo no Espaço Rural, que também integra outros segmentos turísticos (como já demonstrado na Figura 3) (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Figura 1. Representação do Turismo Rural

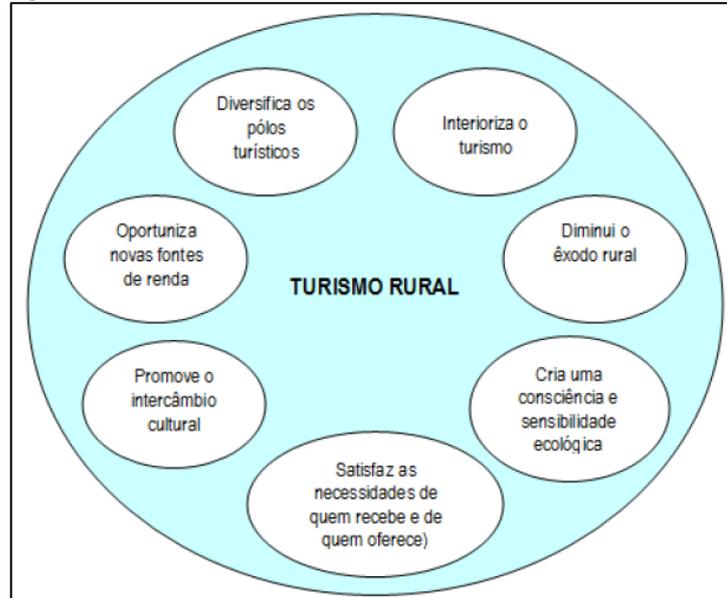


Fonte: Ministério do Turismo, 2010, p. 22.

Tendo como referência a Figura 2, o turismo rural tem como característica atender as demandas de todos os envolvidos, tanto daqueles que oferecem os serviços e atividades, quanto daqueles que recebem. Além disso, a atividade diversifica os polos turísticos, promove a interiorização, oportuniza novas fontes de renda, contribui para a redução do êxodo rural e o fortalecimento de uma consciência e sensibilidade voltadas para a questão ecológica. Nesse sentido, o produtor rural que se dedica as atividades produtivas, pode agregar valor aos seus produtos, através da

comercialização direta ao visitante/consumidor e, assim, complementar a sua renda mensal (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Figura 2. Características da atividade de turismo rural



Fonte: Oliveira *et al.*, 2010, p. 15.

De acordo com Tulik (2003, p. 77), o consumidor de Turismo Rural “tende a buscar a aproximação com ambientes naturais e com a ruralidade – a paisagem deve representar um indicador de que ele está fora do seu ambiente de rotina –, não se tratando simplesmente de uma viagem, mas sim uma experiência diferente e autêntica”.

Portanto, conhecer o perfil do consumidor é imprescindível para a oferta de produtos e serviços que atendam às suas expectativas, tornando mais eficientes as ações de estruturação, promoção, divulgação e comercialização.

O Ministério do Turismo (2010) expõe que os turistas desse segmento apresentam algumas características interrelacionadas, que podem ser destacadas, tais como:

- São moradores de grandes centros urbanos;
- Possuem entre 20 e 55 anos;
- São casais com filhos e/ou amigos;
- Possuem ensino médio e/ou superior completos;
- Deslocam-se em automóveis particulares, em um raio de até 150 km do núcleo emissor/urbano;
- Fazem viagens de curta duração, em fins de semana e feriados;
- Organizam suas próprias viagens ao meio rural;

- Têm na internet e nos parentes e amigos sua principal fonte de informação para a preparação da viagem;
- São apreciadores da culinária típica regional;
- Valorizam produtos autênticos e artesanais;
- Levam para casa produtos agroindustriais e/ou artesanais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 27-28).

Deste modo, fica evidente o interesse do turista, em especial o morador dos grandes centros urbanos, de realizar viagens curtas e, conseqüentemente, mais próximas do seu local de moradia, num raio de 150 km. Este fato beneficia diretamente o município de Jundiaí e Atibaia, localizados a cerca de 60 km da cidade de São Paulo, que é o maior centro emissor de turistas da América Latina, segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR.

Outro aspecto que cabe ressaltar diz respeito a aquisição de produtos diretamente dos produtores,

[...] tal fato se tornou uma tendência da contemporaneidade, e, paralelo a esta questão, a ideia do *Slow Life*, que vai muito além do *Slow Food*, em que, se valoriza não só as refeições mais lentas, mas também um estilo de vida desacelerado, cuja principal preocupação é conectar-se com as pessoas do meio em que se vive, tornam-se tendências que interferem no consumo direto do turismo (PLANO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2019, p. 34).

No município de Jundiaí e Atibaia, muitas propriedades rurais que eram exclusivamente vinculadas à agricultura, passaram a ampliar suas atividades para o turismo rural. A ampliação do setor está muito relacionada à procura dos visitantes por produtos artesanais, pela culinária típica italiana, as experiências do colha e pague, as visitas à produção e a própria vivência relacionada ao meio rural como um todo.

Para Santos (2005) *apud* Goerck (2017), o turismo rural deve atender as necessidades de todos, sejam eles proprietários ou mesmo visitantes, proporcionando desenvolvimento para as comunidades rurais, fonte de renda e diminuição do êxodo rural. Além disso, para satisfazer as expectativas dos turistas, os responsáveis pelas propriedades de turismo rural necessitam seguir alguns princípios básicos que são: “autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes, divulgação dos costumes e atendimento familiar” (SANTOS, 2005 *apud* GOERCK, 2017, p. 77).

O “Caderno de Orientações Básicas de Segmentos Turísticos 2ª Edição – 2010” publicado pelo Ministério do Turismo acrescenta que:

[...] a prática do Turismo Rural, no Brasil e em outros países, vem proporcionando alguns benefícios, tais como: diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; melhoria das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; diversificação da oferta turística; diminuição do êxodo rural; promoção de intercâmbio cultural; conservação dos recursos naturais; reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza; geração de novas oportunidades de trabalho; melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação, saneamento; criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais; melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis; integração do campo com a cidade; agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; promoção da imagem e revigoração do interior; integração das propriedades rurais e comunidade; valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho e resgate da autoestima do produtor rural (CADERNO DE ORIENTAÇÕES BÁSICAS DE SEGMENTOS TURÍSTICOS 2ª EDIÇÃO – MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 33-34).

O turismo rural, por vezes, faz ressurgir “as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem e o patrimônio arquitetônico, que normalmente são restituídos ao cotidiano, mas que, a partir do implemento da atividade turística, são transformados em atrativos típicos usados como marcas locais interessantes para o turismo” (GOERCK, 2017, p. 78).

De acordo com Aguiar (2007, p. 25), a(s) modalidade(s) turística(s) que poderá(ão) ser desenvolvidas nas propriedades rurais, devem ser avaliadas, entre outros, pelos seguintes aspectos: “a) capacidade de gestão do produtor; b) capacidade de carga do local; c) capacidade financeira do interessado para promover as adequações necessárias; d) sustentabilidade ambiental; e) e a avaliação mercadológica/localização sua viabilidade econômica”.

Dessa forma, o desenvolvimento e comercialização do turismo rural resulta no contato direto do turista com o produtor que passa a vender serviços de estadia, alimentação, lazer e produtos *in natura* (frutas, ovos, verduras) ou artesanais (compotas, queijos, vinhos). Deste modo, consegue um reconhecimento do produto, enaltece a marca, melhora o custo e a qualidade dos produtos para o turista e há o aumento da renda para o produtor (SILVA *et al.*, 2010).

Para Silva *et al.*, (2010), muitos produtores rurais modificam suas propriedades, chácaras, sítios, etc., em um produto turístico. Para isso, é de total relevância o preparo e a qualificação da mão-de-obra dos locais de recepção, a qualidade nos serviços ofertados, higienização e limpeza do local, além da própria gastronomia e a

identidade cultural. Portanto, adquire importância a oferta de cursos capacitadores que sejam sintonizados com a demanda do mercado.

Para melhor entender o que é o produto turístico, Ruschmann (2004) o divide em 3 itens:

- 1. As atrações:** parte fundamental na decisão de escolha da destinação. Refere-se ao ambiente cultural da propriedade ou região, ambiente natural e, eventualmente, eventos específicos, como as festas do peão;
- 2. As facilidades:** é parte complementar no motivo da viagem, pois a sua ausência pode ser fator negativo na decisão final, principalmente quando existe mais de uma propriedade ou regiões semelhantes;
- 3. Os acessos:** necessariamente são compostos por vias e meios de transporte, para que os turistas possam deslocar-se até o local escolhido. São partes integrantes da infra-estrutura do núcleo receptor e, normalmente, é uma responsabilidade do Poder Público (RUSCHMANN, 2004, p. 35).

A maneira com que é ofertado o produto do turismo rural se torna uma alternativa de diversificação e complementação de renda da pequena propriedade rural. O seu principal objetivo é agregar valor à atividade agropecuária desenvolvida na propriedade e não alterá-la. Desta forma, as propriedades rurais com suas atividades em andamento, passam a receber os turistas, sendo o turismo mais uma atividade econômica rentável para a família (SILVA *et al.*, 2010).

Nos municípios de Jundiaí e Atibaia, em parte das propriedades rurais pesquisadas, as famílias passaram a atuar com o turismo se aproveitando das suas tradições familiares em torno do cultivo da uva, agregando valor a atividade através da comercialização de vinhos e derivados nas adegas e restaurantes localizados nas propriedades rurais.

Na próxima seção será apresentado os municípios de Jundiaí e Atibaia, as Rotas Turísticas da Terra Nova e Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais e de maneira bem breve, como os produtores rurais situados ao longo dessas rotas tem diversificado as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais gerando uma nova fonte de renda para as famílias.

AS ROTAS TURÍSTICAS DA TERRA NOVA E DOS RESTAURANTES, CAFETERIAS E EMPÓRIOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE JUNDIAÍ E ATIBAIA

Os municípios de Jundiaí e Atibaia possuem localização privilegiada (Mapa 1), estando situados entre as regiões de Campinas e São Paulo. Além disso, ambos os

municípios são cortados por vias de acesso consideradas como as mais importantes do Estado de São Paulo (Rodovia Anhanguera, Bandeirantes, Fernão Dias e Dom Pedro I).

Mapa 1. Localização Geográfica dos municípios de Jundiaí e Atibaia



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2020. Elaborado por Tamires Regina Rocha, 2022.

Os municípios de Jundiaí e Atibaia integram, juntamente com outros oito (8) municípios (Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo), o Circuito das Frutas do Estado de São Paulo. Essa região possui como característica a produção de frutas e a prática do turismo rural, consistindo como um dos mais importantes circuitos turísticos do estado de São Paulo. Esses dez municípios possuem como peculiaridades em suas economias a expressiva importância do setor agropecuário, principalmente através do cultivo de frutas, como uva, morango, pêssigo, goiaba, ameixa, caqui, acerola e figo (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

Segundo o IBGE, atualmente (2022), Jundiaí conta com uma população total estimada de 459.789 habitantes e possui um IDH de 0,822, sendo considerado alto para o Estado de São Paulo (IBGE, 2022). Ainda de acordo com o IBGE – Censo de 2010, a população total correspondia a 370.126 habitantes, sendo que a população urbana era de 354.204 (95,7%) e a população rural de 15.922 (4,3%).

Em 2020, segundo o IBGE, o município de Jundiaí possuía o 6º maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 51,3 bilhões e PIB *per capita* de R\$ 125.880, maior que o de todas as capitais do país (IBGE, 2020).

Jundiaí possui um IDH de 0,822, sendo considerado alto para o Estado de São Paulo (IBGE, 2016).

Em 2019, segundo dados da Prefeitura Municipal, Jundiaí possuía o 9º PIB

industrial do Estado de São Paulo e o 7º PIB em prestação de serviços e comércio. Apesar dessa importância do setor industrial, do comércio e serviços, a agricultura e o espaço rural tiveram e ainda tem importância fundamental no processo de formação e consolidação do município, sendo conhecido nacionalmente como a “capital da uva”.

Jundiaí é reconhecido no Mapa Turístico do Estado de São Paulo como um dos principais municípios de visitas de lazer (ao lado de negócios), possuindo as rotas turísticas como um dos mecanismos de valorização, com áreas rurais, paisagens, adegas, restaurantes campestres, museus do vinho e produtos típicos. E são atrações tanto para turistas quanto para moradores da própria cidade e região nos feriados e nos finais de semana (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2020).

Existem atualmente no município de Jundiaí seis (6) rotas turísticas consolidadas: Rota Turística do Castanho; Rota Turística do Centro Histórico; Rota Turística da Cultura Italiana; Rota Turística Terra Nova; Rota Turística da Uva e Rota Turística do Vinho.

A Rota Turística da Terra Nova é composta apenas pelo bairro rural da Terra Nova. O bairro da Terra Nova surgiu após o Bairro da Santa Clara, localizado nas margens da Serra do Japi. A Santa Clara foi marcada, durante muito tempo, pelas fazendas produtoras de café, porém, com a expansão da produção, novas terras eram necessárias para se ampliar a área de cultivo. Decidiram então, aumentar a produção com a criação de novas lavouras numa região que passaram a chamar de Terras Novas, porque ainda não haviam sido cultivadas. Com o passar do tempo, chegaram as uvas, pêssegos, hortaliças e outras variedades. O bairro da Terra Nova, inclusive, foi bastante conhecida pela produção de morango até meados da década de 1980 (ROTAS TURÍSTICAS DA TERRA NOVA, 2019).

Atualmente, o bairro da Terra Nova não possui mais tantas variedades de cultivo, se destacando principalmente com o cultivo de uvas. O bairro possui uma natureza exuberante, estando localizado às margens da Área de Proteção da Serra do Japi, o que garante sua preservação e a presença de paisagens pitorescas e muito verde. As delícias gastronômicas complementam a visita, geleias, doces, conservas, frios, café da manhã rural e almoço típico de fazenda são algumas das opções existentes (ROTAS TURÍSTICAS DA TERRA NOVA, 2019).

A rota é composta por doze (12) estabelecimentos rurais: Adega e Restaurante Spiandorello; Clamar - Conservas Artesanais; Fazenda Japiapé; Haras Terra Nova; Nosso Sítio; Pavan Boutique do Porco; Sítio do Vovô; Viveiro Terra Nova;

urbana era de 115.229 (91%) e a população rural de 11.374 (9%). A densidade demográfica no município correspondia a 264,57 km² no ano de 2010.

Nos últimos anos, Atibaia vem apresentando números mais otimistas que uma grande parcela dos municípios brasileiros. Considerando os dados relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) e PIB *per capita*, os resultados apontam uma evolução positiva na situação econômica do município, apesar do contexto de crise nacional.

O PIB de Atibaia cresceu 9% em 2013, passando de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 4,7 bilhões. Em 2014, houve novo crescimento, desta vez de 15%, elevando o PIB do município de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 5,4 bilhões, em 2018 o PIB do município alcançou R\$ 7,1 bilhões, ou seja, um acréscimo de 31,7%. No mesmo período, o PIB *per capita* aumentou 4%, passando de R\$ 33,5 mil em 2012 para R\$ 34,9 mil em 2013. Em 2014, houve um novo aumento de 14,2%, passando de R\$ 34,9 mil para R\$ 39,8 mil e em 2018 alcançou R\$ 52,1 mil, ou seja, um aumento de 31,1% (SEADE, 2018).

Atibaia possui um IDH de 0,765, sendo considerado baixo para o Estado de São Paulo (IBGE, 2016).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o setor de serviços é o que mais apresenta crescimento, já que 60,5% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (25,9%), da administração pública (10,3%) e da agropecuária (3,2%). Mesmo com números menores, a agricultura se faz presente e possui importância fundamental para o município que vem investindo cada vez mais nas atividades de turismo rural, além de ser conhecida nacionalmente como a “capital do morango”.

O município de Atibaia é um destino turístico bem conhecido do público paulista, muito devido as produções de morangos e do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande. No entanto, surpreende por seus atrativos turísticos rurais que ainda não são tão conhecidos. São fazendas, haras, cafés, pousadas, hotéis, laticínios, apiários e produtores artesanais de cachaças, doces, frutas, orquídeas, entre outros produtos cultivados na cidade e região, que fazem de Atibaia um potencial destino rural localizado a menos de 70 km da capital paulista (TRAVEL FOR LIFE, 2021).

Existem atualmente no município de Atibaia cinco (5) Rotas Turísticas consolidadas: Rota da Natureza e Orgânicos; Rota Equestre; Rota das Flores e Morangos; Rota dos Pesqueiros e Rota dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais.

A Rota Turística dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais é composta

por sete (7) bairros rurais (Bairro Vitória Régia, Bairro Ribeirão dos Porcos, Bairro Pinheirinho, Bairro do Portão, Bairro da Usina, Bairro do Loanda e Jardim do Trevo). A rota é caracterizada pela presença marcante da natureza, gastronomia, produção de produtos artesanais (queijos, geleias, doces, pães, etc.) trilhas, cachoeiras e pela prática de esportes radicais (ATIBAIA E REGIÃO, 2019).

Na Figura 4 é possível observar as propriedades/estabelecimentos que compoem a Rota Turística dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais.

Figura 4. As opções existentes na Rota Turística dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais

Rota da Gastronomia

Sítio São Benedito Restaurante
Avenida dos Eucaliptos, 150
Vitória Régia - (11) 4417-5040 / (11) 96997-4722
www.sitosaobenedito.com.br

Doce Roça
Al. Prof. Lucas Nogueira Garcêz, 7.568
Ribeirão dos Porcos
(11) 4402-7596 / (11) 97198-8787
www.doceroca.com.br

Queijos e Doces Santa Edwiges
Rodovia Fernão Dias, km 44
Chácara Brasil - 3401-0600
www.queijosdoces.com.br

Empório e Apiário Santo Antônio
Rodovia Fernão Dias, km 50 - Portão
(11) 4416-8241 / (11) 4416-8178
favogruta@gmail.com

Recanto da Pamonha
Rodovia Fernão Dias, km 50,7 - Portão
(11) 4416-8504 - www.recantodapamonha.com.br

Gruta da Pamonha
Rodovia Fernão Dias, km 51,5 - Portão
(11) 4416-9348 / (11) 94013-9133
facebook/GrutadaPamonha

Fazenda Paraíso Restaurante
Rodovia Fernão Dias, km 52 - Portão
(11) 4416-1575 / (11) 4417-3027
www.fazendaparaisoatibaia.com.br

Procura-se a Empadinha
Rod. Fernão Dias, km 49,6 (sentido MG)
Portão - (11) 4416-3132 / (11) 4416-7842
www.procuraseaempadinha.com.br

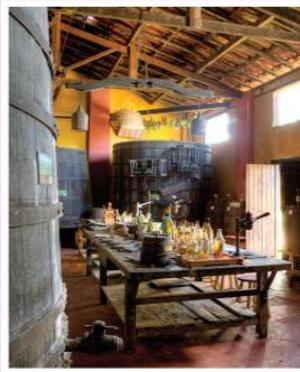
Restaurante do Paiol
Estrada Municipal Hisaichi Takebayashi, 9.800
Usina - (11) 4416-4554 / (11) 99875-4246
www.pousadapaiol.com.br

Costelão Fogo de Chão Atibaia
Estrada Hisaichi Takebayashi, 7.564
Usina - (11) 97786-6339
www.costelaofogodechao.com.br

Restaurante Frango D'Água
Estrada Hisaichi Takebayashi, 7.060
Usina - (11) 4416-4515
facebook/restaurantefrangodagua

Vinhos Nardini
Av. Amador Peçanha Franco, 635
Loanda - (11) 4412-0607 / (11) 9818-6889
regina.nardini@hotmail.com

Restaurante Taberna Atibaia
Rod. Fernão Dias, km 36,5
Jd. do Trevo - (11) 4411-2342
facebook/tabernarestauranteatibaia



Fonte: Prefeitura Municipal de Atibaia, 2022.

Os responsáveis pelas propriedades/estabelecimentos ao longo da rota buscam fomentar o turismo rural, através da valorização dos ingredientes, produtos e receitas do campo que atraem a população residente nos centros urbanos em busca do contato com a natureza, da gastronomia rural e da tranquilidade não encontrada nesses centros, além de que, a atividade também contribui para a complementação da renda familiar das unidades de produção (ATIBAIA E REGIÃO, 2019).

A atividade agrícola desenvolvida nas propriedades rurais (principalmente o

cultivo da uva), se tornou uma renda secundária para muitas famílias, se comparado, a renda advinda com o a atividade de turismo rural praticado nessas propriedades (ou seja, muito semelhante ao que vem ocorrendo com as famílias de agricultores localizados na Rota Turística da Terra Nova em Jundiaí), o desenvolvimento dessa atividade (turismo) passou a ser a principal fonte de renda das famílias de agricultores situados ao longo dessa rota.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de reprodução social e econômicas podem ser compreendidas como um instrumento eficaz e com enfoque inovador que permite compreender a complexidade do mundo rural e as diferentes dinâmicas sociais e culturais existentes. Sob essa perspectiva, o espaço rural deixa de ser visto apenas como de produção agrícola e passa a ser compreendido como um espaço que engloba outros serviços e funções, o que contribui para a permanência das famílias no campo. No caso dos municípios de Jundiaí e Atibaia, as estratégias estão muito relacionadas ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas no interior da propriedade rural, no caso atividades voltadas para o turismo rural, que em muitos casos se tornou a principal fonte de renda das famílias.

O turismo rural é visto como uma boa alternativa para os produtores rurais que pretendem diversificar sua renda, como também, pelos visitantes que podem satisfazer suas necessidades de entrar em contato com a natureza, descansar, conhecer costumes e tradições típicas de cada local.

São justamente esses fatores que tem se tornado o objeto de “desejo” dos cidadãos. Muitos turistas provenientes principalmente da região de Jundiaí, Atibaia, São Paulo e Campinas deslocam-se para Jundiaí e Atibaia, predominantemente para as áreas rurais (Rota Turística da Terra Nova e dos Restaurantes, Cafeterias e Empórios Rurais) em busca de estar em contato com a natureza (a paisagem rural), o sossego distante dos centros urbanos e em busca de atrativos, como adegas tradicionais, empreendimentos turísticos, compra de frutas direto do produtor, restaurantes, etc., contribuindo assim, para a reprodução social dos agricultores e para a sua permanência nas propriedades.

REFERÊNCIAS

ALVES, José. **Dinâmica Agrária do Município de Ortigueira (PR) e a Reprodução Social dos Produtores Familiares: uma análise das comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica**. 2004. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente.

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.

ATIBAIA E REGIÃO, 2019. Disponível em < <https://atibaiaeregiao.com.br/210043-2/rotas-turisticas> > Acesso em: 05.jun.2023.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Turismo rural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed 2010.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Elementos para o debate acerca do conceito de Turismo Rural. **REVISTA TURISMO EM ANÁLISE**, v. 21, p. 3-24, 2010.

GOERCK, Gabriela Umann. Turismo rural na agricultura familiar: análise dos subsídios repassados aos agricultores pelas entidades ligadas à área rural em Santa Cruz do Sul. **ÁGORA (UNISC. ONLINE)**, v. 19, p. 75, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Panorama Economia de Jundiaí. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama> > Acesso em 11.jul.2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao/jundiai> > Acesso em: 02.jun.2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Panorama Economia de Atibaia. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/atibaia/panorama> > Acesso em 11.jul.2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao/atibaia> > Acesso em: 02.jun.2023.

LAMARCHE, Hughes. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MENEGATI, Regiane Aparecida. **Produção familiar e as estratégias de reprodução social no espaço rural do Município de Indiana (SP)**. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente.

MOREIRA, Erika. Vanessa. **As múltiplas fontes de renda e a pluriatividade nos Bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no**

Município de Presidente Prudente (SP). Programa de Pós-Graduação. 2007. 286 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente.

NOVAES, Carla Andrade. Turismo rural e agroturismo diferenciado de turismo em espaço rural: uma proposta. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, Joinville. Anais... Joinville: IELUSC, 2004.

OLIVEIRA, Fagno Tavares; SILVA, Ivan Crespo; TELLO, Júlio César Rodrigues; SOUZA, Raimundo Paiva. O turismo rural no município de Rio Preto da Eva (AM): reflexões e perspectivas. **Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)**, v. 10, p. 13-21, 2010.

PEDRO, Vânia Cristina dos Santos; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Estratégias de reprodução social dos produtores rurais da microbacia do córrego 1º de maio/timburi no município de Presidente Prudente – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.35, v.1, p.60-77, jan./jul.2013.

PLANO MUNICIPAL DE TURISMO JUNDIAÍ, 2019. Disponível em < <https://turismo.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Plano-Municipal-de-Turismo-de-Jundiai-Versao-Final-2019.pdf> > Acesso em 05.jul.2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2020. Disponível em < <https://rotasturisticas.jundiai.sp.gov.br/> > Acesso em 25.jun.2023.

ROTA TURÍSTICA DA TERRA NOVA, 2019. Disponível em < <https://rotasturisticas.jundiai.sp.gov.br/terranova/> > Acesso em: 18.jul.2023.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do Meio Ambiente**. 11. ed. Campinas, SP: 2004.

TAVARES DOS SANTOS, João Vicente. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 2 (2): 109 - 117, 1981.

TRAVEL FOR LIFE, 2021. Disponível em < <https://travel.travelforlife.com.br/atibaia-sp-aposta-no-turismo-rural> > Acesso em: 05.jul.2022.

TULIK, Olga. 2003. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph.

SANT'ANA, Antônio Lazaro. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. Araraquara: UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP/Araraquara, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Editora da UFRGS, Porto Alegre 2003.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em < <https://municipios.seade.gov.br/economia/atibaia> > Acesso em 19.jul.2023.

SILVA, Nivaldo Pereira da; FRANCISCO, Antônio Carlos de; THOMAZ, Marcos Surian. Turismo rural como fonte de renda das propriedades rurais: um estudo de caso numa pousada rural na Região dos Campos Gerais no Estado do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)**, v. 20, p. 22-37, 2010.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP)**, Piracicaba -SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 205-222, 2015.



Capítulo 6
FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E
ESTIGMA TERRITORIAL: REFLEXÕES
SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO NA ATUALIDADE

Renata Cristina Rizzon
Taís Souza da Cruz
Pablo Muryllo de Oliveira

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESTIGMA TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ATUALIDADE²

Renata Cristina Rizzon

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp, e atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição. E-mail: renata.rizzon@unesp.br

Taís Souza da Cruz

Licenciada e Bacharelem Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp, e atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição. E-mail: tais.souza@unesp.br

Pablo Muryllo de Oliveira

Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp, e atualmente, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição. E-mail: pablo.m.oliveira@unesp.br

RESUMO

A produção do espaço urbano resulta em processos que se materializam por meio das desigualdades socioespaciais e dos esforços de diferenciação por distintos agentes e sujeitos. Em uma perspectiva crítica e a partir de revisão bibliográfica, o objetivo deste artigo é o de debater, por meio da contextualização contemporânea da globalização, intensificada a partir dos anos 1970, processos como o de segregação socioespacial e, principalmente, o de fragmentação socioespacial, associados ao estigma territorial, incorporado como uma das faces da produção do espaço urbano, incluído nesses processos em curso, como meio de diferenciação e manutenção do *status quo*, combinando-se e reforçando-se.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial; Estigma territorial; Produção do espaço urbano.

² O artigo em questão foi apresentado no GT: Produção do espaço numa perspectiva crítica e publicado nos Anais do XVII Simpósio Nacional Urbana – Curitiba/PR, 2022.

ABSTRACT

The production of urban space results in processes that materialize through socio-spatial inequalities and differentiation efforts by different agents and subjects. From a critical perspective and based on a review of the literature, the aim of this article is to discuss, through the contemporary context of globalization, which has intensified since the 1970s, processes such as socio-spatial segregation and, above all, socio-spatial fragmentation, associated with territorial stigma, incorporated as one of the faces of the production of urban space, included in these ongoing processes, as a means of differentiation and maintenance of the status quo, combining and reinforcing each other.

Keywords: Sociospatial fragmentation; Territorial stigma; Production of urban space.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, vivemos em um mundo fragmentado, homogeneizado e dividido. A lógica fragmentária acontece num mesmo período na história da urbanização em que há aumento da densidade, ritmo e velocidade nas interações espaciais interescares, entre as dinâmicas e processos atinentes à produção do espaço. O contexto é dialético, dinâmico, contraditório e complementar.

O mundo está dividido em Estados-Nação, em blocos econômicos, em regiões, territórios e fragmentos que podem ser observados numa infinidade de microterritórios. Essa infinidade diversa reforça as diferenças históricas, sociais, econômicas e espaciais na dialética entre a fragmentação e a articulação das escalas. Deste modo, podemos apreender essa fragmentação por perspectivas distintas. O conceito, de acordo com Sposito e Sposito (2020), é polissêmico.

As regionalidades e os diferentes modos de vida de cada ponto do espaço, revelam uma multiplicidade cultural que é interessante, principalmente, quando o choque cultural transforma a realidade das pessoas e nosso entendimento enquanto sujeitos sociais. Por outro lado, a ideia inicial de fragmentação nos revela a exacerbação de processos de apropriação do espaço, sob a égide da globalização (SANTOS, 2006) dos países, das culturas, dos corpos, das paisagens, enfim, de tudo o que, de algum modo, possa tornar-se mercadoria para o consumo.

Assim sendo, nos deparamos com o par homogeneização-diferenciação, que é articulado pelo consumo do/no espaço, seja um consumo habitual, aquele no qual

utilizamos algum tipo de moeda, seja o consumo do espaço, das paisagens e das pessoas

Partimos do pressuposto de que o espaço urbano é um produto das relações socioespaciais dos desdobramentos do modo de produção capitalista. Deste modo, os espaços urbanos são, ao mesmo tempo, espaços em globalização e da globalização, como já debatidos anteriormente por Santos e Silveira (2006) e Sposito (2009). Deste modo, os vetores em/da globalização impactam as relações sociais, econômicas, culturais e, principalmente, a produção do espaço.

Corrêa (1989) dedica-se a definir e delimitar sobre os elementos que constituem o espaço urbano. Sendo assim, ele afirma que o espaço urbano é "fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social". Essas relações podem ser percebidas pelos fluxos entre elas. Esses fluxos, que se dão entre as diversas áreas da cidade e que vão além delas, em um contexto multi e interescalar, pode ser de pessoas, mercadorias, capitais, ideias etc.

Tratando do espaço urbano como reflexo da sociedade, compreende-se que a cidade é organizada conforme as disputas sociais do sistema capitalista. Como consequência desse sistema, o espaço urbano é desigual, segregado e fragmentado, impactando nas relações entre diferentes cidadãos.

Desta maneira, temos que considerar a dimensão temporal, demonstrando que o espaço urbano reflete não apenas a sociedade atual, mas também os processos históricos que deixaram marcas nas formas espaciais e simbólicas. Assim como a sociedade, o espaço urbano se altera, sendo esse processo dialético e complexo.

Nesse sentido, as formas espaciais, já materializadas, ou que irão se materializar, desempenham um papel importante nas relações de reprodução, seja no modo de se produzir mercadorias, na reprodução capitalista, ou na reprodução das condições da existência social. Se anteriormente entendíamos que as formas espaciais da cidade refletem nossa sociedade, a percebemos, além disso, como condicionantes na manutenção do padrão das relações, sejam elas quais forem.

A cidade é campo de lutas entre as classes sociais e, deste modo, criam-se formas espaciais, que são parte do cotidiano, e que são carregadas de símbolos para os diferentes sujeitos sociais. A cidade é objeto e cenário das lutas sociais, pois todos têm direito à cidade e à cidadania (CORRÊA, 1989; LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2006, 2013).

Considerando a disputa do direito à cidade, ditado pelas diferentes localizações, a dimensão do habitar constitui-se, comumente, como um dos primeiros fatores que facilitam ou dificultam o acesso aos equipamentos e serviços. Isso deve-se à disputa entre diferentes agentes e sujeitos - de diferentes estratos sociais - na apropriação, material ou simbólica, de bens e serviços, acirrando os processos de desigualdade socioespacial, que têm rebatimento sobre a estigmatização territorial, na qual degrada simbolicamente determinados territórios e, conseqüentemente, seus moradores.

Assim, a disputa assimétrica do espaço urbano, em relação àqueles que estão mais distantes das áreas centrais, configurando-se nas denominadas periferias das cidades, evidencia as conseqüências impostas aos sujeitos, - como o estigma territorial (GOFFMAN, 2004) -, decorrentes dos diferentes processos atrelados ao capitalismo e, conseqüentemente, ao avanço neoliberal em todas as esferas da vida cotidiana urbana.

Partindo do entendimento das mudanças que ocorreram na produção do espaço urbano, que se intensificou a partir da década de 1970, vislumbramos a oportunidade de colocar luz nos processos urbanos contemporâneos, em especial, a fragmentação socioespacial e o estigma territorial. Destarte, neste artigo, nos esforçamos, mesmo que de modo elementar, para trazer contribuições acerca dos processos supracitados, e que pretendemos debater, pretendendo um texto introdutório acerca da temática.

A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA CONTEMPORANEIDADE

O atual momento do capitalismo contemporâneo é marcado fortemente pela grande fluidez dos espaços em redes (DIAS, 2003; SANTOS, 2006; SPOSITO, 2008; CORRÊA, 2012; CASTELLS, 2013), sendo articulado por elas e constituindo o meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). Com esses aparatos técnicos, “o espaço torna-se fluido, permitindo que fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade.” (SANTOS, 2013, p. 43).

O espaço é articulado e produzido por diversas redes geográficas - materiais e imateriais -, e possibilitam o que muitos autores irão chamar de globalização

(SANTOS, 2013; IANNI, 2013). A globalização se intensifica a partir da década de 1970, transformando o espaço urbano da cidade industrial.

A globalização, neste sentido, também redefine a divisão social do trabalho, levando a uma “redefinição da lógica de [re]estruturação das cidades que se articula a mudanças nos papéis exercidos por elas, como parte da reestruturação urbana em curso” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 296). Importante também, neste contexto, o papel das tecnologias e da informação, o que Santos (1996) denominou de “meio técnico-científico-informacional”. Neste sentido, o papel das tecnologias e da internet precisa ser explicitado e trazido na discussão da fragmentação pelos seus impactos sobre diversas dimensões das práticas e experiências urbanas. Esta fase atual do capitalismo e as dinâmicas de produção do espaço que dela decorrem, contribuíram à criação de uma lógica fragmentária. (LEGROUX, 2021, p. 236).

Com base nessa ideia, podemos afirmar que um dos movimentos mais importantes para o atual cenário do capitalismo contemporâneo, são os fluxos de todos os tipos: pessoas, capitais, mercadorias e, principalmente, informação. Os fluxos, por sua vez, são apoiados e se dão nas redes. Elas evidenciam as desigualdades socioespaciais intrínsecas ao modo de produção capitalista. Ainda, nos permitem evidenciar os processos de acumulação, concentração e centralização econômica, tanto de modo territorial mais amplo, revelando pontos opacos e pontos luminosos (SANTOS, 2006), como de um modo mais limitado territorialmente e subjetivamente, mas não menos importante, a partir das redes que se formam pelos cidadãos, a partir dos diferentes acessos à mobilidade urbana, infraestrutura, equipamentos e serviços.

Legroux (2021) nos chama atenção para um aspecto da mobilidade urbana: ao mesmo tempo em que se percebe uma maior fluidez do/no espaço urbano, isso pode vir a ser um elemento com potencial para “representar uma superação da fragmentação e uma conexão dos lugares fragmentados³”. Por outro lado, “elas podem reforçar a fragmentação - no caso de uma mobilidade restrita ou de “mobilidade em confinamento” (JIRON, 2010)⁴. É um contexto dialético e que envolve múltiplas escalas.

As dinâmicas e processos urbanos que ocorreram nas últimas décadas do século XX, produziram uma cidade desigual, marcada fortemente pela segregação

³ (LEGROUX, 2021, p. 244)

⁴ (LEGROUX, 2021, p. 244)

socioespacial. O processo de segregação socioespacial é percebido – mas não somente -, quando as áreas residenciais detêm uma forte tendência de homogeneização social interna

Neste sentido, formam-se eixos e/ou áreas onde há a concentração de grupos de cidadãos de mesma classe, ressaltando, assim, as desigualdades socioespaciais da cidade contemporânea (SPOSITO e GÓES, 2013). Ou seja, diferentes cidadãos, de distintos estratos socioeconômicos, separam-se em áreas distintas do espaço urbano, com destaque para o poder de escolha da localização por parte de cidadãos de maior renda.

Assim, o conceito de fragmentação socioespacial possibilita a ampliação da apreensão de dinâmicas e processos de diferenciação, constituição e imposição das desigualdades socioespaciais (LEGROUX, 2021).

A separação socioespacial, especialmente no que diz respeito à segregação residencial, é ainda um processo estruturante e explicativo das dinâmicas urbanas atuais. Mas, a fragmentação vai além da separação física e social, para insistir em dinâmicas que intensificam as rupturas e a relativa incomunicabilidade entre diferentes pedaços cada vez mais desconexos e diferenciados. Ela expressa i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de classes sociais e de funções atribuídas a estes (trabalho, lazer, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações. (LEGROUX, 2021, p. 238).

O termo fragmentação é polissêmico, tanto no sentido do senso comum, como no âmbito teórico-conceitual (SPOSITO e SPOSITO, 2020). A palavra fragmentação tem diversas definições. Desde aquelas utilizadas cotidianamente, como a noção de separação, às definições de cunho acadêmico. Muitos autores se esforçaram, e ainda se esforçam, para conceituar e adjetivar o termo com rigor científico.

Navez-Bouchanine (2002) faz referência à fragmentação a partir da perspectiva social, na qual se fortalece por meio do processo de homogeneização dos espaços, que se combinam com a necessidade de diferenciação socioespacial. Nesse sentido, Prévôt-Schapira (2001) amplia a percepção de fragmentação, compreendendo-o como processo ligado ao espaço, meio social e político, partindo do espectro das cidades latino-americanas.

A partir dessa concepção, Sposito e Sposito (2020) inserem o adjetivo “socioespacial” para qualificar o termo fragmentação, revelando o conteúdo simbólico

e material, articulando dialeticamente essa dupla determinação, reforçando a ideia de processo (SPOSITO e SPOSITO, 2020). Deste modo,

Sem dúvida, o termo fragmentação deve ser abordado com distância crítica suficiente e cuidado com projeções excessivamente simplistas do espacial para o social. O importante nesta definição é que ela destaca a complexidade das mudanças ocorridas na grande cidade latino-americana, e a ideia é que uma sociedade em um arquipélago produz um entrelaçamento de diferentes espaços e dá maior visibilidade às diferenças, retiradas e comunitarismos de todos os tipos, o que põe em perigo as formas passadas de urbanização amplamente construídas sobre a existência de um espaço público. Voltando aos termos de F. Navez-Bouchanine (2001), “A noção expressa uma dissociação social das partes em relação a um todo urbano, uma ruptura que pode atingir a autonomia total, uma fragmentação da sociedade urbana como unidade e sua substituição por uma série de territórios marcadamente identitários”. (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001, p. 40). (Tradução nossa).

A fragmentação socioespacial é um produto das relações capitalistas, sob o signo da globalização no espaço urbano. Portanto, há busca pela diferenciação social via consumo, que enfatiza e explicita o processo de diferenciação socioespacial. Tendo em vista que a negligência das gestões públicas cria um imaginário em que as soluções para as classes pauperizadas, sejam legadas à iniciativa privada (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001).

Em direção semelhante e acrescentando outros pontos, Sposito e Góes (2013) consideram que, no período da globalização, a “homogeneização de espaços e pessoas se combina com os esforços de diferenciação” para os agentes que constroem “barreiras materiais” e adotam “estratégias de separação e controle em relação aos outros”, levantando a necessidade de se manter a “segurança e o status”. Isto tem rebatimento no fenômeno urbano do “crescimento das cidades médias” com o aumento de suas extensões territoriais, opostamente ao “enfraquecimento das relações entre cidadãos” (p. 294-295). Esse movimento é resultado do processo de autosegregação que se intensifica, indicando que esta é uma das dimensões da fragmentação socioespacial, nos espaços urbanos, ainda que não a única. Desse ponto de vista, tanto a multidimensionalidade é atribuída ao conceito, como se reconhece sua multiescalaridade. A fragmentação de base cultural é observada tendo como ameaça ao direito à diferença que, se não há, constitui-se limite à vida urbana. É tomada, também, sob a dimensão cultural, como modo segundo o qual nós a apreendemos, ou seja, como ocorre a percepção de condutas e práticas de fragmentação. Essas são abordagens de caráter mais etnográfico ou antropológico, muito importantes nos estudos urbanos e para a compreensão da fragmentação (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002). (SPOSITO e SPOSITO, 2020, p. 5).

Morcuende (2021) compreende a fragmentação socioespacial, a partir de três movimentos: separação, contradição e homogeneização. Esses movimentos se articulam, tendo em vista, os ditames do modo de produção capitalista. A fragmentação, enquanto separação, remete à ideia de compartimentação, não apenas das áreas da cidade, mas também, do cotidiano. Uma separação entre o espaço e os sujeitos.

A fragmentação como contradição, diz respeito às crises inerentes ao sistema capitalista. “(...) as atuais relações entre espaço e sociedade, mediadas pela fragmentação, precisam de um ponto de vista claro e certo sobre a crise capitalista atual” (MORCUENDE, 2021, p. 6). As contradições, que remetem à fragmentação, compreendem as rupturas da vida social e, também, a deterioração da reprodução social. Por fim, a fragmentação como homogeneização, nos mostra a possibilidade de que o processo de urbanização alcance todos os locais e pessoas, remodelando e transformando os distintos modos de vida, e assim, homogeneizando os espaços em múltiplas escalas.

Um conjunto de relações que hoje, podem ser denominadas de fragmentárias, em primeiro lugar, porque vai se impondo uma lógica cultural e uns espaços totais, que geram distâncias físicas, sociais e individuais, baseadas em uma contração dos espaços públicos e privados, e a conseqüente reclusão neles dos distintos âmbitos da vida cotidiana (JAMESON, 1998; CALDEIRA, 2000; SPOSITO, GOES, 2013). A fragmentação como separação sublinha, deste modo, o processo de destruição e criação de modos de vida, por meio, fundamentalmente do consumo (CARRERAS, MARTINEZ-RIGOL, MORCUENDE, 2020). A vida cotidiana torna-se, neste ponto, o objeto de análise privilegiado, pois nela se expressam as diversas separações em cada um dos âmbitos do cotidiano.

Em segundo lugar, porque a crise, como elemento crônico da sociedade capitalista, leva para uma contradição entre a reprodução do capital e a reprodução da vida (PEREZ, 2014). A fragmentação como contradição, aponta para o ataque à reprodução social que o capitalismo em crise traz, outorgando novos conteúdos a desigualdade. Assim, a reprodução social torna-se aqui o elemento central, como meio para a análise das mudanças que as formas e os conteúdos da desigualdade apresentam nas últimas décadas.

Por fim, porque os processos de urbanização diferencial em andamento, caracterizam-se pela produção de diferenciação em distintos níveis. A superação da contradição campo-cidade leva à superação, ao mesmo tempo, da diferenciação tradicional urbano-suburbano-rural, no nível global. No nível do Estado, a diferenciação se concretiza em usos do solo e funções que vem mudando fortemente nas últimas décadas. E, por último, é no nível da vida cotidiana que aparece a diferenciação social, manifesta na estrutura de classes, expressada além do assalariado, e necessariamente atrelada à raça e

ao gênero (WRIGHT, 2015; BHATTACHARYA, 2017). A fragmentação como homogeneização, assinala para processos de urbanização que, homogeneizando vem superando as diferenciações tradicionais, e especializando o território todo, sem exceção. (MORCUENDE, 2021, p. 8-9).

Relacionados à produção do espaço urbano, os esforços de diferenciação, que combinam diferentes processos - como a sobreposição do esquema centro-periferia ao de fragmentação socioespacial - afasta os cidadãos, já segregados, ora pela constituição de políticas públicas, que promoveram a construção de habitações nas margens das cidades, ora pela ação de agentes imobiliários, que passaram a ditar o maior preço da terra pelo acesso facilitado a bens de consumo e serviço.

Em ambos os casos, o acesso dificultoso e custoso a essas outras áreas, que faz parte dos processos supracitados, passou a reforçar, para os cidadãos de áreas periféricas geográfica e socialmente, as desigualdades socioespaciais, devido às dificuldades de se apropriarem de outros espaços, reafirmando a sua condição.

A condição de diferentes acessos, constituídos pelas diferentes localizações, que se dão, principalmente, pela dimensão da habitação e os atributos a ela associados, são relevantes para a compreensão da lógica das desigualdades socioespaciais, a partir da situação espacial, e que evidenciam, por meio dos elementos pontuados, a insuficiência de infraestrutura e as dificuldades de mobilidade urbana para aqueles aos quais a segregação foi imposta, e o contrário ocorrendo para aqueles de maiores estratos socioeconômicos (autossegregação) (SPOSITO e GÓES, 2013).

Como veremos adiante, a localização e a assimetria dos diferentes acessos à cidade, promove o desencontro entre os diferentes cidadãos, provocando certo distanciamento. A percepção de cidadãos de outras parcelas da cidade, de que locais distantes e isolados, constituídos pelo esquema centro-periferia, são tidos como perigosos, inseguros e violentos - assim como seus moradores - está delimitada em seu imaginário.

Esta visão generalizante é o que certamente justifica adotarmos o estigma territorial, que será debatido em seguida, como foco para a compreensão de uma das consequências da segregação socioespacial no espaço urbano, já que ela reafirma o distanciamento e a dificuldade de inserção social em outras áreas das cidades. Ainda, mostra-se relevante debatê-lo como conceito e processo, que pode se combinar aos

de segregação socioespacial e, principalmente, o de fragmentação socioespacial, reforçando ambos.

ESTIGMA TERRITORIAL COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES DO/NO ESPAÇO URBANO

O termo estigma está presente na sociedade desde a antiguidade clássica. Porém, com o passar do tempo, seu sentido foi se modificando e o termo foi ganhando novos significados e conteúdos. Para Goffman (2004, p. 7), o estigma é a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, isto é, a sociedade estabelece meios de categorizar e determinar atributos tidos como normais ou não. Sendo assim, tais processos são frutos da estrutura da sociedade, na qual as relações sociais cotidianas já são pré-definidas em ambientes estabelecidos mediante as preconceções estipuladas, por meio de categorias e atributos, em que muitas vezes, atribuímos conotações de sentido condenatório, que reforçam a construção social e cultural de padrões normativos sociais, resultando na subjugação e na deterioração da identidade do sujeito.

Dessa forma, segundo Goffman (2004), o estigma é concebido como uma linguagem de relações contraditórias entre atributos e estereótipos, principalmente, de caráter negativo, sendo o segundo constituído como uma fase que antecede o processo de estigma, a partir do momento em que geram processos mais intensos e complexos, como discriminação e/ou segregação de grupos e espaços.

Sendo assim, o estigma refere-se, para o autor, como um atributo de caráter depreciativo e que possui dupla perspectiva: o desacreditado - quando o estigmatizado já possui sua característica estigmatizante conhecida e evidente, - ou o desacreditável - quando ela não é conhecida e nem imediatamente evidente (GOFFMAN, 2004, p. 7). Assim, o estigma é agrupado segundo três diferentes tipos:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2004, p. 7).

Inserido na terceira categoria de estigma - tribo, raça, nação e religião definidos por Goffman (2004), na qual esses podem ser transmitidos através de membros de uma mesma família, como se herdassem os atributos estigmatizantes, Wacquant (2006), ao tratar sobre um novo regime de marginalidade nos Estados Unidos e na União Europeia, pautado na experiência da rejeição urbana, desenvolveu o conceito de estigma territorial, a partir das formas de pobreza contemporâneas.

Assim, evidencia três tipos de propriedade espacial e suas implicações na formação do que ele chama de precariado, nas sociedades pós-industriais, levando em conta: i) a desintegração da condição dos assalariados; ii) a desconexão funcional dos bairros deserdados; iii) as tendências macroeconômicas e; iv) a reconfiguração do Estado providência em um modelo polarizado de cidade (WACQUANT, 2006, p. 27). Esse novo regime afirma,

Em vez de se encontrar disseminada pelo conjunto de zonas de habitação operária, a marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios isolados e claramente circunscritos, cada vez mais percebidos, tanto por fora como por dentro, como lugares de perdição – que assumem a aparência de baldios urbanos ou de «pátios dos milagres» da cidade pós-industrial que só os desviantes ou os resíduos da sociedade frequentam porventura (WACQUANT, 2006, p. 27).

Sendo assim, o estigma territorial caracteriza-se pela disseminação de discursos de descréditos, atribuídos ao determinado território, que passa a ser percebido e visto como locais de perdição, perigosos e violentos, que passam a incluir discursos que Wacquant (2006, p. 28) chama de “vindos de baixo”, relacionados às interações da vida cotidiana, assim como os discursos “vindos de cima”, na esfera midiática, política, burocrática e até mesmo científica.

Esses discursos de descréditos, associados a um território, para Wacquant (2006), sobrepõem-se a estigmas já existentes, e que estão essencialmente ligados à pobreza e à pertença étnica. Dessa forma, concorda com Goffman (2004) ao reafirmar que, assim como os estigmas ligados à pertença étnica e religiosa, os estigmas de nação podem igualmente ser transmitidos e contaminar os membros da mesma família, o que pode ser atenuado, ou até mesmo anulado por meio da mobilidade geográfica.

Diante disso, revela-nos que o processo de estigmatização territorial não é uma condição estática (WACQUANT, SLATER e BORGES PEREIRA, 2014 apud

ELORZA, 2019, p. 104), pois o local de residência consiste em um elemento que acompanha os sujeitos em suas relações sociais. Isso significa que “ser filho de uma pessoa que mora num bairro segregado também significa compartilhar a segregação e, portanto, o estigma” (GONÇALVES, 2016, p. 74).

O lugar de nascença é a marca eterna que acompanha a pessoa aonde ela for, pois está registrada, não só nos documentos oficiais, mas também na vida, na história vivida que se encontra dentro de cada pessoa. Mesmo que se tenha deixado o bairro, o lugar de nascença é a marca eterna que acompanha a pessoa aonde ela for, pois está registrada, não só nos documentos oficiais, mas também na vida, na história vivida que se encontra dentro de cada pessoa. Por outro lado, mesmo que não se tenha nascido no bairro estigmatizado, mas se tem um parente muito próximo, por exemplo, pai ou mãe, também pode implicar em sofrer o estigma, pois o espaço social não está apenas fora da pessoa, mas também dentro de cada uma, como um organismo vivo que lhe situa e dá sentido à existência. (GONÇALVES, 2016, p. 74).

Além disso, Elorza (2019), a partir de Wacquant (2007), aponta que o estigma territorial não constitui apenas como um instrumento de desvantagem e diferenciação social, mas também consiste em uma expressão da violência simbólica (BOURDIEU, 2003), “que reproduz e consolida relações de poder e desigualdade da estrutura” (ELORZA, 2019, p. 102).

Ou seja, ao tratarmos de estigma territorial, estamos nos referindo à imposição de um conjunto de conteúdos, significados e discursos, que culminam na criação de um imaginário negativo e homogêneo sobre um determinado território, e que, conseqüentemente, são identificados nos sujeitos que o habitam.

Por esses motivos, o estigma territorial é fruto da violência simbólica, em que as imposições de práticas e discursos se dão por meio das relações de poder e “quem sofre tem pouca capacidade de constituir uma identidade social diferente daquela imposta” (CORNEJO, 2012, p. 185). Assim, o território e, conseqüentemente, seus moradores degradam-se simbolicamente (BOURDIEU, 2008), corroborando para o confinamento e a “cadeia a um lugar” das áreas que são compostas por sujeitos com menor poder aquisitivo, associando-os às piores áreas da cidade (BOURDIEU, 1999 apud ELORZA, 2019).

Destarte, observa-se como a condição da localização, traduzida como estigma decorrente de uma classificação hierárquica dos espaços urbanos, construída predominantemente pela mídia e por sujeito de maiores estratos

socioeconômicos, leva à construção do afastamento socioespacial, primeiramente, no campo das ideias, o que possui forte rebatimento na forma como diferentes grupos da sociedade se relacionam, confirmando a prevalência das construções virtuais e estigmatizantes.

Diante disso, reforça-se a importância de levar em consideração não apenas as estruturas materiais que envolvem os estudos sobre a segregação socioespacial, mas também as estruturas simbólicas, isto é, a subjetividade desse processo, parte que contém o processo de estigma territorial, que estabelece e acirra as desigualdades, discriminação e de diferenciação socioespacial, que rebatem sobre a produção do espaço urbano capitalista, tornando-se um instrumento poderoso de “facilitadores ou impeditivos do acesso aos serviços e recursos necessários à reprodução social cotidiana” (ELORZA, 2019, p. 107).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o estigma um processo conceituado anteriormente, ainda sob a lógica da estruturação centro-periférica, característica das cidades nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, ele mantém-se sob a lógica fragmentária, já que não se supera a privação de determinados grupos sociais a plenas relações sociais e à inserção em diversos espaços. Assim, uma lógica não apaga a anterior, mas a ela se mescla, com tensões e contradições, próprias dos períodos de transformações profundas.

A fragmentação socioespacial tem como um de seus elementos a homogeneização de espaços. Como parte do processo atual de produção do espaço urbano, o primeiro pode implicar no rebatimento do segundo, reforçando, portanto, a condição periférica de grande parcela da sociedade, já presente na lógica de estruturação pretérita e reforçada na posterior, como se pode observar em várias cidades brasileiras.

Assim, considerando os novos conteúdos, atinentes às mudanças mais recentes, a contribuição teórica do esforço de sobreposição de ambos os processos evidencia movimentos que não se erradicam, mas, ao contrário, se combinam, se sobrepõem e se intensificam. Por isso, a necessidade do debate que coloque em uma perspectiva crítica a produção do espaço urbano, - incluindo as consequências de tais

processos em todas as esferas da vida cotidiana -, no esforço de não o neutralizar, ou seja, não os tomar como dados.

Além disso, o processo de fragmentação socioespacial exacerba processos como a diferenciação e a segregação socioespacial, e conseqüentemente, potencializa os efeitos e elementos que constituem a estigmatização territorial, processo atrelado ao de segregação socioespacial. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a combinação entre eles culmina na degradação simbólica do território e de seus moradores (BOURDIEU, 2008), essa degradação ocasiona os fenômenos de restrição e confinamento territorial (CORNEJO, 2012), partindo não apenas da morfologia urbana, mas ao qual se agregam conteúdos sociais, econômicos, históricos e simbólicos, os quais tiveram rebatimento na produção do espaço urbano brasileiro, expressos nas práticas espaciais, que se materializam no cotidiano dos moradores das áreas estigmatizadas.

Portanto, se faz necessário uma revisão, ampliação e combinação de instrumentos teóricos-metodológicos que possibilitem a análise de processos contemporâneos. Por luz aos efeitos da globalização e do neoliberalismo na produção do espaço urbano, é inescusável, frente aos desafios que a nossa sociedade e as cidades atravessam, tendo em vista, a crescente mercantilização do espaço urbano. Assim sendo, a Fragmentação socioespacial e o Estigma territorial refletem a sociedade no espaço urbano, suas particularidades e expressões de desigualdades, tanto no âmbito das expressões objetivas quanto subjetivas de sua produção material e simbólica.

Por fim, não pretendemos cessar as discussões acerca dos processos e períodos nos quais nos debruçamos neste texto, mas sim, acrescentar elementos teóricos e metodológicos que auxiliem aos pesquisadores e pesquisadoras, de todo os níveis, a contemplar o entendimento de processos atuais, que vão se tornando cada vez mais complexos, sob a perspectiva crítica da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do lugar**. In: BORDIEU, Pierre. (org.) A miséria do mundo. Rio de Janeiro: VOZES, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CORNEJO, Catalina Andrea. Estigma Territorial como forma de violencia barrial. El caso del sector El Castillo. **Revista Invi**, Santiago-Chile, v. 27, n. 76, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Taís Souza da. **Pimentas na periferia metropolitana: reflexões acerca do estigma territorial e de suas contradições**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/234643>>.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: Iná E. de Castro; Paulo Cesar da C. Gomes; Roberto L. Corrêa. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, v. 1, p. 141-162.

ELORZA, Ana. Segregação residencial e estigma territorial. Representações e práticas dos habitantes de territórios segregados. **Eure**, vol. 45, n.135, mayo 2019, p. 91-109.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GONÇALVES, Valdir José. **A segregação e o estigma socioespacial presentes na formação histórica do Bairro Teotônio Vilela em Ilhéus/BA**. 2016. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdade EST, São Leopoldo, 2016.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 17º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 272 p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, 2021.

MORCUENDE, Alejandro. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v.20, 2021.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. “Emergence d’une notion: quelques repères historiques”. In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. **La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale**. Paris: L’Harmattan, 2002, p. 19-103.

OLIVEIRA, Pablo Muryllo. **Globalização, consumo e cidades médias: o complexo arranjo em redes hierárquicas e heterárquicas** / Pablo Muryllo de Oliveira. - Presidente Prudente: [s.n.], Monografia, 2017. 123 f.: il.

OLIVEIRA, Pablo Muryllo; CATELAN, Márcio José. **Arranjos Espaciais em redes Hierárquicas e Heterárquicas: a Globalização e o Comércio Exterior em Cidades Médias. Presidente Prudente, Marília e São Carlos/SP**. In: SIMPURB, 2017, Salvador - BA. XV Simpósio de Geografia Urbana, 2017.

OLIVEIRA, Pablo Muryllo; SANTOS, Flaviane Ramos. As redes geográficas na era da globalização: algumas reflexões sobre a rede urbana em sua historicidade e na prática teórico - metodológica. **Formação** (Presidente Prudente), v. 26, p. 3-22, 2019. Disponível em:

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5711/4891>>

PRÉVÔT SCHAPIRA, Marie-France. **Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades**. Perfiles latinoamericanos, 2001. p.33-56

RIZZON, Renata Cristina **A condição periférica e a construção do estigma territorial em Cidade Tiradentes, São Paulo-SP**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/234821> >

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A. A de; SILVEIRA, M.L. In: **Território, globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998, pág. 15 – 20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal / Milton Santos**. – 23° ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. In: _____. **O Brasil. O Território e Sociedade no início do século XXI**. 9° ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 247 – 286

SPOSITO, Eliseu S; SPOSITO, Maria E.B. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v.19, e. 19015, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda. Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: BELLET SANFELIU, Carmen Bellet Sanfeliu; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída, 2009, p. 41-69.

WACQUANT, Löic. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Sociologia. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, v. XI, Porto, 2006.



Capítulo 7
PATRIMÔNIO CULTURAL: A VIA GÊNOVA
E A VIA SACRA AUXILIANDO NO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
DE SERAFINA CORRÊA/RS

Ricardo Stedile Neto
Ligian Cristiano Gomes
Mateus Pessetti

**PATRIMÔNIO CULTURAL: A VIA GÊNOVA E A VIA SACRA
AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE
SERAFINA CORRÊA/RS**

Ricardo Stedile Neto

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, atua como professor da educação básica no município de Santa Maria/RS, rickstedile@gmail.com

Ligian Cristiano Gomes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, ligiangomes53@gmail.com

Mateus Pessetti

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, atua como professor da educação básica no município de Passo Fundo/RS, mateuspessetti84@gmail.com

RESUMO

A unidade territorial em foco apresenta características materiais e imateriais que compõe a paisagem cultural do grupo étnico italiano. Dentre esses códigos culturais dois ganham destaque e são considerados patrimônio cultural de Serafina Corrêa. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como a Via Sacra e a Via Gênova auxilia no desenvolvimento socioeconômico de Serafina Corrêa. Especificamente buscou-se: (a) compreender a importância que esses patrimônios culturais exercem na dinâmica socioespacial do município; (b) investigar a forma como a Via Sacra e a Via Gênova desenvolveram o turismo na unidade territorial em estudo e, (c) espacializar o patrimônio cultural do município. Como resultados, destaca-se que as simbologias (Via Sacra e Via Gênova) são patrimônio cultural, possibilitando que o município se desenvolvesse economicamente.

Palavras-chave: cultura; geografia cultural; desenvolvimento econômico; patrimônio cultural; italianos.

1 Introdução

Uma das principais características da ciência geográfica é a constante procura em reler seus conceitos e seus paradigmas. Essa dinâmica é a que caracteriza todas as ciências, em especial, a Geografia, sendo fundamental para que o pensamento científico possa acompanhar as transformações em que o meio técnico-científico-informacional impõe a sociedade. Esse processo de releitura da Geografia possibilita a obtenção de respostas que condizem com a atual dinâmica da natureza/sociedade. Pode-se dizer, então, que, a Geografia possui como desafio principal, o acompanhamento das transformações complexas do mundo de hoje.

Atualmente, a Geografia Cultural tem sido foco de atenção pelos geógrafos, destacando-se como uma temática reflexiva, a qual explica a diversidade dos grupos sociais e suas distintas formas de organização espacial. O fato de os estudos culturais inserirem o modo de vida ao espaço, privilegia o entendimento das diferentes formas de sua ocupação e reorganização, ou seja, os grupos sociais, através de suas simbologias e representações, organizam e reorganizam o seu espaço por meio de suas marcas culturais. Segundo Wagner e Mikesell (2014, p. 28), essa organização espacial proveniente dos diferentes grupos sociais é resultante “[...] da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos”.

Cabe destacar que os estudos culturais começaram na Europa, no final do século XIX, com Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918), e difundiram-se para os Estados Unidos na primeira metade do século XX com Carl Sauer (1889-1975). Apesar de ser um campo da Geografia com mais de cem anos de estudos, a forma como a Geografia Cultural é analisada na atualidade, considerando a subjetividade dos grupos étnicos, só foi aprofundada pelos pesquisadores após Segunda Guerra Mundial, no movimento chamado de “A Renovação da Geografia Cultural” (CLAVAL, 2002).

A cultura é responsável pela orientação das ações de determinado grupo social, pois a mesma consiste em um conjunto de crenças e valores, os quais estão intrínsecos na essência desse grupo. Neste sentido, os valores estão diretamente atrelados à consolidação do grupo, no espaço em que estão inseridos. Além disso, destaca-se a importância da cultura como organizadora do espaço através de seus símbolos e dos códigos culturais, os quais são responsáveis pela sua identificação (COSGROVE, 1998).

No Brasil, as pesquisas de Geografia Cultural se aprofundaram, principalmente, com os estudos dos processos migratórios a partir do século XIX. Vindos da Europa em busca de melhores condições de vida, os imigrantes alemães e italianos, principalmente, foram se reterritorializando no estado gaúcho e o organizando de acordo com seus códigos culturais bem como a disponibilidade de recursos naturais encontrados, formando paisagens culturais singulares e diversificadas.

Salienta-se que a imigração ocorreu devido a alguns fatores, dentre esses, o processo de colonização da região sul do Brasil, que teve início a partir do século XIX. Os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, viram nas grandes áreas de terras disponíveis, uma forma de se desenvolverem e se consolidarem economicamente no país (SAQUET, 2002).

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul, iniciou oficialmente na década de 1870 (SAQUET, 2002). Os colonos que chegaram, trouxeram seus costumes, os quais caracterizaram muitos municípios do estado sulino, até os dias atuais. Os códigos culturais que foram sendo inseridos gradativamente pelos imigrantes italianos, auxiliaram na construção da identidade cultural de seus descendentes, os quais a cultuam hodiernamente. A materialização cultural pode ser presenciada principalmente nos municípios da região da Serra Gaúcha, os quais são quase na sua totalidade, de colonização italiana, como é o caso de Serafina Corrêa, recorte espacial dessa pesquisa.

A economia também está atrelada a cultura. Cada grupo social, considerando os seus costumes, fazeres e saberes tradicionais, inseriram nas unidades territoriais por eles ocupadas, seu modo de produção para se consolidarem economicamente. Os imigrantes italianos que ocuparam a região da Serra Gaúcha, trouxeram como principal atividade, a agricultura⁵. Pequenas unidades familiares foram responsáveis por desenvolverem o território ocupado pelos italianos e caracterizaram-no com pequenas unidades de produção, baseadas na mão de obra familiar.

A escolha de Serafina Corrêa como recorte espacial de estudo, justifica-se por ser, este município, característico da presença do grupo social italiano e de suas marcas culturais presentes no mesmo. Colonizado quase que exclusivamente por italianos, sua realidade socioeconômica está vinculada às representações, saberes e fazeres desses imigrantes. A oralidade se destaca entre essas marcas culturais, pois

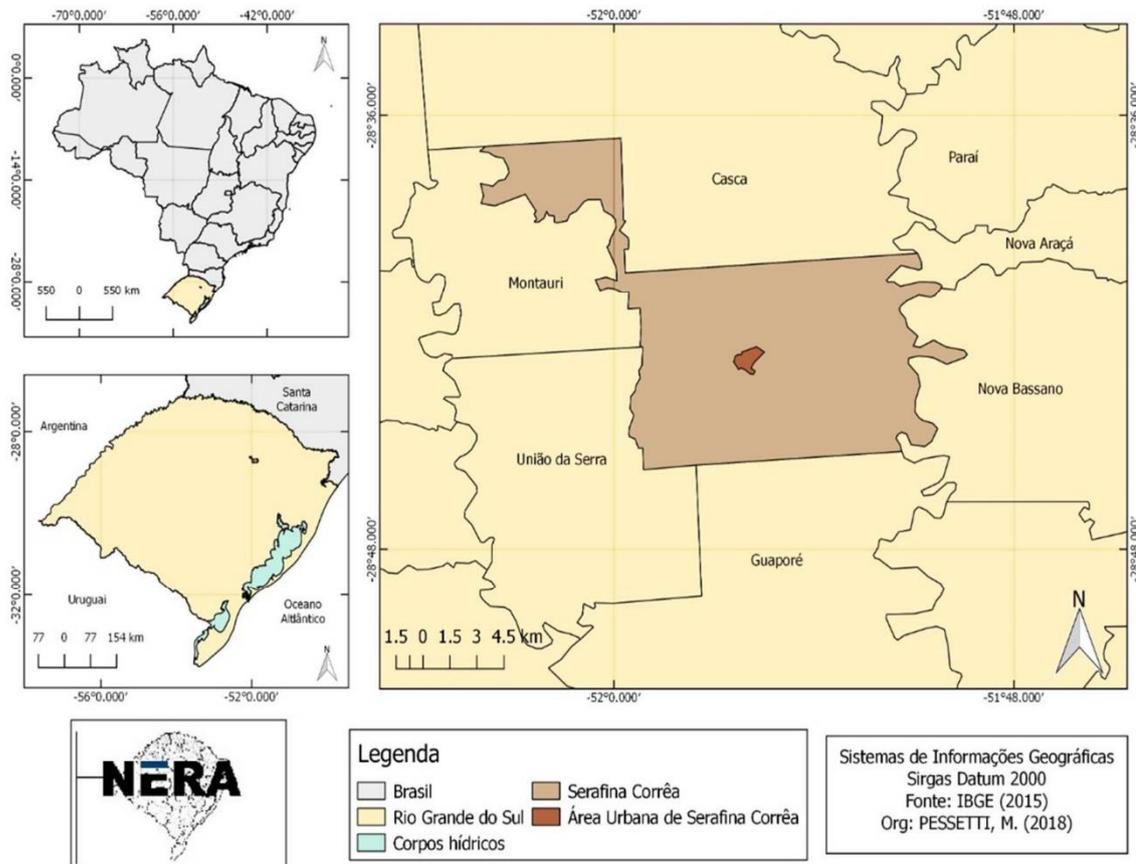
⁵ Os colonizadores italianos, começaram a plantar o milho, o qual era matéria prima para a polenta, base de sua alimentação, u a uva, para a produção do vinho (PESAVENTO, 1983).

é considerada uma segunda língua oficial, o Talian. Este dialeto é falado entre os mais antigos e passado às gerações. Com a valorização do dialeto, Serafina Corrêa, é considerada a capital nacional do Talian. Também tem destaque as festas, arquitetura, religião, gastronomia, música, dança, vestimentas e artes, que podem ser visualizadas no município. Desta forma, a simbologia italiana demonstra a identidade ítalo-brasileira presente nesta unidade territorial.

Concomitante a estes fatores, a escolha desta unidade territorial para a realização da pesquisa, possui também, um caráter pessoal, pois remonta aos meus antepassados. Ao estudar o grupo étnico italiano, tornou-se possível o autoconhecimento, pois sou descendente de imigrantes italianos, que se instalaram na região da Serra Gaúcha durante o final do século XIX. Além disso, é uma forma de conhecer a história de um dos grupos sociais mais expressivos que colonizaram o Rio Grande do Sul.

Serafina Corrêa se insere na Microrregião Geográfica de Guaporé (MRG 13), a qual pertence a Mesorregião do Nordeste Rio-Grandense e está localizada na latitude sul 28º42'42" e longitude 51º56'06" à oeste de Greenwich. Apresenta como limites: ao norte o município de Casca; ao sul o município de Guaporé; a leste o município de Nova Araçá e a oeste o município de União da Serra (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização de Serafina Corrêa/RS



Fonte: (IBGE, 2010). Org.: PESSETTI, M. 2018.

A implantação de um distrito industrial na unidade territorial, foi responsável por mudanças recentes no cenário econômico do município. A inserção de atividades externas, como a produção de industrializados embutidos, as quais não estão vinculadas à tradição italiana, reflete diretamente na nova dinâmica econômica local. Tal fato indicou mudanças significativas que influenciaram a cultura da unidade territorial em análise.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como a Via Sacra e a Via Gênova auxilia no desenvolvimento socioeconômico de Serafina Corrêa. Especificamente buscou-se: (a) compreender a importância que esses patrimônios culturais exercem na dinâmica socioespacial do município; (b) investigar a forma como a Via Sacra e a Via Gênova desenvolveram o turismo na unidade territorial em estudo e, (c) espacializar o patrimônio cultural do município. Como resultados, destaca-se que as simbologias (Via Sacra e Via Gênova) são patrimônio cultural, possibilitando que o município se desenvolvesse economicamente, pois foi responsável por desenvolver o turismo incentivando o desenvolvimento local/regional. Enfatiza-se a

preocupação crescente da valorização e preservação da cultura pelos moradores e gestores públicos.

2 A organização espacial baseada na cultura

A construção do espaço como um conceito-chave da ciência geográfica aconteceu durante o tempo histórico e conforme os estudos geográficos avançavam, principalmente com os novos paradigmas que surgiam à medida que novas vertentes iam surgindo. Com a criação da Geografia Crítica, durante a década de 1970, o espaço assume papel chave nos estudos e passa a ser visto como resultado da ação humana que se realiza através do movimento da sociedade sobre o meio natural.

O espaço passa a ser visto, portanto, como um espaço produzido, com base na acepção, idealizada por Lefebvre nos anos de 1960. Essa teoria surge como uma resposta às contradições sociais e espaciais causadas após a Segunda Guerra Mundial e à Crise do Capital, que modificaram as paisagens que haviam sido descritas durante séculos pelos geógrafos (CORRÊA, 2003).

Com base nessa questão, Santos (2008, p. 8) afirma que o espaço

[...] deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

Levando-se em consideração esta afirmação, pode-se compreender que o espaço então é organizado e reorganizado a partir das ações humanas sob o meio físico. Deste modo, a organização espacial é baseada na econômica, cultura, política, etc.

Conforme Santos (1996), os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis que mudam seu papel a cada momento histórico, levando em consideração a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial. O espaço é (re)organizado, conforme as relações sociais que ocorrem em sua área.

As formas de movimentos da sociedade são responsáveis pela atribuição de novas funções às formas geográficas, transformando assim, a organização do espaço. Essas dinâmicas sociais geram novos movimentos históricos, que por sua vez acabam redefinindo a função de um determinado lugar, possibilitando uma nova

dinâmica espacial, tornando a relação do homem com o espaço cada vez mais como um processo de organização fechado.

Partindo desse pressuposto Santos (1980), utiliza o conceito de rugosidades para complementar o assunto, analisando que o processo de produção do espaço consiste, ao mesmo tempo, em na construção e na destruição das formas e funções de um determinado lugar.

Analisando este fato, Santos (1980, p. 138) analisa que

[...] as rugosidades os oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados [...]. O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudanças de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que os outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

Com as afirmações do autor, compreende-se que as rugosidades consistem nas formas espaciais que foram produzidas no passado, em momentos distintos do modo de produção.

Essas rugosidades, por terem sido produzidas em diversos períodos temporais, apresentam características socioculturais específicas, podendo ser periodizadas baseadas no desenvolvimento do modo de produção e nas condições técnicas que são substituídas ou melhoradas.

As rugosidades podem ser analisadas, quando for eleita uma determinada área de estudo, com base nas mudanças econômicas ocorridas nessa área. A forma como o espaço se organizou e se organizou, através da dinâmica econômica, deixa marcas que podem ser identificadas e temporizadas. Além disso, esse processo de reorganização deixa marcas culturais que são vistas na paisagem da área em estudo.

Com base nisso Corrêa (2011), aponta que falar em organização é uma tarefa difícil e complexa, pois é necessário reunir, de forma crítica, conceitos oriundos de diversas matrizes, muitas vezes contrastantes. A utilização da cultura nas análises da organização espacial, remete diretamente ao conceito de rugosidades.

O processo de organização espacial tem seu combustível através do movimento dialético da totalidade das partes, fazendo com que a formação de novas dinâmicas espaciais reflita a totalidade de uma área, com base em combinações em

diferentes escalas temporais. Essa afirmação é validada com as palavras de Carlos (1996, p. 129) quando diz que “a construção de um espaço novo a partir de um preexistente inclui a articulação da técnica e do saber à gestão onde o Estado, ao lhe atribuir funções, constitui-se em um espaço de dominação”.

Com base nisso, considera-se que o estudo da organização espacial se justifica, pois, a ação humana é uma ação espacialmente diferenciada sobre um meio também diferenciado. Deste modo, a análise desse espaço produzido pelas sociedades é uma forma de distinguir os homens dos animais, visto que a sociedade imprime suas marcas no espaço, a qual consiste na principal característica da humanidade.

Corrêa (2011), destaca que a organização espacial, assim como a construção social assume diversos papéis, caracterizando-se assim como multidimensional. Deste modo, a forma como esse fenômeno ocorre apresenta várias dimensões, que englobam as dimensões econômica, política e cultural, cada uma apresentando diferentes processos e formas de organização, mas integradas na mesma formação social. Nota-se, portanto, que essa multidimensionalidade da organização espacial é a causadora de múltiplas espacialidades, que acabam, ora se complementando, ora se sobrepondo.

Essa visão de multidimensionalidade pode torna-se caótica se não forem considerados as subjetividades de cada espacialidade. Com base nisso, Corrêa (2011, p. 8) diz que

Compete ao geógrafo tornar inteligível não apenas cada uma das espacialidades, mas também o complexo conjunto delas no espaço. Para isto, as diferentes interpretações contidas na teoria e localização são, no mínimo, um ponto de partida.

Com as palavras do autor é possível compreender que a análise da organização do espaço é um conteúdo complexo e que deve ser trabalhado através da articulação entre as diversas espacialidades. A construção dessas diferentes espacialidades irá ser feitas através da subjetividade dos agentes formadores, com base na organização social e econômica daquele que está ocupando esse espaço.

A forma de organização do espaço, através das rugosidades deixadas por grupos culturais devem ser levadas em consideração na hora da análise espacial por compreenderem o modo de vida e a forma como esses grupos se relacionam como ambiente em que habitam. A formação espacial com base na cultura, leva em

consideração os lugares e as identidades construídas através do tempo, baseando-se nos aspectos culturais que são impressos no espaço geográfico, tornando-o assim um espaço total, em que homem e meio são agentes formadores e transformadores nessa dinâmica espacial (DILL e DORNELES, 2019).

Utilizando-se a concepção de formação espacial através das dinâmicas cultural e econômica, é necessária a compreensão do processo dialético tempo e espaço. Para isso, o espaço tem que ser analisado como a base de movimentos dialéticos que vão ser incorporados e irão (re)organizar esse espaço, a partir da nova dinâmica que está sendo implantada. Esse fenômeno é bastante comum na atualidade, a partir da intensificação do processo de urbanização (SILVEIRA, 2015).

Esse processo que vem se intensificando nas últimas décadas, utiliza o capital para justificar as mudanças necessárias impostas à dinâmica espacial de determinado local. Deste modo, a cultura acaba por pleitear essa reorganização, visto que o capital se utiliza das dinâmicas culturais para se concretizar de maneira mais forte no espaço. Sobre a presença do capital no processo de organização espacial, Harvey (2006, p. 80) afirma que

O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica [...] como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infraestruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase da história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior.

A utilização da cultura pelo capital traz novas formas de produção e de sistemas econômicos, visto que a dinâmica econômica e as atividades exercidas se modificam. Deste modo, o espaço geográfico se organiza para atender à essas novas necessidades impostas pelo capital, formando assim, uma paisagem construída especificamente para isso, fazendo com que assumam as características desejadas pelo capital.

Essa “virada espacial” que vem acontecendo, principalmente com o avanço da globalização, vem trazendo à tona, cada vez mais, as concepções de Lefebvre acerca da teoria da produção do espaço. Deste modo (Filho, Quaresma e Rodrigues, 2008 s/p) dizem que a organização espacial

[...] deve ser caracterizada como entidade organizada na superfície terrestre formada pelos subsistemas físico/natural e antrópico, bem como por suas interações. O subsistema físico/natural é composto por elementos e processos relacionados ao clima, solo, relevo, águas e seres vivos, enquanto os componentes e processos do subsistema antrópico são aqueles ligados à população, urbanização, industrialização, agricultura e mineração, entre outras atividades e manifestações humanas, a exemplo da cultura e da política.

Esse novo modo de estudo da organização espacial traz para os estudos geográficos a inserção da subjetividade, principalmente utilizada nos estudos culturais fenomenológicos. Com base nisso, a utilização da cultura é de suma importância para compreender as dinâmicas espaciais na área que está sendo analisada.

Sendo assim, para que os estudos espaciais sejam relevantes, deve-se utilizar um conjunto de métodos, que irão se complementar e enriquecer a pesquisa a ser desenvolvida. Um desses métodos que podem ser utilizados, é a fenomenologia, que será importante para compreender a subjetividade dos agentes sociais.

Além desse método, a dialética marxista, com base no materialismo histórico, dará a base para compreender a forma como o tempo e as dinâmicas econômica, política e cultural organizaram o espaço. A utilização da dialética marxista é a mais utilizada para os estudos de organização espacial, por trazer os estudos do materialismo histórico, os quais conseguem compreender a subjetividade dos aspectos culturais através de fenômenos materiais. (CORRÊA, 1986).

Santos (1985) divide a organização do espaço a partir das categorias forma, função, estrutura e processo. Essas categorias iriam ser responsáveis por caracterizar esse processo de formação espacial. Deste modo, a forma seria os aspectos visíveis e a área externa de cada objeto, enquanto que a função consistiria na tarefa desenvolvida por essa forma.

A estrutura se caracteriza por ser à maneira como os objetos se organizam, bem como se relacionam entre si. Com base nisso, pode-se afirmar que a estrutura seria a natureza social e econômica de uma sociedade em um recorte de tempo (CORRÊA, 1986).

Com base na estrutura espacial sendo resultado da interação de várias estruturas que estão conectadas, Santos (1985, p. 17) lembra que

A estrutura espacial é algo assim: uma combinação globalizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um

arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes.

Utilizando-se essa concepção, percebe-se que a estrutura está diretamente correlacionada à construção do espaço e à organização deste mesmo espaço. Além disso, o pesquisador não deve analisar a forma das coisas sem se interessar pela formação. Sendo assim, o processo de formação dos agentes do espaço deve ser considerado para obter resultados mais satisfatórios nas pesquisas espaciais.

O processo consiste na atuação do agente social, o qual é responsável por construir, (re)construir e (des)construir as formas do espaço ao longo de um período histórico. Esses agentes sociais se utilizam da cultura e da economia, atrelada ao capital, para organizar o espaço conforme as suas necessidades. Deste modo, Corrêa (1986), aponta que esse processo é dinâmico, sendo ao mesmo tempo resultado e condição de história.

A partir da compreensão dessa dinâmica, torna-se necessário a análise do espaço com base em todos esses aspectos, sob pena de não se compreender de maneira correta os diversos aspectos que são responsáveis pela formação do espaço. Santos (1985, p. 56) disserta sobre isso falando que

Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perderemos a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes. Separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a ideia de transformação nos escapa as instituições se tornam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar forma e função, sem a estrutura, deixa-nos a braços com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a função, seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento.

Analisar os processos de organização do espaço com base nesses aspectos, acrescido do processo, visto como uma escala temporal, possibilita uma análise mais detalhada e mais fiel a realidade. Levando-se em consideração que o pesquisador utilize os conceitos de maneira dissociada, a pesquisa obterá resultados superficiais, ficando bastante limitada à descrição dos fenômenos.

Como uma forma de compreensão geral, a organização espacial é, portanto, uma materialidade social, sendo construída pelo homem ao fazer sua própria história

no tempo. Corrêa (2000, s.p.) diz que “a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução).

3 A Via Gênova e a Via Sacra na construção do espaço e no desenvolvimento socioeconômico de Serafina Corrêa/RS

A arquitetura local apresentou uma hibridização com o decorrer do tempo. Inicialmente, era possível encontrar os grandes casarões de pedra e madeira, com porões para o armazenamento dos produtos de subsistência das pequenas propriedades. Posteriormente, com a chegada da indústria no município, as residências foram sendo renovadas com outro estilo arquitetônico, havendo uma significativa quantidade de edifícios e casas, com arquitetura moderna. Tal fato, reflete a entrada do capital externo no município, que proporcionou a dinâmica espacial, que organizou o espaço de Serafina Corrêa.

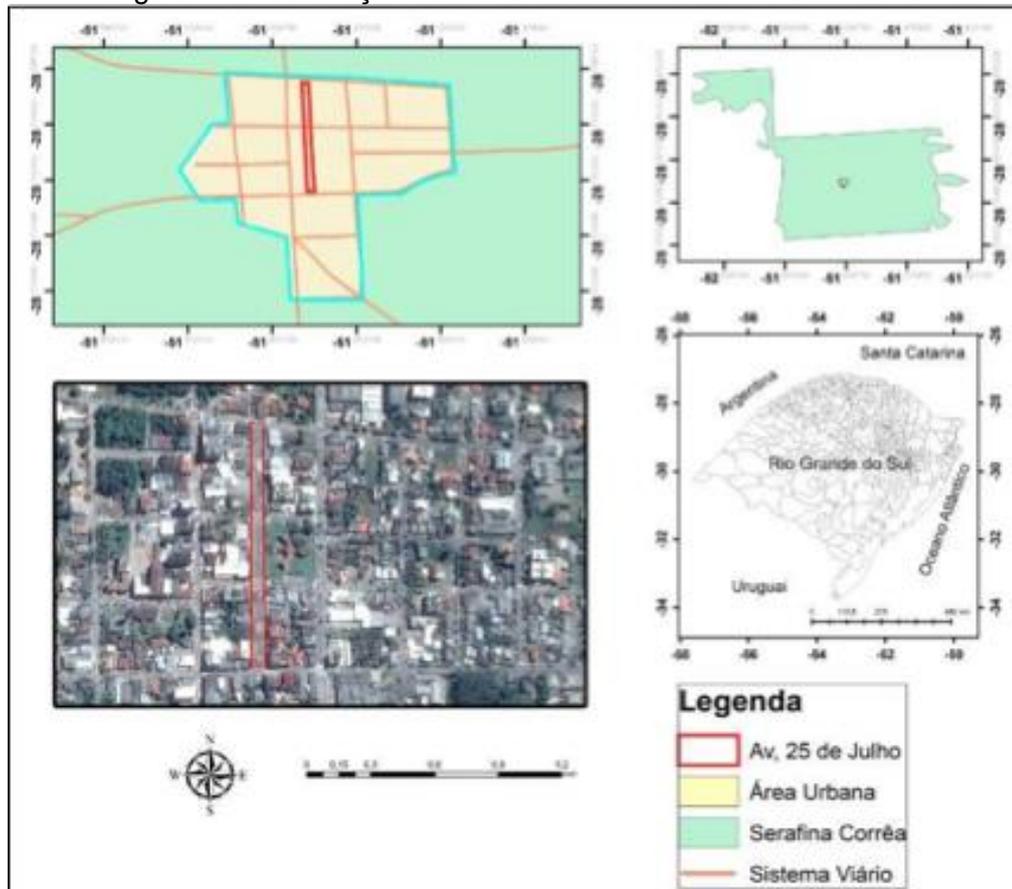
Segundo dados da Prefeitura Municipal (2018), existem algumas residências localizadas no centro da cidade, que mantêm a arquitetura típica italiana, porém, a maior parte das mesmas encontram-se no distrito de Silva Jardim e nas linhas do município, na zona rural. Isso pode ser explicado pelos habitantes da zona rural serem, na sua maioria, idosos, os quais são descendentes diretos dos colonizadores italianos, que permanecem residindo em casas que foram sendo passadas ao longo das gerações.

Com o intuito de preservar a arquitetura do local e destacar por meio deste código cultural, a cultura italiana, na década de 1990, a prefeitura municipal criou um projeto arquitetônico para a construção de réplicas de monumentos históricos localizados na Itália. Dentre essas réplicas, a prefeitura elegeu 6 monumentos com importante relevância para a história do país europeu, os quais foram: Castello Inferiore di Marostica; Casa di Romeo; Casa di Giulietta; La Rotonda; O Coliseu e a Torre di Pisa.

Em 1994, o poder público local, juntamente com apoio de empresas privadas do município, realizou o marco inicial da construção da Via Gênova, que fica situada na Avenida 25 de julho, principal via do município. Essa via, consiste na atualidade,

juntamente com a Via Sacra e o Cristo Redentor, os principais pontos turísticos de Serafina Corrêa (Figura 1).

Figura 1 – Localização da Via Gênova em Serafina Corrêa/RS



Fonte: IBGE, 2016; Google Earth.

Na data da inauguração do projeto, foi criada uma “cápsula do tempo”, a qual será aberta no dia 20 de julho de 2092, quando se dará os 200 anos da ocupação da área que corresponde o município, atualmente. Esse fato destaca a importância que o poder público e privado de Serafina Corrêa, direciona a cultura local. A valorização do imigrante italiano pode ser percebida, também, com a construção do monumento, a Nave Degli Immigranti. Este é uma homenagem aos imigrantes italianos que vieram ao Brasil (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Monumento Nave Degli Immigranti, Serafina Corrêa/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. Org.: STEDILE NETO, R. 2018.

A denominação para o conjunto arquitetônico “Via Gênova”, está ligada a origem dos imigrantes que chegaram no município, ou seja, Gênova, localizado na Liguria – Itália. Segundo a prefeitura municipal, a escolha desse nome foi acatada pois remetia ao lugar de afeto dos colonizadores, sendo assim, uma forma de homenageá-los. Resgata-se, portanto o espaço vivido e reproduzido localmente em Serafina Corrêa.

A primeira edificação entregue, ocorreu no ano de 1996, com a finalização da réplica do Castello Inferiore di Marostica e, a última, o Coliseu, no ano de 2000. Vale destacar que a réplica da Torre di Pisa não foi construída por divergências políticas. Ressalta-se, porém, que há projetos com o intuito de executar esta obra.

Atualmente, a Via Gênova, consiste no principal ponto turístico do município, sendo um marco importante para a economia e cultura da unidade territorial em foco. As edificações possuem diversos usos, como comércio, restaurantes e museus (Figura 2).

Figura 2 - Mosaico fotográfico da Via Gênova



Fonte: Trabalho de Campo, 2018. Org.: STEDILE NETO, R. 2018.

É importante destacar, que segundo a prefeitura, a ideia é transformar essas réplicas em lugares em que a cultura italiana seja apresentada, incentivada, valorizada e cultuada.

A gestão da Via Gênova é promovida tanto pelo poder público quanto privado. Isso ocorreu por parcerias, onde o capital privado aluga as referidas edificações, sendo responsável pela preservação das características originais das mesmas. Segundo a prefeitura municipal, após a criação desse conjunto arquitetônico, o turismo no município aumentou cerca de 20%.

Nota-se que a mesma é importante, também, para o desenvolvimento econômico do município. A religiosidade também foi uma das responsáveis pelo desenvolvimento social do município, pois a mesma implantou escolas, seminários e hospitais, auxiliando na melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Com isso, uma significativa parte da população mais idosa, teve seus estudos em escolas católicas, o que auxiliou na manutenção dos costumes religiosos até os dias atuais.

É importante destacar que a religiosidade contribuiu para o turismo e para o desenvolvimento da economia e infraestrutura do município. As romarias, as festividades em datas especiais, juntamente com o monumento do Cristo Redentor e

da Via Sacra, a qual foi construída no caminho até o monumento, atraem milhares de fiéis todos os anos (Figura 3).

Figura 3 - Mosaico Fotográfico do Cristo Redentor e Via Sacra

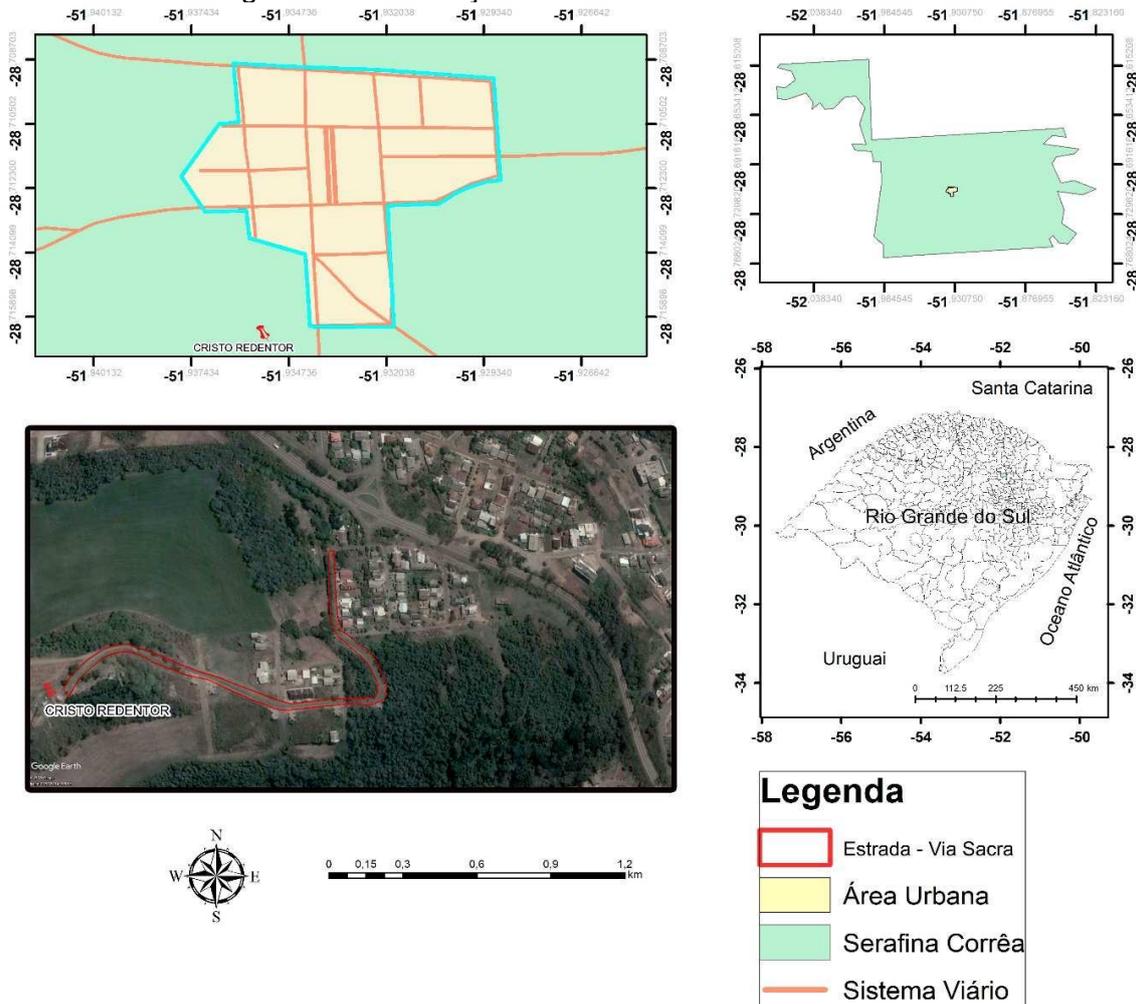


Fotografias a, b, c/g: Capitéis ao longo da Via Sacra; Fotografia d: Cristo Redentor; Fotografia e: vista panorâmica da Via Sacra com a área urbana no município ao fundo; Fotografia f: Placa identificando a Via Sacra e o Morro do Cristo Redentor;

A Via Sacra está localizada ao longo da rua Cristo Redentor, inaugurada no ano de 2013, e consiste em 15 capitéis, onde cada um representa uma estação da Via Sacra. Cada estação conta a história de Jesus Cristo, desde o momento em que ele foi condenado à morte (Estação I), passando pelo carregamento da Cruz (Estação II), o momento em que Jesus é pregado na Cruz (Estação XI), até o momento da ressurreição de Cristo (Estação XV) (Figura 4).

A construção do Cristo Redentor iniciou no ano de 1957 e foi financiado por doações dos moradores e empresários. Inaugurado em 23 de fevereiro de 1958, com inúmeras autoridades políticas e religiosas. Este monumento é o principal ponto turístico para os fiéis que visitam o município. Em 2003, implantou-se a caminhada penitencial, que acontece todas as sextas feiras santas, percorrendo o caminho da Via Sacra, até chegar ao monumento.

Figura 4 – Localização da Via Sacra em Serafina Corrêa/RS



O município de Serafina Corrêa apresentou diversas modificações espaciais ao longo de sua história. Inicialmente, pertencendo as primeiras colônias italianas, principalmente de Veranópolis e de Conde D’eu, tornou-se de maior relevância em 1903, quando o município de Guaporé foi instaurado. A economia foi um dos principais fatores, que mediarão a dinâmica socioespacial, que organizou o espaço urbano e rural da unidade territorial em foco.

Quando ocorreu a chegada dos primeiros colonizadores, os mesmos implantaram a agricultura e a pecuária em pequenas unidades produtivas voltadas para a subsistência. Desse modo, Serafina Corrêa se caracterizou por minifúndios de produção familiar. Esses produtores começaram a produzir os alimentos para sua própria subsistência, destacando-se entre eles, a uva, o milho, os suínos e os galináceos. O milho e a uva cederam espaço para a produção do trigo e da soja, durante a década de 1970.

Com o desenvolvimento dos lotes coloniais, o distrito de Dona Fifina, que pertencia ao município de Guaporé, destacou-se economicamente e gerou independência econômica, proporcionando a emancipação política, no ano de 1960. Esse fator foi responsável por destacar o município perante os demais da região, o que gerou especulação de grandes indústrias. Essa dinâmica possibilitou a entrada das indústrias em Serafina Corrêa e o desenvolvimento das pequenas propriedades, através de políticas e de incentivos fiscais.

A presença da soja e do trigo, como principais produtos do colono italiano, mostra como o processo de modernização da agricultura se implementou no meio da produção colonial. Tal fato ocorreu pela pressão que o capital exerce sobre o produtor rural. Atualmente, até os pequenos produtores, que possuem pequenas porções de terras, se dedicam ao plantio do trigo e da soja, contando com uma grande estrutura de tecnologia destinada ao plantio dessas culturas.

A principal dinâmica que o município sofreu, foi resultado dos investimentos direcionados para as indústrias. As principais empresas que se encontram no município, foram fundadas entre as décadas de 1960 e 1970. Porém, foi a partir da primeira década dos anos 2000 que ocorreu a oficialização do distrito industrial de Serafina Corrêa. Tal fato aconteceu no ano de 2009, modificando as relações espaciais a que o município era submetido, até então.

3 Considerações finais

O município de Serafina Corrêa teve sua formação histórica ocorrida no final do século XIX, mais precisamente, durante as décadas de 1870 e 1880. Sua ocupação deve-se quase que, exclusivamente, ao processo de colonização vinculado aos imigrantes italianos. Esses colonos, trouxeram suas convenções, técnicas, saberes, fazeres e valores, e o materializaram no município, construindo sua identidade cultural. Neste sentido, imprimiram as simbologias e códigos, os quais, caracterizaram o grupo étnico italiano e reorganizaram o espaço da região da Serra Gaúcha, e especificamente, desta unidade territorial, até os dias atuais.

Esta investigação científica buscou compreender como aconteceram as relações culturais rurbanas em temporalidades distintas, ou seja, desde sua colonização até a atualidade, enfatizando os impactos ocorridos na sua economia, as quais foram responsáveis pelo processo de reorganização resultantes de dinâmicas

espaciais e econômicas locais. Com tal finalidade, analisou-se os principais códigos culturais que ainda hoje estão presentes no município e que se constituem na sua (i)materialidade cultural.

É importante ressaltar os motivos pelos quais deu-se a escolha desta unidade territorial. Inicialmente justifica-se a escolha pela mesma se destacar entre os municípios da Microrregião Geográfica de Guaporé (MRG 13), tanto pelos seus aspectos culturais quanto pelos econômicos. Procurou-se, também, contribuir com os estudos sobre o tema, pois pouco são os estudos culturais que integram esta microrregião. Além disso, esse estudo poderá ser utilizado como subsídio pelo poder público, para os esforços de preservação da cultura local e o desenvolvimento do turismo.

Os objetivos específicos foram construídos a fim de responder a problemática da pesquisa. Os mesmos buscaram investigar a forma como a (i)materialidade cultural italiana está inserida no cenário municipal na atualidade, após a dinâmica socioespacial que reorganizou o município, como também, foi possível identificar as políticas públicas criadas para preservar a cultura local, para as novas gerações.

Os códigos culturais italianos constituem a paisagem cultural de Serafina Corrêa e o identifica perante os demais municípios gaúchos. Ressalta-se, que na atualidade, Serafina Corrêa é considerada, a capital nacional do Talian, sua segunda língua oficial e também é considerado patrimônio imaterial brasileiro.

A reterritorialização espacial permitiu que os imigrantes implantassem seu modo de produção baseado na agricultura familiar. voltado inicialmente, para a subsistência. Devido as condições edáficas favoráveis, e sua semelhança com as do seu local de origem na Itália, a produção agrícola se desenvolveu e colocou o município em estudo no cenário econômico regional.

Na atualidade, o recorte espacial em análise, teve seu desenvolvimento alicerçado nas técnicas as quais os imigrantes italianos já eram detentores como agricultores, na Itália. Tal fato fez com que a principal economia do município, até meados da década de 1970, fosse a agricultura, caracterizada por pequenas unidades familiares onde o milho e a uva eram os principais cultivos. As relações culturais do município estavam alicerçadas na identidade ítalo- gaúcha, onde os integrantes da sociedade local se relacionavam a partir das convenções desse grupo étnico.

Com o crescimento econômico de Serafina Corrêa, viabilizados pelos seus altos índices de produção, algumas indústrias começaram a se instalar na região. Tal

fato foi responsável pela reorganização do espaço e impactou positivamente nas relações culturais da sociedade local. A nova dinâmica espacial que o município apresentou, principalmente no final do século XX e início do século XXI, modificaram gradativamente a sua paisagem e o processo de identidade cultural de sua população.

5 Referências

CARLOS, A. F. A. A mundialidade do espaço. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Henry Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, P. A volta do cultural na geografia. **Mercator**. Ano 01, n. 01, 2002.

CORREA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 36, número especial, p. 7-16, jan. 2011.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Da UERJ, 1998, p. 92-123.

DILL, F. M.; DORNELLES, V. G. Cultura e espaço: um diálogo necessário. **Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente**. Natal, v. 4, n. 1, abr. 2019.

FILHO, A. P.; QUARESMA, C. C.; RODRIGUES, T. R. I. **Ação antrópica como agente transformador da organização espacial em bacias hidrográficas**. Anais do “X Colóquio Internacional de Geocrítica”. Barcelona, 2008.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 2 ed. São Paulo: [s.n.] 2006. PESAVENTO, S. J. **RS: Agropecuária colonial e Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documental, 17).

SANTOS, M. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Espaço e Método**. 1 ed. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma nova Geografia**. 6 ed. 1a reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. 2002. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

SILVEIRA, E. L. D. A organização espacial como categoria de análise da Geografia. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 13, n. 1, p. 146-162, jan./jun. 2015.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 27-62.



AUTORES

Alan da Silva Vinhaes

Graduando, Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente - asvinhaes2013@gmail.com

Eder Mileno Silva de Paula

Atualmente integra o corpo docente da (FGC/UFPA) e do (PPGEO/UFPA). É doutor pela UFC, atua nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geografia Física e Hidrogeografia, e-mail: edermileno@ufpa.br.

Kayque da Silva Dias

Atualmente é bolsista de Iniciação Científica na UFPA, realiza pesquisas nas áreas de Geologia das paisagens e Geomorfologia Costeira, é graduando em Bacharelado em Geografia pela (FGC/UFPA), e-mail: kayquedias093@gmail.com.

Larissa Cristina Cardoso dos Anjos

Doutoranda em Geografia (UFU)
profaangeo@gmail.com

Leonardo Ribeiro Farias

Mestre em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB)

Ligian Cristiano Gomes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, ligiangomes53@gmail.com

Marcos Ronielly da Silva Santos

Atualmente integra o corpo docente do IFPA, como professor na área de Engenharia Ambiental, Possui Pós-Doutorado em Geografia Regional pelo PPGEO-UFPA, e-mail: mronielly.mr@gmail.com.

Mateus Pessetti

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, atua como professor da educação básica no município de Passo Fundo/RS, mateuspessetti84@gmail.com

Pablo Muryllo de Oliveira

Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp, e atualmente, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição. E-mail: pablo.m.oliveira@unesp.br

Paulo Cezar Mendes

Professor adjunto o curso de Geografia (UFU)
paulocezarufu@gmail.com

Rafael Alexandre Alves Menezes

Atualmente é docente externo da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC/UFPA) e desenvolve pesquisas nas áreas de Geomorfologia Costeira, Vulnerabilidade Costeira, Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento, Modelagem e Linguagens de Programação como: Python, Javascript e R, possui Mestrado em Oceanografia, pelo (PPGOC-UFPA), e-mail: rafa.menezes1996@gmail.com.

Renata Cristina Rizzon

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –FCT/Unesp, e atualmente, mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia pela mesma instituição. E-mail: renata.rizzon@unesp.br

Ricardo Stedile Neto

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, atua como professor da educação básica no município de Santa Maria/RS, rickstedile@gmail.com

Taís Souza da Cruz

Licenciada e Bacharelem Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp, e atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição. E-mail: tais.souza@unesp.br

Tamires Regina Rocha

Graduada, Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente - tamiresrerocha@hotmail.com

Viviane Capoane

Docente nos cursos de Geografia – Bacharelado e Licenciatura – na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. capoane@gmail.com



Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658452584-9



9 786584 525849

